

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS – CCHN
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

JOSÉ ANTONIO PEREIRA CASTELLO MARCO

**“NÃO É PROBLEMA MEU: APROXIMAÇÕES SOBRE O TRÁFICO DE
DROGAS EM VITÓRIA”**

**VITÓRIA
2010**

JOSÉ ANTONIO PEREIRA CASTELLO MARCO

**“NÃO É PROBLEMA MEU: APROXIMAÇÕES SOBRE O TRÁFICO DE
DROGAS EM VITÓRIA”**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Sociais.
Orientador: Prof^a. Dr^a. Celeste Ciccarone

**VITÓRIA
2010**

Nos grandes Estados, a instrução pública será sempre, no melhor dos casos, medíocre, pelo mesmo motivo por que nas grandes cozinhas cozinha-se mediocrementemente.

Friedrich Nietzsche, aforisma 467

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, aos grandes companheiros cuja sorte me permitira ter como pais – José Antonio e Sônia, pela dedicação e amor incondicionais;

Aos mestres Francisco Grijó e José Renato, pela força, paciência e incentivo imprescindíveis na etapa do egresso na Academia;

À professora Celeste Ciccarone, sobretudo por toda a paciência para com a minha pessoa e meus devaneios, tal como pelo interesse e cuidadosa dedicação em todas as suas inestimáveis contribuições para que este trabalho se concretizasse;

Aos camaradas do Observatório de Violência, Erivaldo e Felipe, pela presteza e boa vontade em contribuir com idéias e informações tão preciosas na elaboração de minhas pesquisas;

À companheira de labuta diária, Geovana Tabachi, pelo interesse e por toda a ajuda que me fora concedida em absolutamente todas as etapas deste trabalho (e fora deste!);

Ao camarada e corintiano Márcio Antonio, pelo incentivo e pelos questionamentos sempre muito pertinentes;

À companheira Aidil Farias, por toda a compreensão e boa vontade indelévels, que foram fundamentais para que a concretude dos meus estudos não ocorresse em detrimento da minha relação com a Poligonal 3 e todos os estimados camaradas de lá;

Aos camaradas Renato Ricas e Priscila, por absolutamente tudo;

Ao professor Michel Misse, por todas as valiosas observações e pela constituição de um repertório teórico sob o qual me debrucei sem ressalvas para fundamentar este ensaio;

A Antonio Rafael Barbosa, pela presteza e paciência em responder-me quando solicitado, mas, sobretudo, pela inestimável obra que inspirou este trabalho e norteou o rumo da minha trajetória acadêmica.

Às professoras Mirela Berger e Patrícia Pavesi, pelo rompimento de paradigmas e preconceitos em relação à sua estimada área de afinidade;

Aos colegas de turma Felipe Moura, Bruno de Deus, Macelli 'Miojo' e Antonio Carlos 'Cabeça', pela partilha de angústias e sucessos ao longo do caminhar na Universidade, assim como pela amizade e companheirismo em sinceridade e honestidade profundas nas discussões e conspirações;

Aos camaradas da gloriosa seleção de futebol das Ciências Sociais, por tornar a vivência dentro da Universidade tão lúdica quanto pudera ser;

Aos amigos de sempre, das famílias Borges Loureiro, Pimpão Moraes, Zé (Du) Bonatto, irmãos Zamperlini, Goulart & Cavatti (e o neném!), Fernandes & Macedo, Barbosa & Freitas, Abreu, Guimarães, Oliozi, Denadai, à amada família Garcia e todos os outros que me acompanham e aos quais acompanho, em otimismo, sinceridade e empatia profundos;

Por fim, a todos os que em mim confiaram e deram voz a este trabalho, que me concederam o privilégio de poder dar-lhes a oportunidade de se fazerem ouvidos, quando toda a engrenagem gira para calar-lhes.

Sinceramente, muito obrigado!

SUMÁRIO

Parte 1 – Hermetismo teórico: *Turn on, tune in, drop out!*

Prólogo.....	11
1)Sinais e conceitos.....	13
1.1 Era uma vez: desmistificando a <i>underclass</i> capixaba.....	13
1.2 Contando história.....	14
1.3 Do Caos à Lama.....	21
1.4 A marca de Cain.....	24
2)Um microcosmo dentro do macrocosmo.....	27
2.1 A ordem de violência e ilegalidade local contextualizadas.....	27
2.2 História sem fim.....	28
2.3 A Droga Além da Droga – Um Breve Olhar Para a História.....	30
2.4 Droga e Controle.....	32
2.5 E não restará pedra sobre pedra: apresentando o crack no contexto da (des) ordem econômica global.....	34
3) De lá para cá: A droga em contexto local.....	39
3.1 Sampa.....	39
3.2 Fazendo as contas.....	40
3.3 Falando apenas em números: crack e fordismo.....	41
4)Manuseando conceitos em Vitória.....	45
4.1 Nariz de doze: queimando a fábrica de rótulos.....	45
4.1.1 Um adendo metodológico.....	46
4.2 Pedra na lata: uma breve exposição sobre o crack em Vitória.....	46
4.3 Erros de cálculo e uma discussão vã.....	50
4.4 Irmãos Winchester.....	51
5) Pior que o Iraque: Vitória no contexto da violência mediada (ou não!) pelo tráfico de drogas.....	52
5.1 Nietzsche contra o “Balanço”: um diálogo entre Misse e Zanotelli sobre a apreensão moral da violência em Vitória.....	58
5.2 Stalone e a espetacularização da violência.....	61
5.3 Cereja de bolo.....	69

Parte 2: saindo do gabinete – o trabalho etnográfico

Prólogo 2 – Silêncio e conturbações metodológicas.....	72
1) Elenco.....	78
1.1 Howard Becker e o <i>nóia</i> (um desviante não tão secreto!): o desafio em conceituar um neologismo infame.....	78
1.1.1 Antes de qualquer coisa, um <i>Tempo primo</i> conceitual.....	78
1.1.2 (Para) <i>nóia</i>	81
1.1.3 Para inglês ver: com algum rigor conceitual.....	83
1.1.4 Gilberto Velho e idéias novas.....	87
1.1.5 Nem tão puro, nem tão secreto, muito menos um monstro.....	88
1.2 Entre o palco e o elenco: o asfalto em Vitória: apresentando os reis da rua.....	90
1.3 'Tô de olho aí, patrão! (ou Refugio Humano).....	93
2) O Palco.....	97
2.1 Geo-referenciando.....	97
2.2 Do asfalto para a Ilha.....	99
2.3 Cracolândia e o reino mitológico das invenções midiáticas.....	99
2.4 Admirável mundo velho.....	103
3) Em Cena.....	104
3.1 Do Asteróide B612 para a Ilha.....	104
3.2 Polícia! Pa()ra quem precisa!.....	106
3.2.1 Nem faca, nem caveira.....	111
4) Interações e Subjetividades.....	116
4.1 Entre Nietzsche e Mauss – a dádiva da moral.....	116
4.2 Dostoiévski em campo.....	120
4.3 Lugar errado, hora certa.....	121
5) Origens.....	123
5.1 Muito cinema e pouca verdade: de onde vem os conflitos em Vitória?.....	123
5.2 Umbabaraumba no Campinho.....	124
5.3 Nego Alex.....	126
6) Foote Whyte e minhas conclusões.....	129
Referências Bibliográficas.....	134

Parte 1 – Hermetismo teórico: *Turn on, tune in, drop out!*

Ó homem! Ouve!
Que diz a Meia-noite com a sua voz grave?
“Eu dormia, eu dormia,
Emergia de um sono profundo:
O universo é profundo,
É mais profundo do que o dia imagina.
Profunda é a sua dor,
Mais profunda ainda é a sua alegria.
A dor diz: ‘Vá!’
Mas a alegria quer a Eternidade,
Quer a profunda Eternidade!”
O Canto de Zaratustra

1) Prólogo

O tráfico de drogas tem surgido como temática recorrente no universo das Ciências Sociais. Em diversos núcleos de pesquisa Brasil afora, pesquisadores de todas as áreas vinculadas às 'ciências humanas' buscam reflexões e teoremas capazes de dar luz ao fenômeno que compreende o tráfico e todos os seus rebatimentos na sociedade, nas pessoas e sujeitos.

Em contrapartida, os *media* descarregam, diariamente, overdoses de chauvinismo e preconceito em relação aos personagens envolvidos nas questões que permeiam o contexto de caos urbano hoje experienciado pela maioria das metrópoles brasileiras: com um repertório determinista e tautológico, constrói-se uma apreensão média de ojeriza e criminalização das camadas socialmente excluídas e marginalizadas, e, assim, é velado o debate acerca das temáticas elusivas à experiência da vida urbana em suas matizes.

Este ensaio pretensiosamente busca desvelar uma ínfima porção das prenoções envolvidas na construção destas visões. Motivado, principalmente, pela ausência de estudos sociais que abordassem o tráfico de drogas na cidade de Vitória em um viés crítico e contextualizado em suas matrizes econômicas, sociais e culturais, busquei, em um primeiro momento, elucidar sob as categorias analíticas de mais pertinente apreensão pelas ciências sociais os personagens e cenários envolvidos, para, depois, contextualizá-los ante a situação do tráfico em escala macroscópica, para, enfim, condensar a análise ao caso capixaba, não somente em teor de abordagem, mas em escopo

crítico e analítico, que transpassa por uma rápida análise da apreensão da violência e criminalidade na cidade e culmina no trabalho de campo.

A pretensão maior deste ensaio motiva-se no sentido de desvelar a mística envolvida no tráfico de drogas e nos processos de *des-humanização* que as análises mais freqüentes trazem consigo. Para tal, vali-me de unidades analíticas capazes de referenciar os processos de criminalização dos sujeitos e grupos, tal como da historicidade do tráfico de drogas como um processo dialético impassível de divórcio das estruturas sociais, econômicas e culturais que edificam a sociedade ocidental contemporânea em todos os seus aspectos.

Por se tratar de um estudo pioneiro, espero empreender, assim, em um pouco maturo primeiro passo, um caminhar que não cesse em divagações retóricas e analíticas, mas que seja capaz de contribuir para a expansão do nosso campo de reflexões e possibilidades ante a compreensão de um fenômeno que não reside no mítico “mundo das drogas”, mas que pertence a todos os meandros do universo urbano capixaba.

Capítulo 1 – Sinais e Conceitos

1.1 Era uma vez: desmistificando a *underclass* capixaba

A fim de contribuir para a compreensão da semântica histórica desenvolvida neste ensaio, mostrou-se pertinente desvendar, utilizando o decoro de Pierre Bourdieu, o “mito erudito¹” que circunda o contexto sociohistórico das personagens envolvidas nesta análise. Certamente trata-se de um tema amplamente discutido e definitivamente não esgotado: a rede do tráfico de drogas e seus predecessores estão estreitamente vinculados à dinâmica do capitalismo e aos processos entrópicos que socialmente deste decorrem em um vínculo de retroalimentação contínua, como ocorre com a maioria das instâncias comerciais sob o bojo do capitalismo. Entretanto, tanto a despolitização quanto a criminalização do debate, principalmente por parte dos meios de comunicação de massa, que, não raramente, discorrem sobre o tema com jargões de sensacionalismo e passionalidade, resultam em leituras demasiado reducionistas de um movimento sócio histórico extenso e complexo, muitas vezes negando os fatores políticos, econômicos, culturais e morais que edificaram a conjuntura na qual se insere o chamado ‘mundo das drogas’.

É como se fosse possível divorciar este universo do mundo desejável e supostamente imaculado ao qual pertenceriam os indivíduos que negam a conjunção entre o aceitável e o abjeto em uma mesma sociedade - produzindo análises tão simples quanto inocentes que reduzem ao processo crescente de

¹ Ou seja, uma formação discursiva que, sob uma apresentação científica, reformula, de forma aparentemente neutra e baseada na razão, fantasias ou prenoções comuns, como uma maquiagem erudita ao senso comum.

degradação das instituições morais (como a falência moral das igrejas ou à corrosão do tecido familiar) a responsabilidade pela eclosão do fenômeno hoje representado pelo tráfico de drogas.

Decerto, há um conjunto de fatores sociais e culturais que edificaram a conjuntura experienciada pelos envolvidos diretos na rede do tráfico de drogas na cidade de Vitória, e são estes processos que, resumidamente, serão apresentados neste capítulo, a fim de dar luz às raízes dos elementos que conduziram uma parcela expressiva da população capixaba a uma inserção social deficiente e criminalizada. Tais fenômenos, assim como a política de “abandono planejado²” exercida pelos governos em sucessão, somados à dilapidação das zonas de comércio formal nas periferias, conduziram parte dos habitantes destas regiões ao ilegalismo como meio de obtenção de seus proventos materiais encontrando, dentre outros elementos, o tráfico de drogas como uma possibilidade não somente à satisfação dos anseios materiais, mas também à construção de uma personalidade social no *ethos* em questão.

1.2 Contando história

Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal / Ainda vai tornar-se um imenso Portugal (...) / Mesmo quando minhas mãos estão ocupadas em torturar, esganar, trucidar / Meu coração fecha os olhos e sinceramente chora.
(Chico Buarque de Holanda – Fado Tropical)

Evitando remeter o recorte histórico a uma entediante retrospectiva à colonização luso-espanhola na América Latina e seu repertório de exploração e sujeição dos mais variados

² Peter Hall observa que “o planejamento urbano do século XX resultou de uma complexa reação emocional – parte piedade, parte terror, parte ódio – da classe média vitoriana à descoberta da *underclass* urbana”.

povos, tomo como ponto de partida o tardio e escalafobético processo de modernização da capital do Espírito Santo, período no qual o traçado urbano da cidade adquiria suas formas elementares e se definira o papel a ser desempenhado pelo Estado na conjuntura econômica da Região Sudeste e, conseqüentemente, do país.

Apesar de terem emergido em 70, as transformações mencionadas foram embrionadas em meados da década de 30, período marcado pelo estreitamento das relações entre Estado e mercado. Vale frisar que a Revolução de 30 fora um marco para a vindoura configuração social brasileira, uma vez que, dada as particularidades nas quais se instaurou o movimento predominantemente militar engendrado pelas classes médias urbanas, este mesmo grupo adaptou-se no seio de um desenvolvimento interno desigual sob a égide da dominação dos países imperialistas, fenômeno que até hoje é o panorama do Estado capitalista como o conhecemos. É certo que a manutenção do domínio político e das forças produtivas por parte de uma parcela da sociedade ocorrera em detrimento de outra, como fora desde o império lusitano até o atual quadro de despolitização e desmobilização dos setores populares, até porque a base clientelista de manipulação das classes dominadas fora efetivamente incorporada pelo clientelismo corporativista, provavelmente favorecido pelo desmantelamento da burguesia rural, enfraquecida com a crise de 29 e pelas relações verticais e submissas que os sindicatos tinham com o Estado. Fato este justificado, também, pelo reaparelhamento político que visava o fortalecimento estatal, culminando em concepções autoritárias de organização, herdadas pelo insurgente nazi-fascismo europeu dos anos 30, resultando em

movimentos reacionários de massa cuja expressão social mais significativa provavelmente fora a expansão do integralismo e a aceitação de uma ditadura civil disposta a promover as adaptações políticas necessárias às novas exigências daquela etapa do capitalismo industrializante.

O Espírito Santo se inseriu de maneira anacrônica neste processo em relação aos demais Estados da região Sudeste que concentravam as forças produtivas do país. A política de valorização do café da década de 20 permitiu ao Espírito Santo se projetar como região produtora de café e inaugurar sua inserção no cenário político nacional, em defesa dos interesses agro-exportadores - mesmo que de maneira incipiente, se comparado com as demais potências cafeeiras do Sudeste. Entretanto, este fato promoveu pouca ou praticamente nenhuma alteração no panorama social do Estado até a década de 40, quando, por força dos contextos internacionais mediados pela Segunda Guerra, fora instalada em Vitória a Companhia Vale do Rio Doce, e, assim, engajar-se-iam as transformações sociais e econômicas que tomariam impulso somente em fins dos anos 60, como mostra Marta Zorzal e Silva:

Embora, nos anos 40 (...) tenha sido criada a Companhia Vale do Rio Doce para abastecer com ferro brasileiro o mercado bélico aliado, através do porto de Vitória, para o Espírito Santo, nesse momento, se introduziria uma desaceleração de ritmo que se ampliaria à medida que as transformações capitalistas se processariam nos demais estados do centro-sul do Brasil. Seria, portanto, o retardamento que, ao longo do tempo, aí e acumularia que caracterizaria a dimensão de seu atraso econômico; ou, por outras palavras, as defasagens econômico-sociais em relação aos centros mais dinâmicos da economia brasileira.

As forças políticas do Espírito Santo só irão readquirir seu potencial de negociação política, em bases mais igualitárias, com as demais forças políticas nacionais, em fins dos anos 60. Porém, aí as bases políticas já serão outras, assim como outro será o cacife de negociação: agora, o da localização estratégica na geografia nacional e na geopolítica golberiana, não mais como local propício ao desenvolvimento da cultura cafeeira (...).

Só então o Espírito Santo emergirá, novamente, no cenário nacional disputando, em condições mais favoráveis, por um lugar na expansão capitalista, com os demais Estados da Federação Brasileira. (ZORZAL E SILVA, 1995 ,p.126.)

Portanto, o marco fundamental da inflamação das zonas periféricas da capital do Espírito Santo data do início dos 70, quando os governos militares lançaram sobre o país o anátema de um esquema de desenvolvimento industrial incompatível com qualquer projeto que abarcasse um mínimo de desenvolvimento humano³ (ao menos se concebendo este como sugerido pelo economista indiano Amartya Sen) em paridade com o ritmo frenético da expansão das forças produtivas do país. Tal fato, vinculado ao crescente poder de barganha e organização dos setores economicamente dominantes do Estado- que ainda experimentavam resquícios da ventura colhida pela era cafeeira, uma vez que as políticas de racionalização dos cafezais ostracizaram os pequenos produtores e favoreceram a concentração fundiária-, contribuíram diretamente para a modernização acelerada e desconjuntada do Espírito Santo.

A brusca diáspora do interior para a capital somou decisivamente para o fomento de uma parcela de desventurados na cidade, haja vista que as oportunidades em projeção (boa parte decorrente dos frutos da CVRD e da CST, que atraíam, além de empregos diretos, um sem-número de setores de prestação de serviços, até então inexistentes na capital) certamente não seriam estendidas a todos os que foram

³ “As liberdades subjetivas incluem capacidades elementares como, por exemplo, ter condições de evitar privações como a fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, bem como as liberdades associadas ao saber ler e fazer cálculos aritméticos. Ter participação política e liberdade de expressão etc. Nessa perspectiva constitutiva, o desenvolvimento envolve a expansão dessas e de outras liberdades básicas. É o processo de expansão das liberdades humanas, e sua avaliação tem que basear-se nessa consideração.” (SEN. 2000, p. 52)

extirpados pela reversão do modelo de produção agrícola. De acordo com Ana Doimo,

“(…) nos anos 50, a população de Vitória registrou taxa de crescimento de 82%. Na década seguinte, a população dobrou (358.183 hab. Em 1970) e quase dobrou novamente durante os anos 70 (706.000 em 1980). Avançando, detalha-se que o Programa de Erradicação dos Cafezais Anti-Econômicos (iniciado em 1962/63) expulsou mais de 50.000 trabalhadores de suas atividades de subsistência, perfazendo um total de aproximadamente 150.000 pessoas que emigraram das roças de café para as áreas urbanas, sendo a Grande Vitória o destino da maioria”. (DOIMO, 1989, p. 15).

Antes da implantação da política de erradicação do café, cerca de 55% dos estabelecimentos agrários pertenciam a pequenos produtores, que interagiam entre si e suas famílias, dando dinamismo ao comércio local e à agricultura familiar. Após a racionalização da cafeicultura, iniciada em 61, deu-se início à intensificação do processo de concentração fundiária, atendendo aos anseios dos setores sociais dominantes, que visavam implantar o modelo latifundiário, concentrador e exportador no campo. Atualmente, menos de 20% das terras cultiváveis pertencem a pequenos produtores (dados do INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária). Somado a isso, a implantação dos grandes projetos industriais atraíram imigrantes do campo e estados vizinhos. Percentualmente, entre 60 e 80, a população urbana converteu-se de 28,4% para 64,2%.

A soma do equacionamento entre os contingentes populacionais expulsos do campo e a urbanização desenfreada e o modelo de crescimento agressivo e contraditório resultou em conseqüências rápidas e diretas para os setores sociais fragilizados. Ana Doimo expõe que em Vitória,

(...) entre 1970 e 1977, por exemplo, o crescimento dos domicílios duráveis foi de 24%, enquanto o de barracos foi de 46%. No tocante ao saneamento básico, uma pesquisa realizada pela Secretaria do Planejamento, feita em 1977, denominada Censo Escolar, mostra que 25% dos domicílios não contavam com água encanada, 13,2% estavam sem unidade sanitária, 34% sem esgotos e 16% sem energia elétrica. Na área da educação, estima-se em 14% o índice de analfabetos.

Se no mesmo espaço urbano a maioria da população passou a ser alvo de problemas agudos, o setor produtivo também não se mostrou nada generoso. O mesmo Censo Escolar revela que somente 63% dos trabalhadores possuíam carteira assinada, e uma pesquisa de domicílios feita em 1983 mostra que mais de 46% das residências tinham uma renda menor ou igual a um salário mínimo. (idem, p. 16)

Em números, de acordo com Antonia Colbari, por conta do

recente processo de urbanização indicado pela concentração da população nas áreas urbanas. (...) Aqui, somente na década de 70, a população urbana superou a rural, totalizando 63,9% contra 45,1, na década anterior, tendência esta cada vez mais acentuada pelos períodos seguintes até atingir 75,5% nos anos 90, conforme atestam os dados do último censo do IBGE. Outro indicador desse rápido deslocamento do eixo econômico para o pólo urbano foi a diminuição abrupta da população economicamente ativa do setor agrícola que, de 52,5%, segundo o censo de 1970, cai para 43% em 1970 e 26,6% em 2000. Em contrapartida, a PEA do setor industrial subiu de 11% para 21% em 1980, e caiu para 18,4% em 2000. (COLBARI, 2003, p13-14)

E avança:

A reversão do caráter agro-exportador da economia estadual está relacionada a dois movimentos diferenciados: de um lado, a crise crônica da cultura cafeeira, responsável pela decadência econômica das regiões interioranas e pelo agravamento dos problemas sociais urbanos; de outro lado, um novo ciclo de desenvolvimento econômico cuja marca na região foi a implantação de grandes complexos industriais e de serviços: siderúrgicos, paraquímico (celulose) e ferro-portuário (estimulado pela presença das grandes unidades de pelletização associadas à exportação de minério de ferro). Aliás, um traço marcante desses complexos é o emprego de alta tecnologia e sua direção para o mercado externo. Esse padrão desenvolvimentista firmado no setor industrial e portuário estendeu seu caráter modernizador para a agricultura e outras atividades do setor primário, onde os dados indicam aumento da capitalização, diversificação da produção, concentração da propriedade e alteração nas relações de trabalho com a crescente expansão do assalariamento em detrimento da mão de obra familiar. (idem)

A rápida projeção do setor industrial registra-se pelo Cadastro Industrial do IDEIES (Instituto de Desenvolvimento Industrial do

Espírito Santo), que somava, em 1990, 4.170 unidades produtivas, gerando emprego direto para 89.298 pessoas (*idem*).

Acompanhando o ritmo da dinâmica capitalista que se processava no restante do país, mesmo com relativo atraso, o Espírito Santo já apresentava diacronismo quanto ao movimento que se sugeria no âmbito econômico nas outras metrópoles do Sudeste: a década de 70 registrou excepcional crescimento do parque industrial e da economia local, e, na década seguinte, aumento de concentração de renda e diminuição conseqüente do PIB *per capita*, o que indica retração na renda familiar e aumento do contingente populacional na linha de pobreza e estagnação de indicadores como taxa de alfabetização e expectativa de vida (Instituto Jones dos Santos Neves – IJSN, 1992) e, conseqüente acentuação da desproporção entre os grupos mais e menos ricos. Em suma, o desenvolvimento industrial e econômico propulsionado pelos projetos megalomaniacos dos governos militares não foram capazes de tornar a cidade um local passível de apropriação por toda a população: as segregações sociais foram intensificadas, e os cortes étnicos, culturais e raciais desta separação tornaram-se mais agudos na medida em que o avanço econômico e industrial crescia em escala exponencialmente inversa ao caráter social dos projetos que vigoravam no Estado.

O período fora marcado pela retração do Estado no âmbito social e sua atuação contundente na contenção da oposição, fenômenos que notadamente contribuíram para a desintegração dos espaços públicos e a gênese dos guetos em Vitória.

1.3 Do Caos à Lama

*E com o bucho mais cheio comecei a pensar
Que eu me organizando posso desorganizar
Nação Zumbi – Da lama ao caos*

Loïc Wacquant, em *As duas Faces do Gueto*, elucida o gueto como um

instrumento institucional, composto de quatro elementos – estigma, restrição, confinamento espacial e enclausuramento organizacional – que emprega o espaço para garantir a exploração econômica e o ostracismo social (WACQUANT, 1960)

Estas características estão nitidamente presentes no seio das periferias capixabas, principalmente no tangente à corrosão dos espaços públicos segregados já no regime militar de 64, (quando o desenvolvimento das forças produtivas do país ocorrera em detrimento do subproletariado – o substrato social não integrado à classe trabalhadora – e seu refúgio nas zonas econômica e geograficamente desprivilegiadas das cidades), e, conseqüentemente, no estabelecimento de espaço conhecido como gueto, “*a expressão material dos limites sociais e simbólicos de raça e classe*” (1960, p.55), reafirmando-o não como um bairro étnico ou uma delimitação pautada cartesianamente, e sim como uma expressão dialética da dinâmica pautada sob a história da segregação sócioespacial.

Doravante, os reflexos da indústria e do crescimento urbano - contando com um modelo de gestão política nada democrático e com a inexpressiva atuação das políticas públicas a nível municipal (uma vez que aos próprios municípios só foi conferida autonomia administrativa com o advento da Constituição de 88)-, não atingiram a maioria dos que recorreram à capital em busca

de emprego, e o crescimento da cidade veio acompanhado do aumento da pobreza, do desemprego, da informalidade e da contrastante desestruturação urbana, que apresentou –e ainda apresenta- dificuldades crescentes em suportar de maneira eqüitativa todos os seus habitantes, reafirmando as zonas contrastantes já emergentes na década de 70. Desta forma, o acesso à urbanidade e a distribuição de bens e serviços na cidade ocorreu de maneira desproporcional, e as distinções entre os diferentes setores tornavam-se exponencialmente mais evidentes, enaltecendo a concentração de riquezas e disponibilidade de recursos, sugeridos pela lógica do desenvolvimento econômico segregador.

Com uma malha urbana desestruturada, deficiências múltiplas nos setores de transporte, saneamento, educação, geração de trabalho e renda, educação, prestação de serviços, seguridade social e, por fim, despreparada para receber os fluxos de migrantes de outras regiões (principalmente do Norte de Minas Gerais, Sul da Bahia e diversas regiões do interior do Espírito Santo), que amontoaram-se nos íngremes morros e nos mangues da cidade, Vitória finalmente assumia-se como uma cidade preparada para ingressar no modelo de produção e administração neoliberal, com segmentos sociais já bem estabelecidos e delimitados. Neste cenário, iniciou-se o processo de ocupação desordenada das áreas marginais da cidade. A ocupação dos morros da Capital, apesar de haver registros que datam da década de 20, intensificou-se efetivamente a partir de 60.

Tradicionalmente, as populações de classe média e alta assentaram-se nas porções baixas de Vitória, principalmente no

Centro, zona que concentrava os setores de prestação de serviços, comércio e vida cultural da cidade. Às famílias de baixa renda, restaram as áreas marginalizadas, como os mangues, encostas e morros.

Como supracitado, a área dos mangues da região noroeste passa a ser alvo das ocupações desordenadas promovidas pelas famílias em situação socioeconomicamente desprovida, muito semelhantes à *underclass* estadunidense, traduzida por Wacqüant como “*subproletariado marginalizado no mercado de trabalho por um estigma racial, étnico e ético e pelas revoluções tecnológicas nos meios de produção*”. (idem)

Tal área era utilizada pela Prefeitura da Vitória como depósito de todo o lixo produzido na cidade, e as famílias ali assentadas obtinham sustento através do manejo dos dejetos, fosse com restos alimentares, reciclando e vendendo materiais ou utilizando os mesmos para aterrar o próprio manguê, configurando um quadro de miséria e colapso social, incompatível com qualquer resquício de dignidade humana. Até 1980, esta região, tida como o berço da pobreza de Vitória, conhecida também como São Pedro, abrigava cerca de 15 mil pessoas, incentivadas a recorrer aos mangues pela escassez de terras regulares a serem ocupadas, uma vez que a maior parte das áreas situadas em terrenos planos eram dominadas pela Universidade, aeroporto, complexo industrial CVRD/CST e processos de especulação imobiliária.

Acompanhadas pelas políticas públicas de abandono e exclusão, as minorias constituíram os aparelhos socioespaciais de segmentação e controle etnorracial, resumidos por Loïc

Wacquant pelo aforismo “Gueto”, freqüentemente encontrado no decoro da antropologia social, mas nem sempre visto como uma rede de conexões e condições, sendo resumido a taxas numéricas e formas subseqüentes a processos geralmente alheios à historicidade que os compõem.

1.4 A marca de Cain

O estigma refere-se a um fenômeno social hipocritamente negado pela sociedade brasileira: o racismo – que, pelas complexificações advindas da miscigenação, possui um corte mais social do que racial, apesar do último ainda ser um determinante no processo de discriminação e criminalização -. O estigma visa evitar que se misturem os adaptados com os desviantes, haja vista que o estigmatizado carrega consigo algo como o sinal de Cain: uma marca indelével -geralmente fenotípica - que causa repulsa e temor aos demais, resultando na hostilidade que faz com que sejam considerados *congenitamente vis, intrinsecamente inferiores e desprovidos de honra étnica em virtude da abjeção original da escravidão*. (Wacquant, 1960, p.80).

A coerção e o confinamento caminham aliados: a coerção física, moral, social e, por fim, existencial, rapidamente resultam no confinamento espacial: as agressões, em todas as esferas da vida em sociedade geram a clausura que faz com que os indivíduos se agreguem em espaços reclusos, como eram as senzalas, ou são os cinturões negros ao redor das *inner cities* estadunidenses, os *buraku* no Japão, os *giudecca* italianos, o *Judenstadt* de Praga ou, por que não, os morros da Piedade, São Benedito, Jaburu e Bairro da Penha, em Vitória. Todos

estes espaços tem em comum a sua gênese: por conta da coerção de corte étnico, cultural e racial, os grupos componentes destes espaços são encaminhados ao confinamento: criam, administram, desenvolvem e vivem seus próprios costumes e signos, e culminam em subjetivo, porém, nada sutil isolamento com o exterior.

Por fim, o encapsulamento institucional em nada mais constitui, senão o resultado da administração estatal das referidas zonas. Apesar da relativa autonomia em relação a diversos processos cívicos, o manejo dessas categorias ainda é exercido, em definitivo, pelo Estado, que, pela manipulação das políticas de controle – materializados, em sua máxima concepção, pelo poder de polícia e a *moda* de “*ocupação pacífica*” de espaços estratégicos nas periferias de várias capitais brasileiras -, condiciona o território em questão à perpetuação ou mesmo à expansão de sua condição. Esta assimetria é fruto não da privação material em si, mas do isolamento espacial inflexível, que atua desde a coleta de lixo, cobertura da rede de esgoto e iluminação pública à prestação de serviços básicos como provimento de acesso à educação e saúde, que, pela sua ausência ou prestação em regime de precariedade, culminam no encapsulamento institucional: desprovidos de benesses que somente o Estado é capaz de prover. Assim os grupos segregados encontram-se encurralados em abandono e exclusão seletiva.

No caso de Vitória, a política habitacional reflete com propriedade esta reflexão, haja vista que as principais iniciativas no campo da habitação e da geração de trabalho e renda nas zonas periferizadas na cidade não se movem no

sentido de emancipação e democratização dos processos, mas sim na perpetuação e reafirmação dos espaços estigmatizados.

A informalização da economia se apresenta como alternativa à obtenção de proventos materiais por parte dos indivíduos que habitam zonas nas quais o comércio e alternativas de trabalho e geração de renda inexistem. Em um ambiente no qual consumir e possuir são não mais apenas satisfação de necessidades sociais, mas sim prerrogativas para a existência em sociedade, a informalidade e os desvios (na terminologia lograda por Howard Becker) mostram-se uma alternativa viável ao ostracismo da legalidade e à construção das identidades nos espaços em questão.

Segundo Wacquant, *O Estado modela a marginalidade urbana não somente por delegação, mas por omissão, racial e socialmente seletiva (idem, p. 68)*. A pobreza é tão dotada de historicidade quanto a riqueza, e a informalidade, tão protagonista dos processos sociais quanto a história desvelada. Entretanto, resta à informalidade o estigma de uma ofensa e uma ameaça à cidade formal, sendo, por fim, assumida como uma condição da existência humana no contexto do capitalismo ocidental pós-moderno, tornando-se, inclusive, árdua tarefa pensar na configuração atual do mundo sem a presença ostensiva da pobreza e seus infinitos rebatimentos.

A miséria é um fenômeno estrutural mister para o sustento do regime capitalista de produção, e o Estado se erige e trabalha em harmonia para a sua manutenção. Tratar-se-ia, pois então, de uma *reductio at absurdum* considerar a pobreza como um fenômeno etéreo, uma condição à qual os indivíduos encontram-

se predestinados, quando a própria história e a ciência social narram os episódios desta trajetória. Em embate ao decoro da Escola de Chicago que trata a guetoização e as assimetrias etnorraciais como uma manifestação das forças da natureza humana, vê-se nos processos de expansão, afirmação e reprodução da pobreza constituem o resultado de correlações de forças verticais: a princípio, legitimado pelas classes dominantes por códigos cultural, racial, étnica e moralmente excludentes, e, posteriormente, tal processo é conduzido pelo Estado: em Vitória, reflete-se no desarranjo das políticas de assistência social, nas políticas de habitação pública e renovação urbana das periferias, que culminam na consolidação das assimetrias.

Capítulo 2 – Um microcosmo dentro do macrocosmo

2.1 A ordem de violência e ilegalidade local contextualizadas

Como fruto do processo colonial e do patrimonialismo, dentre diversos outros fatores que marcaram a construção do repertório político nacional, a prática da política no Brasil herdara um *modus operandi* compatível com violações constantes dos direitos civis, com a corrupção dos poderes políticos e com o tráfico e abuso de poder e influências, marcando intensamente, sob o bojo do personalismo, o exercício do dever e do poder político da sociedade brasileira, que até a contemporaneidade ainda enfrenta dificuldades em conceber distinções entre o âmbito público e privado e se empoderar das mais básicas práticas do exercício democrático, haja vista que o comércio de votos, a alienação dos direitos civis e a predominância da

vontade privada sobre o bem coletivo ainda são hegemonia no comportamento político do brasileiro.

A atuação das instituições públicas em benefício da motivação pessoal ocorre em detrimento da presteza ao público e a letargia dos mecanismos institucionais e intensa corruptibilidade dos instrumentos judiciais de coerção aos diversos tipos de práticas ilegais (o que complexifica a relação entre sociedade e Estado dada a intensa distinção existente entre o direito previsto em lei e os direitos praticados, que constituem a hegemonia do comportamento sóciopolítico do brasileiro em suas mais variadas matizes), associados ao marco de pobreza e exclusão social que acompanha soma expressiva da população brasileira, a interação - seja desta parcela marginalizada ou dos inseridos na sociedade 'formal' - com os mercados ilegais torna-se conceptível, ao menos a nível analítico.

2.2 História sem fim

White man came across the sea / He brought us pain and misery / He killed our tribes, He killed our creed / He took our game for his own need
Iron Maiden – Run To The Hills

O mercado ilegal de drogas representa um dos maiores setores produtivos do mundo. Alba Zaluar, em *Democratização Inacabada: fracasso da segurança pública*, introduz a idéia:

“Um dos principais problemas mundiais de hoje é a incapacidade de controlar o uso de drogas ilegais, mas principalmente do mundo criminal sinistro que se desenvolveu para fazê-las circular por toda parte com uma logística que impressiona pela sua eficácia. (...) Todavia, é apenas uma parte do sistema de funcionamento do crime-negócio, mais ou menos organizado, que funciona em diversos setores, utilizando redes e mecanismos similares para parecer operações limpas e legais. Já que os setores econômicos, sobretudo os ilegais, misturam os mercados formal e informal, tecem vários setores legais e ilegais, ao mesmo tempo em que conectam instituições governamentais e

comerciantes da droga, os negócios desses penetram em muitos dos setores legais da sociedade. Esses setores funcionam freqüentemente na economia formal, mas obtêm uma parte de seus lucros das atividades do tráfico de drogas e outros tráficos. (...) Isso fica claro no caso dos bancos, do mercado imobiliário e das companhias de transporte que fornecem serviços para os negócios ilegais e os mecanismos principais da lavagem de dinheiro sujo.” (Zaluar, 2007)

De acordo com a ONU, em 2005, o mercado do tráfico de drogas movimentou, em estimativas, de 300 a 500 bilhões de dólares ao redor do mundo. Segundo Kopp, a rentabilidade da droga é estimada em cerca de 3.000% enquanto que os camponeses ficam com apenas 0,1% do volume final dos negócios (KOPP, 1998). O Brasil se insere neste contexto como um dos principais intermediários de drogas no mundo, não somente por conta do extenso litoral ou em virtude da vastidão de áreas cultiváveis - principalmente no Nordeste do país - , mas, principalmente, por conta da situação fundiária lastimável dos pequenos produtores seguida do monopólio dos latifúndios sobre os investimentos públicos ou controle de terras -situação similar à da Colômbia e Bolívia, descritas mais adiante. Segundo relatório da Câmara dos Deputados, confeccionado em 1997,

(...) “a falta de uma política agrícola que garanta assistência técnica e preços justos, além da falta de investimentos sociais, tem servido de estímulo para que pequenos produtores optem pela maconha em vez de tomate, melancia, cebola e melão, base da agricultura irrigada do São Francisco. (MENEZES, 2001). “

2.3 A Droga Além da Droga – Um Breve Olhar Para a História

O tráfico de drogas esteve sempre em simbiose com a expansão internacional do sistema. De acordo com SOMOZA (1990), o tráfico da coca (atentando-se que trata-se do tráfico da planta, e não do alcalóide derivado) inaugurava o marco deste tipo de exploração já em meados do século XV:

(...) após a invasão espanhola, conhecida como 'descoberta' (séculos XV-XVI), a coca passou a fazer parte da economia colonial. Os espanhóis tinham interesse na difusão do hábito de consumir coca, pois era, de um lado, meio de sustentação da população explorada e de outro, produto a ser comercializado em larga escala em todo o país. (...) o boom da coca observou-se na metade do século XVI ligado ao desenvolvimento de outras atividades que concentrou milhares de índios nas zonas ricas em minérios. Essa grande massa de trabalhadores escravos tinha que ser mantida pela estrutura estatal colonial e a coca revelou-se o produto mais econômico, devido às suas características nutritivas e vitamínicas. Então, consumida em larga escala, permitia manter os mineiros vivos com uma pequena porção de batatas e feijões, pelo menos durante o período útil de sua vida, isto é, dez a quinze anos. (SOMOZA, 1990)

Para Osvaldo Coggiola (1991), a questão do ópio fora também um dos marcos deste debate. Os portugueses, a partir do século XVI e XVII, começam a comercializar ópio que compram na Índia e introduzem na China. No século XVIII os ingleses substituem os portugueses, e, em 1729 o ópio é proibido pelo governo chinês. A Inglaterra, por sua vez, obtinha lucros na época, da ordem de 11 milhões de dólares com o tráfico de ópio para a cidade chinesa de *Lintim*. Na mesma época, o volume do comércio de outros produtos era de 6 milhões de dólares. Desde 1779 o ópio se tornou um monopólio da *East Indian Company* (Companhia das Índias Ocidentais).

No contexto da economia moderna, a grande transformação das economias monoprodutoras em narcoprodutoras e o grande salto do consumo nos EUA e na Europa ocorrem durante os anos oitenta, quando os preços das matérias primas despencaram no mercado mundial: açúcar (-64%), café (-30%), algodão (-32%), trigo (-17%). A crise econômica mundial exerceu grande pressão em favor da narco-reciclagem das economias agrárias, que redundou num aumento excepcional de oferta de narcóticos nos países industriais e no mundo todo. (COGGIOLA, 1991).

Doravante, Jensen elucida a questão da narco-reciclagem e seu papel na regulação das economias:

“Essa narco-reciclagem das economias é a expressão direta das políticas de “ajuste estrutural” impostas pelo FMI e o Banco Mundial. A privatização de diversos setores das economias em muitos países resulta na supressão de milhões de empregos. Tudo isso provoca uma transferência maciça de mão de obra para a economia dita “informal” e em particular para a produção de drogas, em países como Bolívia, Peru, Colômbia, Afeganistão. Pela sua rentabilidade, as culturas de drogas permitem compensar com vantagens a falta de ganhos registrados em outras culturas.” (JENSEN, 2005).

Exemplificando, Del Royo (1997) aponta o caso da Bolívia, país expoente na produção da coca:

(...) foi aplicada uma política econômica que levou os índices de desemprego a 30%. As mineiras são fechadas, as atividades produtivas paralisadas e o que restava de Estado social, desmantelado. O Fundo Monetário Internacional aconselha e pressiona para a liberalização geral. O presidente Paz Estenssoro, com o decreto DS 21.060 declara que todas as moedas cotadas podem ser depositadas nos bancos bolivianos, em qualquer quantidade e sem controle nenhum, com respeito total ao sigilo bancário em relação a sua proveniência. Os aplausos dos organismos econômicos internacionais foram generalizados. Significou o sinal verde para grandes investimentos na coca. Ela se transformou em fonte de sustento para uma boa parte dos bolivianos, mergulhados na miséria. Aconteceu que em pouco tempo no planalto de Chapare, o melhor terreno para a plantação, a população passou de 20 mil habitantes para 200 mil. Caso quase único de esvaziamento das cidades e retorno ao campo. (DEL ROYO, 1997)

Somado a isso, Urquidi elucida, por fim, que

(...) Na Bolívia, a plantação da coca é legal desde que utilizada em locais de cultivos tradicionais e medicinais, em rituais religiosos, pelas culturas indígenas. Mas, até o final da década de 1990, apenas 10% da folha de coca produzida era utilizada de forma tradicional, enquanto que 90% constituía o “excedente” destinado à fabricação de cocaína (URQUIDI, 2002, p 205).

Adiante, seria uma grande lacuna citar o papel das drogas no seio do capitalismo sem evocar o exemplo da Colômbia. De acordo com Uprimy, em 1997, o país era responsável por cerca de 80% de toda a coca que circula no planeta. Soma-se a isso o fato de que este comércio representa 10% do PIB num país composto por 60% dos seus habitantes em estado de miséria, de

acordo com os padrões da ONU. Com o avanço da relevância econômica dos comandantes dos cartéis do narcotráfico colombiano, veio também um acréscimo no poder de barganha política por parte destas personagens, que passam por episódios que vão desde o fuzilamento em público, durante um discurso, do candidato à presidência, em 1989, Luís Gallan – que tinha como principal meta de sua proposta de governo a “guerra ao narcotráfico” - à eleição de Pablo Escobar para a Câmara dos Deputados. Em razão da influência definitiva que o tráfico exerce sobre as estruturas políticas da Colômbia, esta é tida freqüentemente como um “Narco-Estado - retomando um infame e reacionário neologismo utilizado para rotular o país.

2.4 Droga e Controle

Jensen aborda a inserção das drogas, inclusive legais, no contexto do capitalismo e sua eficácia na regulamentação das economias e submissão social das classes oprimidas, ao citar ENGELS (1986):

(...) há ainda outras causas que enfraquecem a saúde de um grande número de trabalhadores. Em primeiro lugar a bebida. Todas as tentações possíveis se juntam para levar o trabalhador ao alcoolismo (...) O trabalhador...tem uma necessidade urgente de se divertir. Precisa de qualquer coisa que faça o trabalho valer a pena, que torne suportável a perspectiva do amargo dia seguinte...o seu corpo...exige imperiosamente um estimulante externo...nessas condições, a necessidade física e moral faz com que grande parte dos trabalhadores tenha necessidade de sucumbir ao alcoolismo (...) que incitam o trabalhador (...) a certeza de esquecer sua embriaguez, pelo menos por algumas horas, a miséria e o fardo da vida (...).o alcoolismo deixou de ser um vício no qual se pode responsabilizar aquele que o adquire. Torna-se um fenômeno natural, uma consequência necessária e inevitável de condições dadas (ENGELS, 1986).

Ainda sobre o potencial de submissão do comércio de drogas na lógica capitalista e seu uso para exercer controle, Jensen

remete a três exemplos potencialmente distintos, onde as classes oprimidas se assemelham não somente pelo seu papel nas estruturas produtivas do Estado:

Entre 1919 e 1933 vigorará a Lei Seca nos EUA na qual a comercialização de álcool será proibida. Nesse período o consumo diminuirá (35% menor), por outro lado favorecerá o comércio ilegal promovido pelas máfias -como a de Al Capone- lucrando com esse novo negócio (os preços foram multiplicados de 3 a 4 vezes). No entanto, o retorno à legalização do álcool como justificativa para se acabar com os lucros das máfias não impede que os EUA estejam entre os primeiros países de mais alto consumo de bebidas alcoólicas como prova que nem a repressão nem a legalização resolvem o problema.

A dominação colonial das grandes potências sobre os povos indígenas teve também no álcool um de seus meios de extermínio mais importantes. A destruição pelo alcoolismo foi utilizada amplamente pelos colonizadores brancos contra os indígenas na América.

A revolução de Outubro de 1917 na Rússia também teve que enfrentar o grave problema do alcoolismo. O governo bolchevique proibiu a fabricação e a distribuição de vodka. Não é causalidade que foi o governo de Stalin que reintroduziu o comércio de vodka no começo dos anos 1930, por ocasião da coletivização forçada, o extermínio da resistência dos trabalhadores e da oposição de esquerda.. Depois do fim da URSS, uma onda de drogas "ilegais" invade as republicas ex-soviéticas. (JENSEN, 2005)

Por fim, torna-se impossível pensar em drogas, violência, controle –e descontrole - social na contemporaneidade sem remeter a reflexão a uma droga específica: o crack – ponto central de discussão deste ensaio. Sem a pretensão de esgotar o assunto, partindo de um breve recorte histórico, busquei contextualizar o substantivo-noção 'droga' em um paradigma estreitamente vinculado tanto à economia quanto à política – portanto, ao capitalismo *within* -, para, enfim, remeter a análise ao caso brasileiro, e, mais especificamente, à cidade de Vitória. Entretanto, acredito na indispensabilidade de uma apresentação detalhada sobre o crack, droga emergente nos debates e nas infinitas casualidades – e causalidades - que permeiam a vida no cenário urbano da atualidade, tido, por muitos, como uma das mais relevantes questões de saúde e segurança pública das últimas décadas, responsável pela degradação da condição

humana em todas as suas esferas. De um subproduto químico a um agente de desestruturação do tecido social, decerto esta droga incita um debate a ser proferido com cautela e lucidez.

2.5 E não restará pedra sobre pedra: apresentando o crack no contexto da (des) ordem econômica global

“A cocaína e seus derivados, como o crack, são a terceira bomba atômica do mundo. Essa droga veio pra devastar a sociedade. Vão morrer mais pessoas por causa dessa droga que na guerra do Vietnã”

Carlos Lehder Rivas, traficante colombiano, em declaração ao governo norteamericano, ao ser condenado a 135 anos de prisão.

Dada a escassez de fontes de pesquisa – principalmente por se tratar de um fenômeno contemporâneo e, portanto, não encerrado em sua totalidade – sobre a chegada do crack no Brasil, concluí que seria prudente, a nível heurístico, abordar a questão diacronicamente, em convergência com os registros mais pretéritos quanto fosse possível, visando discorrer historicamente sobre um fenômeno que é recorrente no cotidiano dos centros urbanos, tem muitos rebatimentos e poucas resoluções. Como o crack, no Brasil, de acordo com os registros disponíveis – que são poucos -, iniciou o seu percurso na cidade de São Paulo, é compreensível que a maioria das pesquisas referenciadas sobre o tema tenham sido desenvolvidas nesta metrópole, de onde o fenômeno teria se disseminado para as demais capitais brasileiras - ao menos na proporção em que atingira o estado paulista – quase uma década depois de ter chegado em *Sampa* (os registros são ambíguos, e variam de 1987 a 1990), utilizarei como referência informações advindas de estudos sobre o fenômeno na referida cidade, **partindo da premissa** de que regionalismos não exercem influência definitiva sobre os padrões de consumo da droga nos centros urbanos.

Tive acesso a duas vertentes de pesquisa sobre a gênese do crack. A primeira, relatada por Marco Antonio Uchôa em “Crack: o caminho das pedras” (1996), remonta à década de 80, nas ruas do Bronx, subúrbio de Nova Iorque. De acordo com o autor, constam, nos arquivos da polícia local, que as primeiras pedras teriam sido introduzidas por quadrilhas de traficantes jamaicanos. Porém, sem o devido aprofundamento de detalhamento, o mesmo autor sugere que é possível também que traficantes do México, Peru, Colômbia e Bolívia tenham sido os pioneiros na exportação do crack para os Estados Unidos. Alerta, porém, reiteradas vezes, que não há um registro histórico cartesiano para o início das atividades relacionadas ao crack. Esclarece, que, por conta da pressão policial dos anos 80 para combater as refinarias de cocaína – provavelmente após perceberem que a inocuidade dos esforços em se combater com fervor a maconha e o LSD nos anos 60 e 70 -, houve dificuldade em se exportar a massa de coca para países que exercem a atividade do refino, como o México (de acordo com Observatório Europeu sobre Drogas e Toxicodependências, a origem americana dos produtos químicos usados pelos refinadores de coca chega perto de 100%, por mais que o DEA afirme que este não passe dos 70%). Desta forma, como solução rentável para as grandes quantias de pasta base estocadas nos cartéis presentes nos Estados Unidos, desenvolveu-se uma droga passível de ser criada a partir da pasta base da cocaína, porém, sem passar pelo processo de refino, que exigia estrutura e mão de obra especializadas. Logo, de acordo com o referido texto, a criação do crack teria sido motivada pelo excesso de pasta base e dificuldade em enviá-la para o refino em outros países, buscando alta rentabilidade para o produto.

A outra vertente de pesquisa, mais referenciada e polissêmica – corroborando, inclusive, as teses de Jensen e Engels sobre o potencial subjugador da droga - remonta à análise de Del Roio de um artigo do jornal estadunidense *San José Mercury News*, publicado no dia 18/08/1986, no qual se afirma que a juventude negra do subúrbio de Los Angeles fora completamente devastada pelo crack. Del Roio (DEL ROIO, 1997, p 120, 121, 122) faz um recorte histórico do fato, e argumenta que, em virtude da necessidade das forças opositoras ao governo sandinista, na Nicarágua - juntamente com a inteligência estadunidense -, em obter fundos para financiar a direita do país centroamericano, há a inserção do tráfico da cocaína colombiana nas áreas pobres dos Estados Unidos, inicialmente, na periferia de Los Angeles. Contudo, a cocaína mostrou-se incompatível com o poder aquisitivo da parcela jovem da população, e uma queda no preço significaria conflito com os cartéis já estabelecidos nas zonas nobres do país - como Beverly Hills, já apossada pelo cartel de Cáli (responsável por cerca de 80% das exportações de cocaína da Colômbia para os Estados Unidos).

A solução não demora a aparecer, surgindo dos cristais que restam após o processo do refino da cocaína⁴, uma droga

⁴ (Detalhando) No processo de refino, é depositada – em qualquer tipo de recipiente impermeável - grande quantidade de folhas secas de coca, que a seguir, são maceradas com querosene. Após a maceração, as folhas são removidas e transferidas para outro recipiente e mergulhadas em solução de ácido sulfúrico visando acidificar o alcalóide e formar sulfato de cocaína, higrina e outros compostos, solúveis em água. O líquido é então decantado e tratado com alguma substância alcalina, como o carbonato de amônio, o que resulta na pasta base, que é solúvel em solventes orgânicos e insolúvel em água. A seguir, a pasta base é dissolvida em acetona ou éter etílico, normalmente, que dissolvem a cocaína básica, e com acréscimo de água, precipitam a cocaína, que por filtração encontra-se em elevado grau de pureza. Pela volatilidade, os solventes são completamente eliminados do pó obtido. Ao subproduto do processo de refino, acrescenta-se o bicarbonato de sódio, formando cristais alcalinos – as estimadas pedras de crack. Outras técnicas mais refinadas deste processo incluem querosene e cal virgem, que fazem “aumentar o

potencialmente viciante e de baixo custo, uma vez que se trata de um subproduto de um processo industrial amplamente difundido nos Estados Unidos e altamente rentável. Estima-se que, com um quilo de cocaína (cerca de US\$ 10 mil), pode-se converter em porções de crack com retorno garantido na ordem de 250 mil dólares americanos.

De acordo com Del Roio, de 1982 a 1987, os traficantes nicaragüenses, apoiando os movimentos de direita do país, levam cerca de 100 quilos semanais de crack para a periferia de Los Angeles, o *South Central*, de onde os lucros partiam para Miami, e, de lá, rumavam para a América Central, mais especificamente nas finanças dos grupos opositores ao governo de Manágua. Tais fatos foram referenciados em uma comissão do Senado norteamericano, presidida pelo senador John Kerry⁵.

rendimento” formar pedras maiores, onde se concentram de 40% a 50% de cocaína. Todo o restante é advindo dos compostos químicos utilizados na alquimia.

⁵ Em 1982, o diretor da CIA, William Casey, lançou a operação *Black Eagle* visando “ampliar” o papel dos EUA na América Central. Recrutaram mercenários para se juntar à contra-revolução nicaragüense, seguindo as orientações de George Bush. Na Flórida, Jeb Bush, filho de George, virou o laço entre a máfia cubano-americana, os “contras” e os nicaragüenses emigrados. Jeb confraterniza com o mafioso cubano-americano Leonel Martínez extremista da direita e narcotraficante associado ao “dissidente” nicaragüense e agente da CIA, Eden Pastora. Posteriormente, George Bush nomeou Donald Gregg conselheiro para a segurança nacional. Gregg ordenou a Félix missões de apoio à “Contra” nicaragüense.

Rodríguez organizou, juntamente com José Basulto, o que se qualificou posteriormente como o maior desvio de verbas do seguro social na história dos EUA. Com a cumplicidade de um parceiro de Jeb Bush, o cubano-americano Miguel Recarey, utilizou boa parte de um subsídio federal destinado a serviços públicos de saúde de Miami para organizar ilegalmente serviços hospitalares para os mercenários da ‘Contra’ nicaragüense.

Em outubro de 1984, Gerald Latchinian, vice-diretor de Giro Aviation, uma empresa aérea da CIA manipulada por Félix Rodríguez, foi detido pela importação de US\$ 10 milhões de cocaína, para financiar supostamente o assassinato do presidente hondurenho Roberto Suazo Córdova.

Latchinian afirmou que a operação era obra da CIA.

A partir desse momento, também o ex-membro da Operação 40 encarregou-se da coordenação das operações de transporte de volumes enormes de cocaína da Colômbia para os Estados Unidos. Um ex-agente da DEA (agência federal antidroga), Celerino Castillo III, falou mais tarde, perante o comitê de inteligência da Câmara, como seus informantes descobriram na base de Ilopango armazéns de drogas, armas e dinheiro. Também como repararam em que muitos dos pilotos dos “contras” estavam fichados como narcotraficantes pela DEA.

Como a inserção do crack mostrou-se potencialmente destrutiva a curtíssimo prazo e incidia, principalmente, sobre jovens negros, o fenômeno despertou a atenção de movimentos sociais insurgentes no Estados Unidos em meados dos anos 60, como os Panteras Negras, uma organização essencialmente composta por negros que lutavam contra a opressão etnorracial exercida pelo governo norteamericano em sua política de abandono e omissão voluntária perante à miséria e à dilapidação física e social dos guetos negros. Não obstante, são inúmeros os relatos de associação da polícia federal estadunidense (FBI) com os narcotraficantes asiáticos e latinoamericanos, quando os primeiros negligenciavam a presença dos traficantes que despejavam o crack e a heroína em zonas potencialmente fragilizadas dos bairros mais pobres do país, contribuindo para o esvanecimento dos movimentos sociais e agravando o quadro de corrosão social no qual os habitantes de tais zonas já se encontravam inseridos muito antes de conhecerem as referidas drogas.

O modelo de venda e consumo de drogas no Brasil em muito se assemelha com os exemplos dos demais países latinoamericanos e dos Estados Unidos se pensado como uma rede mundial de comércio estreitamente vinculada às forças de

Em 18 de janeiro de 1985, Rodríguez reuniu-se com Roberto Milán-Rodríguez, expert em lavagem de dinheiro do Cartel de Medellín, que se gabava de ter “lavado” mais de US\$ 1,5 bilhão para sua organização. Milán-Rodríguez entregou-lhe US\$ 10 milhões, destinados aos “contras” nicaragüenses. No decurso de 1986, o vice-presidente Bush viajou oficialmente para Honduras a fim de prestar ajuda aos “contras”.

Em outubro desse mesmo ano, o general Singlaub fez queixa dos “contatos diários” de Rodríguez com o gabinete de Bush, temendo “danos para o presidente Reagan e o Partido Republicano”

Em 1988, uma comissão do Senado dirigida pelo senador John Kerry investigou a escandalosa operação de tráfico de entorpecentes e de armas, envolvendo Oliver North, Donald Gregg, John Poindexter, Elliot Abrams, Otto Reich, Richard Armitage, John Negroponte, Mitch Daniels e demais cúmplices de George Bush na guerra contra a Nicarágua.

Extraído de <http://www.umes.org.br/umes/noticias.php?ID=292> , uma compilação de palestras apresentadas à União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo

controle dos Estados-Nação modernos, haja vista que, não fosse a parcimônia – e, em dados casos, dependência - destes para com a rede, esta seria impossível de existir nas atuais proporções.

CAPÍTULO 3 – De lá para cá: A droga em contexto local

3.1 Sampa

*Alguma coisa acontece no meu coração / Que só quando cruza a Ipiranga
e a avenida São João / É que quando eu cheguei por aqui eu nada entendi
/ Da dura poesia concreta de tuas esquinas / Quando eu te encarei frente
a frente não vi o meu rosto / Chamei de mau gosto o que vi, de mau gosto
o mau gosto (Caetano Veloso – Sampa)*

No Brasil, afirma-se que o crack desembarcou em São Paulo. Não há precisão quanto a datas, mas acredita-se que tenha se iniciado entre os anos de 1987 e 1990⁶. Entretanto, há ressalvas, pois, até o final dos anos 80, os casos de crack eram identificados nos boletins de ocorrência como cocaína, o que impossibilitava uma radiografia da droga na cidade (Uchoa, 1996): os instrumentos de medição – no caso, o cromatógrafo - não faziam distinção entre o crack e a cocaína, haja vista que são drogas de origem semelhante. Algumas evidências apontam para o surgimento do crack em bairros da Zona Leste da cidade (São Mateus, Cidade Tiradentes e Itaim Paulista), para, depois, alcançar a região da Estação da Luz (conhecida como "Cracolândia"), no centro (Uchôa, 1996).

3.2 Fazendo as contas.

⁶ A primeira apreensão da substância registrada na cidade, nos arquivos da Divisão de Investigações sobre Entorpecentes (DISE), aconteceu em 1990 (Uchôa, 1996).

“Essa pedra deixa a pessoa ruim, com cara de caveira. A pessoa não tem mais controle de nada. Não serve pra nada”.

Fáisca, traficante do morro do Dendê, Rio de Janeiro

A droga do momento é o crack. É o que mais tem se discutido na mídia. É a droga que ganha exposição nos jornais, que causa alarde por onde passa e “desmantela as famílias de bem”. Pouco se fala em drogas que, há não muito mais de dez anos atrás, eram companhias potencialmente deletérias para quem quer que fosse, como a maconha ou a cocaína. Atualmente, o debate sobre estas últimas encontra-se em um nível de maturidade relativamente intermediário no Brasil: o uso tanto da maconha quanto da cocaína fora embutido de algum *glamour*, seja esta, pelas bandeiras históricas que carrega consigo (que vão desde o movimento *rastafári* aos irrevogáveis usos medicinais e ancestrais) ou aquela, pela marca socialmente distinta que o seu uso carrega, seja dentre músicos e artistas ou pelo uso recreativo, o que “*deixa ligado quando eu to meio de bode*”, que *‘salva a noite, né? Você bebe demais, fuma um, aí fica devagar demais... quando olha, é meia noite ainda, ai você faz o que? Vai pra casa dormir? Não, né! Dá um tirinho que fica legal, a noite começa de novo, fica tudo lindo... maior disposição. Mas tem que usar de boa, só pra ficar de boa. Esse lance de ficar cheirando adoidado é maior bad vibe*⁷ (L, 21 anos).

Sugere-se, pelos *media*, que há uma reversão no padrão de consumo de drogas. As drogas como canabinóides, anfetaminas e cocaína tem logrado baixa visibilidade em função da superexposição do crack. Há uma mudança real no padrão de consumo? O crack está se tornando uma droga hegemônica

⁷ Expressão comumente utilizada para designar que tal ação ou fenômeno não carregam aspectos positivos, que possuem uma “vibração ruim” – eis a transliteração para ‘bad vibe’, uma abreviação para ‘bad vibration’.

entre todos os usuários de drogas? Ou apenas trata-se de excessivo alarde?

3.3 Falando apenas em números: crack e fordismo

Uma primeira hipótese a se pensar é ainda de cunho economicista. Acredita-se que há um conjunto de fatores interrelacionados que explique a rápida – e ainda corrente – conversão do padrão de consumo da cocaína para o crack no Brasil - caso este fenômeno realmente esteja em processo.

Em primeiro lugar, há a dificuldade de se encontrar cocaína pura, somada ao preço, que custa, em média, o dobro de uma pedra, por papelote. As cotações da década de 90 estimam entre R\$15,00 e R\$20,00 um grama de pó, enquanto, atualmente, a cocaína de qualidade razoável tem custo aproximado de R\$30,00 o grama. Em São Paulo, encontra-se pedras de crack por até R\$1,00. Em Vitória, o preço médio é de R\$5,00 por pedra. O preço da cocaína parece ser estandardizado.

A título de produtividade, cada grama de cocaína pode ser convertida em, no mínimo, quatro pedras de crack, sendo que as mais robustas chegam a custar R\$10,00. A rentabilidade do negócio parece garantida. Além disso, trata-se de um produto de fácil manipulação: não é preciso um ‘profissional especializado’ e um complexo e aparelhado laboratório para exercitar a alquimia do crack, como é o caso da cocaína em pó.

Para manipular as pedras, basta a pasta base, bicarbonato de sódio e um fogão e uma panela compatíveis com os anseios econômicos e ambições materiais do mercador: há traficantes

em São Paulo que *trabalham* sozinhos, em casa, e faturam (líquidos) R\$9.000 por mês, já descontados os R\$3.000 semanais para suborno de policiais federais, civis e militares, que acobertam os negócios com fidelidade e presteza. “*Se não pagar pra eles estou frita. Fecham minha bocada e vou presa. Mas são todos amigos, alguns são até clientes*”, revela (Uchôa, 1996). Por fim, soma-se à equação a última variável, que é o potencialmente viciado consumidor, que, por conta dos efeitos que a droga exerce sobre o corpo e a *psiqué*⁸, resultantes em esforços eméritos para obter proventos materiais (que perpassam, diacronicamente, da venda de objetos pessoais, utensílios domésticos, furtos, assaltos e prostituição) e, assim,

⁸ A fumaça produzida pela queima da pedra de Crack, chega ao sistema nervoso central em dez segundos, devido ao fato de a área de absorção pulmonar ser grande e seu efeito dura de 3 a 10 minutos.

A cocaína é um inibidor específico das proteínas transportadoras da dopamina e em grau menor da noradrenalina, existentes nos neurônios. A dopamina e a noradrenalina são neurotransmissores cerebrais que são secretados para a sinapse, de onde são recolhidos outra vez para dentro dos neurônios por esses transportadores inibidos pela cocaína. Logo o seu consumo aumenta a concentração e duração desses neurotransmissores.

A noradrenalina e a adrenalina são neurotransmissores do sistema simpático (sistema nervoso autônomo). Elas são normalmente ativadas em situações de stress agudo ("lutar ou fugir") em que o indivíduo necessita de todas as forças e agem junto aos órgãos de modo a obtê-las: aumentam a contração e frequência cardíacas, aumentam a velocidade e clareza do pensamento, destreza dos músculos, inibem a dor, aumentam a tensão arterial. O indivíduo sente-se invulgarmente consciente e desperto, eufórico, excitado, com mente clara e sensação de paragem do tempo. A cocaína é um forte potenciador do sistema nervoso simpático, tanto no cérebro, como na periferia. A dopamina é o neurotransmissor principal das vias meso-limbicas e meso-estriadas. Essas vias têm funções de produzir prazer em resposta a acontecimentos positivos na vida do indivíduo, recompensando a aquisição de novos conhecimentos ou capacidades (aprendizagem), progresso nas relações sociais, relações emocionais e outros eventos. O aumento artificial da dopamina nas sinapses pela cocaína vai ativar anormalmente essas vias. O consumidor sente-se extremamente auto-confiante, poderoso, irresistível e capaz de vencer qualquer desafio, de uma forma que não corresponde à sua real situação ou habilidade. Com a regularização do consumo, as vias dopaminérgicas são modificadas e pervertidas ("highjacked") e a cocaína passa de facilitadora do sentimento de sucesso e confiança face a situações externas, para simples recompensa derivada diretamente de um distúrbio bioquímico cerebral criado pela própria droga, que é dela dependente. O bem-estar desliga-se de condicionantes externas, passando a ser apenas uma medida do tempo passado desde a última dose. A motivação do indivíduo torna-se "irreal", desligando-se dos interesses sociais, familiares, emocionais, ambição profissional ou aprendizagem de formas de lidar com novos desafios, para se concentrar apenas na droga, que dá um sentimento de auto-realização artificial de intensidade impossível de atingir de outra forma.

empreitar a busca dedicada pela droga, há um cliente fiel e tão assíduo quanto a sua fissura e resistência física lhe permitirem⁹: A estratégia de trocar a venda de cocaína pelo crack pareceu dar certo, e criou uma demanda crescente: nos cinco mil pontos de venda de droga em São Paulo, catalogados pelo DENARC, 80% dedicam-se exclusivamente ao comércio de crack. A polícia de São Paulo calcula em 150 mil o número de usuários de crack em 1996, com cerca de 51 pessoas por dia inaugurando sua viagem na droga (Uchôa, 1996). Um mercado altamente promissor, ainda mais se aliando estas informações ao perfil socioeconômico dos grupos consumidores.

De acordo com Solange Nappo, pesquisadora do Centro Brasileiro de Informações Sobre Drogas Psicotrópicas, as mais notórias características da droga (no caso, o baixo custo e a rápida potencialidade em viciar o usuário) convergem com o perfil majoritário dos usuários. Segundo pesquisa realizada na cidade de São Paulo, O perfil predominante do usuário de crack foi ser homem, jovem, solteiro, de baixa renda, baixo nível de escolaridade e sem vínculos empregatícios formais.

Em função dos efeitos do crack, é raro que os usuários consumissem-no uma única vez, prolongando o uso até que se esgotassem física, psíquica ou financeiramente (Nappo, et al). Doravante, por conta da sensação de urgência proporcionada pela droga, aliada ao rápido esgotamento financeiro, indivíduos

⁹ Um viciado de cocaína em pó, em média, pode se contentar com um grama de pó para passar a noite abastecido. O viciado em crack precisará consumir, pelo menos, 20 pedras numa noite. Não obstante, a cocaína lesa o septo nasal, e o uso endovenoso, além de comprometer o sistema vascular do usuário, potencialmente dissemina o HIV e outras doenças, o que obriga o usuário a interromper o uso (muito mais por conta das lesões vasculares do que por conta do vírus).

que se encontravam em situação social vulnerável¹⁰ (desempregados e provenientes de famílias de baixa renda) rapidamente envolviam-se em atividades ilícitas para obter a droga.

Consideradas em conjunto, tais atitudes têm interferido negativamente sobre a saúde e funcionamento social do usuário de crack de forma a marginalizá-lo, tanto no contexto micro (como nas redes de uso) quanto macrossocial -comunidades e sistemas de serviço- (Clatts, Welle, Goldsamt, Lankenau, 2002), seja por conta do estigma simbólico carregado pelo crack (como uma droga vinculada diretamente à pobreza e à degradação social) ou pelos efeitos potencialmente deletérios que exerce sobre as capacidades físicas dos usuários.

Quantificando, de acordo com o perfil sóciodemográfico dos usuários e ex usuários de crack em São Paulo (Garcia, 2004-2005), constata-se que, num universo de 62 indivíduos, cerca de 45% destes tinham instrução formal correspondente ao cumprimento do Ensino Fundamental, e 22% declararam não ter concluído o Ensino Fundamental. Em contrapartida, aproximadamente 5% são estudantes de cursos de pós-graduação, o que supõe que o perfil dos usuários de crack penda para as populações de baixa renda e/ou baixa escolaridade.

Contudo, alerto que, como descrito no Perfil dos Usuários de Cocaína e Crack no Brasil (2005, por Dualib, Ribeiro e

¹⁰ Tal perfil de uso e criminalidade tem se mostrado expansível também às classes médias. Porém, faltam pesquisas quantitativas que dêem luz a este fenômeno.

Laranjeira, da Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas do Departamento de Psiquiatria da Universidade Federal de São Paulo), as informações relativas ao consumo de crack no país estão muito distantes do desejável, e que as porcentagens acima descritas são meramente ilustrativas. Em análise criteriosa e segura, afirmo que considerações que trazem um perfil definitivo dos usuários do crack são demasiado imprecisas. A carência quanto a dados quantitativos em escala razoável ainda é grande, nas palavras de Ronaldo Teixeira da Silva, secretário-executivo do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania / Ministério da Justiça:

“Tudo o que se tem dito sobre o crack é inverdade ou é uma eventual estimativa, não é verdadeiramente o que ocorre. [...] Só para se ter ideia, nós temos uma pesquisa recente que indica que 5% da população de rua faz uso do crack e, no Rio Grande do Sul, um outro levantamento aponta que o número chega a 39% entre os moradores de rua. [...] Então, embora essas pesquisas sejam importantes, os números ainda são muito díspares “

Capítulo 4 – Manuseando conceitos em Vitória

4.1 Nariz de doze: queimando a fábrica de rótulos

“Os fatos criminosos, as conseqüências horripilantes na área social e familiar e o sortilégio causado ao usuário do crack, comprovam que essa droga, sem sombras de dúvidas, é mais perigosa do que todas as outras juntas. De poder avassalador e sobrenatural, o crack sempre vicia o usuário quando do seu primeiro experimento e o que vem depois é a tragédia certa. Crack e desgraça são indissociáveis e quase palavras sinônimas. O crack é a verdadeira degradação humana”.

“No País do futebol precisamos sempre formar mais e mais competentes e excelentes atletas craques da bola, do esporte e não incompetentes e debilitados cracks desta droga satânica.”

Archimedes Marques, Delegado de Polícia. Pós-Graduado em Gestão Estratégica de Segurança Pública pela Universidade Federal de Sergipe em “A trajetória e o horror do crack”, disponível online em <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2010/01/463240.shtml> e http://www.uniad.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3714:a-trajetoria-e-o-horror-do-crack&catid=29:dependencia-quimica-noticias&Itemid=94

4.1.1 Um adendo metodológico

Utilizarei o exemplo de Vitória como antítese ao argumento sobreposto em relação ao padrão de consumo de drogas. Alerto que todos os depoimentos contidos neste capítulo foram concedidos por informantes cuja identificação hora fora permitida, hora não. Este capítulo, apesar de contar com a presença de diversos depoimentos, não se configura como o exercício da etnografia propriamente dita, haja vista que foram colhidos em locais e ocasiões esporádicas, não configurando, assim, uma vivência *in loco*, mister para a manipulação do exercício etnográfico.

4.2 Pedra na lata: uma breve exposição sobre o crack em Vitória

No caso da capital capixaba, há peculiaridades que delimitam e compõem estes perfis de padrão de consumo, e sugerem algo que não seja a hegemonia do crack – mesmo que este tenha se mostrado, *a priori*, mais rentável que as demais drogas, ao menos em termos de produtividade.

Em Vitória há, basicamente, dois lugares onde pode se comprar cocaína de boa qualidade, a serem estes o Bairro da Penha e a Ilha do Príncipe, ambos de periferia. Estas localidades serão descritas com mais esmero nos capítulos seguintes.

Fato é que a cocaína de boa qualidade é difícil de encontrar na capital. E é cara. A cocaína da Ilha do Príncipe, dependendo da disponibilidade sazonal, chega a custar 40 reais o grama. Os

usuários não reclamam: o pó tanto da Ilha quanto o do Bairro da Penha são conhecidos por toda a cidade como o que pode haver de melhor em cocaína. O crack, em Vitória, é abordado como uma droga “de pobre”, como me diz um informante, X:

“Pedra é pra pobre, é pra nóia. O que vira a grana mesmo é o pó, não tem essa história não. Quem dá dinheiro pra gente é os nariz de doze¹¹. Porra, o cara usa pedra, beleza. Compra uma, depois passa a comprar um monte, porque vicia rapidinho. Até dá um dinheiro legal no começo. Mas e depois? O cara vende casa, cachorro, mãe, televisão, tudo, e chega uma hora que o nóia não tem mais nada, vira mendigo. E aí compra uma vez na vida e outra na morte. E aí fica aí, roubando, dando trabalho na boca, dando derrame por ai. Ninguém gosta disso! É droga pra pobre, por isso que a gente nem vende muito aqui na boca. É mais lá pra baixo mesmo, vende pros nóia da Ponte Seca, esses cara’ aí. A gente vende pedra pra tirar um troco, mas é droga de pobre, isso não deixa ninguém rico. Até tem uns playboy que compra, mas é pouco, muito pouco... quem curte pedra é os nóia mesmo. Isso que crack deixa os traficante rico é mentira. Dá dinheiro, mas é mentira.”

E me ratifica o policial civil W:

“Em Vitória, quem usa crack são os mendigos. Flanelinha, os “nóias” (gesticulando as aspas com as mãos), morador de rua, andarilho... tem garotada de classe média que usa, mas é muito pouco. Crack não deixa o traficante rico, só serve pra acabar com as pessoas. O crack veio pra devastar tudo, não deixa o traficante rico, não traz benefício nenhum ao usuário, só acaba com ele.”

Se forem analisadas superficialmente as apreensões feitas pela polícia, estas reforçam, em números, que o crack, apesar de ainda não possuir tanta abrangência quanto se discute, está em

¹¹ “Nariz de doze” é um termo que se refere ao usuário de cocaína. O ‘doze’ refere-se à espingarda calibre.12, que possui um cano de largo diâmetro - uma analogia ao nariz dos usuários.

crescimento: de acordo com a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social, foram apreendidos, em flagrantes comunicados pelo disque-denúncia, de janeiro a julho de 2009, 402,78 quilos de maconha, 919 papelotes de cocaína (2,25kg), 8,7kg de pasta base de cocaína (a partir da qual se faz o crack) e 9,2kg de pedras de crack (647 pedras). Ou seja, em poucas palavras, a cocaína ocupa o último lugar no rol das drogas mais consumidas dentre as apreensões em flagrante efetuadas pela Guarda Municipal ou Polícia Militar. Logo, consome-se menos cocaína do que crack, em Vitória? Não. Ledo engano. O Centro Integrado Operacional de Defesa Social/CIODES comunica estatísticas que sugerem exatamente o contrário: A substância que mais registrou aumento nas apreensões das polícias foi a cocaína. Entre janeiro e agosto de 2008, 12kg da droga foram encontrados no Estado. Já em 2009, foram 60Kg, um aumento de 400%. A tabela abaixo detalha estas informações:

Tabela 1: apreensão de drogas

Janeiro a Agosto	2008	2009	Varição
Cocaína	12 kg	60 kg	+ 400%
Pasta base	9 kg	44 kg	+ 388%
Crack	25 kg	55 kg	+ 220%
Crack (em pedras)	75.000	165.000	+ 220%
Maconha	97 kg	158 kg	+ 62,8%
TOTAL	143 Kg	317 Kg	+ 121%

Fonte: CIODES

Quais são os fatores mais relevantes a serem analisados diante destas informações aparentemente contraditórias? Os primeiros dados, fornecidos pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social referem-se a apreensões feitas por denúncias motivadas pelo disk-denúncia, um número de telefone para o qual qualquer pessoa pode ligar e efetuar uma denúncia. Neste caso, a maconha lidera o número de apreensões, seguido

do crack e, por fim, da cocaína. Não é difícil de compreender o porquê, se pensarmos nos padrões de consumo: indubitavelmente é mais fácil flagrar um usuário de maconha do que o de cocaína, pelas características da forma de uso: a cocaína pode ser utilizada facilmente em um banheiro, em uma atividade que pode durar não mais de dez segundos, a depender da perícia do usuário. A maconha é uma droga muito mais flagrável, assim como o crack: exala odor e obrigatoriamente precisa ser fumada no ato do consumo. A pasta base, geralmente, quando apreendida, está depositada em algum local, não necessariamente uma boca de fumo. Por ser um produto que produz grande volume, também é de fácil apreensão.

Em segundo lugar, sabe-se que as rondas policiais são mais freqüentes nos bairros de periferia, onde se consome mais crack do que nos bairros mais abastados (seja pelo padrão de poder aquisitivo, seja porque o consumidor de classe média raramente utiliza o crack em lugares públicos). O padrão de uso do crack, como descrito, é por populações de baixa renda, o que inclui um sem-número de desabrigados. Hora essa, seria de se estranhar que a polícia não apreendesse as drogas de um sujeito que as utiliza abertamente em espaços de trânsito público. A maconha lidera o rol não somente por ser a droga mais socialmente difundida dentre todas, mas por apresentar um preço intermediário e larga aceitação em todos os parâmetros de usuários da sociedade, além de possuir disponibilidade de mercado infinitamente maior do que as demais drogas.

As informações sugeridas pelo CIODES são mais conclusivas. O Centro Integrado Operacional de Defesa Social é um órgão com características de serviços de inteligência, cujas ações estão intimamente vinculadas à DETEN (Delegacia de Tóxicos e Entorpecentes), e tratam de apreensões de maior calão, como o “estouro” de bocas de fumo, interceptação de cargas, dentre outras ações.

4.3 Erros de cálculo e uma discussão vã

Curioso é se observar o quão inconclusivas são as afirmações vinculadas nos meios de comunicação: o jornal A Gazeta, em sua versão digital, no dia 24/09 de 2009 vinculou a matéria “Apreensão de drogas aumenta 121%”, com os dizeres:

“A substância que mais registrou aumento nas apreensões das polícias foi a cocaína (grifo meu). Entre janeiro e agosto de 2008, 12kg da droga foram encontrados no Estado. Já no mesmo período deste ano, foram 60Kg, um aumento de 400%. De acordo com o secretário de Segurança Pública e Defesa Social, Rodney Rocha Miranda, o acréscimo deve-se a uma intensificação no trabalho das polícias e ao aumento do consumo de drogas.”

Hora, a quantidade de pasta base apreendida em 2009 (44kg) é muito relevante, se comparada com a de cocaína (60kg) e crack (55kg). Esta quantidade de pasta base definiria, sem dúvidas, para qual lado pesaria a balança do consumo em Vitória: se convertida em crack, certamente a pedra seria a droga hegemônica, ao menos no pódio das apreensões. No caso da cocaína, manteria o status da branca como a mais pedida. A se julgar que existem pouquíssimas refinarias de cocaína em Vitória (a refinaria, como descrito, necessita de um laboratório razoavelmente equipado, um espaço físico considerável e um

especialista químico. Do contrário, o ácido bórico, caso manuseado com imperícia, trata de atear fogo instantaneamente em toda a *factory*), fica a questão: em que resultará toda essa pasta base?

Concluindo, é possível afirmar qual é a droga mais consumida? Qual tem se alastrado com mais rapidez e intensidade? Receio que não: as informações que sugerem estes perfis ou são demasiadamente limitadas, ou são corrompidas.

4.4 Irmãos Winchester

Na verdade, um questionamento mais profícuo: é tão relevante assim se *descobrir* qual é a droga mais usada? Qual a droga que deve ser mais combatida, qual merece mais atenção? Qual a droga que mais degrada a instituição familiar, que gera mais 'horror'?

Vou além: há algo de "sobrenatural" no crack, ou em qualquer outra droga (até mesmo nas que estejam acompanhadas de propósitos enteógenos)? Não obstante a intensidade com a qual os usuários e sua rede sócio-familiar são degradados pelo uso da droga, questiono-me se "satânico" e "sobrenatural" são adjetivos apropriados para se tratar de um assunto que foge aos âmbitos de culto à espiritualidade em todas as suas matizes.

Enquanto delegados, secretários e governantes pensarem que as drogas são algo além-mundo, e continuarem tratando desta forma a droga e questões subseqüentes, penso que será árduo o caminho até que se atinja uma compreensão minimamente crítica

e realista a respeito - quiçá do encontro com ações e políticas públicas movidas no sentido de assistir aos usuários e debater a temática com uma franqueza que não permeie o “sobrenatural” (quiçá o satanismo!), mas que lide com questões que são inerentes à existência nos espaços urbanos em convergência com as suas causas e conseqüências sob o pragmatismo da ação política, que muito pouco tange com questões pertencentes ao que quer que seja dito como “sobrenatural”.

Penso que estes são *rótulos que não dão conta do que está em jogo*, nas palavras de Antonio Rafael Barbosa (1998, p 78).

Capítulo 5 – Pior que o Iraque: Vitória no contexto da violência mediada (ou não!) pelo tráfico de drogas

“Na luta contra a estupidez, os homens mais justos e afáveis tornam-se, enfim, brutais. Com isso podem estar no caminho certo para a sua defesa; pois a frente obtusa pede, como argumento de direito, o punho cerrado. Mas, tendo o caráter justo e afável, como disse, eles sofrem com tal meio de defesa, mais do que fazem sofrer”.
Nietzsche, aforisma 362.

Partindo da premissa de que as relações no contexto da ilegalidade são mediadas sob princípios que transcendem a legislação sacramentada política e civilmente, afere-se também a abertura para um caráter notoriamente violento das resoluções dos conflitos que envolvem tais relações: as clivagens, no âmbito da rede informal, tornam-se passíveis de solução no meio da fragilidade e inoperância dos dispositivos institucionais e da corrupção: logo, por não contar com o amparo das instituições judiciais em seu caráter *sui generis*, a mediação de conflitos freqüentemente recorre a práticas violentas, como

chantagens, ameaças, assassinatos e, em casos particulares, terrorismo.

Tais práticas, de certo, não se desenvolvem em desacordo com as normas sociais dos grupos envolvidos. A prática de ações violentas aparenta estar vinculada à legitimação da personalidade social dos indivíduos componentes das redes do tráfico de droga: o perfil predominantemente jovem e masculino destes sujeitos corrobora com a estrutura das microrrelações e padrões de solidariedade exercidos entre estes: as formações subjetivas sobre valores de respeito e sua imposição (necessária à validação da *persona*) culminam diretamente na concepção da expansão da própria masculinidade, com a exibição de armas de fogo e tolerância ao exercício de práticas violentas como forma de afirmar a rigidez, virilidade e segurança pessoais.

Zaluar avança neste sentido:

“É necessário compreender as formações subjetivas sobre o valor e o respeito de um homem, isto é, a concepção de masculinidade em suas relações com a exibição de força e a posse de armas de fogo. É necessário também assinalar os processos institucionais de longa duração nesta reflexão. Assim se formam as práticas de violência policial contra os pobres em geral e as práticas sociais de violência dos jovens pobres entre si numa sociedade fragilmente governada pela lei e em um Estado que nunca teve o monopólio legítimo da violência.(...) A corrupção institucional, a irreverência pela lei, a ineficácia e a discriminação no sistema de Justiça, em países como o Brasil, fizeram, no entanto, que a violência urbana aumentasse num ritmo desastroso.” (ZALUAR, 2007, p. 32)

Logo, a presença da violência no seio das relações mediadas pela ilegalidade torna-se ostensiva. A sociedade ocidental, de maneira geral, fora influenciada em profundidade pelos processos de aceleração decorrentes do pós-guerra, em conformidade com as transformações exigidas pelo capitalismo

vigente, que demandava mutações e reproduções cada vez mais aceleradas das formas de consumo e produção. As transformações nos âmbitos cultural e econômico foram as mais evidentes.

A partir dos anos 60, os governos militares introduziram um padrão de consumo consonante com os padrões de produção vigentes nos países onde o capitalismo se encontrava mais avançado – principalmente nos Estados Unidos -, com a introdução dos mais variados bens supérfluos e uma teia de propaganda de massa que afirmara o consumo como meio de definir a identidade social dos indivíduos.

No âmbito da moral, as convenções que exerciam controle social foram relativizadas de acordo com os signos designados pelo controle hegemônico de produção e propaganda (mais evidente no comportamento sexual e ainda mais no vestuário), e as funções reguladoras e coercitivas foram delegadas à polícia para efetivar a aplicação da lei, seja ela em sua versão formal ou não. Culturalmente, o Brasil fora abarcado por valores individualistas geralmente vinculados ao mercantilismo, como o famoso '*jeitinho brasileiro*' (traduzido por ações que visam obter vantagem, geralmente sob circunstâncias aliadas à desonestidade, em dadas situações em detrimento do sucesso alheio), e, colonizada pelo mercado, careceu de limites. Como uma atividade ilegal e invisível, que favorece isso, o comércio de drogas faz parte desse novo ambiente social, econômico e cultural. (ZALUAR, 2007).

Contextualizando a situação capixaba dentro do cenário ilustrado acima, sugere-se que os processos acelerados de

urbanização incidiram diretamente sobre a construção dos valores morais e culturais decorrentes: a rápida conversão do centro produtivo do campo para a cidade transformou não somente as relações produtivas, mas também as relações interpessoais, antes muito mais pautadas sobre laços de parentesco e localidade do que no decoro civil cosmopolita sugerido pela vivência no contexto urbano.

A situação de fragilidade social mediada pelo colapso da oferta de condições mínimas para se desenvolver social e humanamente no contexto da vida urbana - como a falta de vagas em escolas, o desemprego e o subemprego e a ausência de perspectivas, aliados à degradação crescente do tecido familiar por conta da imprevisibilidade e volatilidade que a vivência na periferia urbana representam (como questões habitacionais, empregos e renda instáveis)-, torna o mercado do tráfico de drogas uma perspectiva factível no contexto da inacessibilidade (ou não aceitação) ao subemprego, principalmente para a juventude, já despida de perspectivas em um contexto de socialização deficiente, acolhida por um comportamento social usualmente violento dada a necessidade de se manter em um ambiente já hostilizado, seja pela polícia ou pelas forças de disputa e/ou manutenção e controle do poder local por parte dos grupos que exercem o domínio do tráfico nas áreas periferizadas. A título ilustrativo, a OIT (Organização Internacional do Trabalho) em 2003, calculou que 88 milhões de desempregados no mundo eram jovens. Esse número correspondia a 47,3% do total de desempregados do mundo mesmo sendo os jovens (de 15 a 24 anos) apenas 25% da população mundial. (JANSEN, 2005). Adiante, o Relatório da ONU (2005) aponta que 18% dos jovens entre 15 e 24 anos

vivem com menos de US\$ 1,00 por dia. A cifra sobe para 45% se considerarmos os jovens que vivem com menos de US\$ 2,00 (515 milhões de jovens) por dia. (idem)

A participação ampla nos setores -tais como as mais variadas práticas sociais- do mundo urbano é freqüentemente negada a estes jovens- dado o corte social, étnico e racial que já ocorre *a priori* pelas marcas indelévels - simbólicas e objetivas - que a miséria assenta nos indivíduos, que, despojados da inserção social comum, criam códigos de ética e conduta segmentados em seu território, conduzem o sujeito a uma acessibilidade distinta destes contingentes à cidade como um todo.

Em Zanotelli (2006), há ratificação desta idéia, afirmando-se que,

(...)se por outro lado, verificarmos os crimes contra a pessoa, particularmente os homicídios e tentativas de homicídios nota-se que eles acontecem essencialmente em certos espaços segregados e suas vítimas são predominantemente as camadas dominadas, nos colocando diante do fato que as diferenças de classe engendram uma diferença de expectativa de vida. (ZANOTELLI et al, 2006).

A sociabilidade violenta é um fenômeno notório, majoritariamente, entre os jovens envolvidos na rede do tráfico. O número de mortes de homens – principalmente negros – de 15 a 29 anos aumentou em proporções galopantes nos últimos anos. Este número é congruente com os conflitos pela hegemonia em áreas dominadas pelo tráfico em cidades norteamericanas nas quais as disputas pelos territórios de venda de drogas se tornaram marcantes, como Chicago e Detroit, principalmente depois da explosão de drogas como heroína, cocaína e *crack* nas décadas de 70 e 80. (Sullivan, 1992). O perfil de delitos cometidos (que variam de furtos e

sequestros a assassinatos) pelas parcelas envolvidas na cultura de crack norteamericana em muito se assemelha ao perfil parcialmente identificado no Brasil (Nappo et al, 2008).

Em Vitória, os números oficiais revelam consonância dentro dessa escala: de acordo com dados da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, em 2009, aproximadamente 16% das ocorrências **com autuação em flagrante** são referentes a furtos, 26% a roubos e interceptações e aproximadamente 31% a tráfico de drogas. Das ocorrências registradas em flagrante até abril de 2008, consta que aproximadamente 5% relacionam-se a homicídios e 31% a roubos. Entretanto, estes dados são relativizáveis, e para pior: um relatório da Subsecretaria do Estado de Inteligência do Espírito Santo aponta um demonstrativo geral do disque-denúncia no qual constam 10.974 ocorrências registradas, das quais praticamente 10% relacionam-se a homicídios e aproximadamente 50% delas ao tráfico de drogas. Doravante, apoiando esta comparação, um estudo no sistema criminal de São Paulo, de acordo com Zaluar, revelou que uma porcentagem incrivelmente elevada de homicídios não é objeto de inquérito policial, e seus autores não são jamais identificados, assim como as maiores porcentagens de condenação estão entre os acusados de tráfico de drogas ou de roubo, e não entre os acusados de homicídios e assalto à mão armada. Ainda Zaluar afirma que, de 4.277 boletins de ocorrência de homicídios, apenas 4,6% tiveram o autor e o motivo conhecidos e registrados (2007).

Avançando, os dados do Ministério da Justiça apontam que, em Vitória, o índice de assassinatos por habitante é de cerca de 70 para cada 100 mil habitantes. Segundo um levantamento

financiado pelo governo suíço sobre a violência no mundo, a taxa é equivalente à do Iraque e dez vezes superior à média mundial. Não seria exagero citar a expressão “tragédia urbana brasileira”, descrita por Zaluar em um artigo publicado no jornal Folha de S. Paulo (02/04/06).

5.1 Nietzsche contra o ‘Balanço’¹²: um diálogo entre Misse e Zanotelli sobre a apreensão moral da violência em Vitória

Foram os próprios “bons”, os homens distintos, os poderosos, os superiores, que julgaram “boas” as suas ações; isto é, ‘de primeira ordem’, estabelecendo esta nomenclatura por oposição a tudo quanto era baixo, mesquinho, vulgar e vilão. Arrogavam-se da sua altura o direito de criar valores e determinativos: que lhes importava a utilidade! O ponto de vista utilitário é de todo o ponto inaplicável quando se trata a fonte viva das apreciações supremas que constituem e distanciam as classes sociais; foi o sentimento, não a utilidade, repito; a consciência da superioridade e da distância, o sentimento geral, fundamental, e constante de uma raça superior e dominadora, em oposição a uma raça inferior e baixa, determinou a origem da antítese entre “bom” e “mau” (este direito de dar nomes vai tão longe que se pode considerar a própria origem da linguagem, como um ato de autoridade que emana dos que dominam. Disseram: “isto é tal e tal coisa”, e vincularam a um objeto ou a um fato tal ou qual vocábulo, e assim ficou).

Friedrich Nietzsche, Zur Genealogie der Moral

*Chained to the dream they got ya searchin for
Tha thin line between entertainment and war
Rage Against The Machine – No Shelter*

Apesar da comovente expressão citada por Zaluar, faz-se indispensável avaliar tal *tragédia* no contexto das

¹² “Balanço Geral” é o nome de um infame telejornal policial, veiculado diariamente em uma rede de TV local da cidade de Vitória, pautado sobre leituras jocosas a respeito dos crimes que acontecem no Estado, contando com a participação emérita de um interlocutor - um jovem, branco, sempre trajando terno engomado com esmero – sempre armado de comentários ácidos e reacionários sobre as ocorrências apresentadas. O ápice do programa consiste em uma tática apelativa de ridicularização das situações e sujeitos expostos a fim de conferir humor às análises, contando sempre com o juízo pessoal do apresentador, que não fez menção alguma de velar suas prenoções sobre as classes oprimidas, mulheres, delinquência, jovens em situação de fragilidade social e tantas outras questões que são resumidas em reacionarismo e ironia em ode às ações da polícia, cuja adoração é diretamente proporcional ao grau de violência exercido por esta.

macrorrelações estabelecidas entre os diapasões da violência urbana e a apreensão que dela fazemos. As formações imaginárias (KEHL, 2004) sobre as concepções de violência concebem-na como algo inescapável. Neste contexto, a televisão torna-se protagonista¹³ na busca do brasileiro por interação ante aos fenômenos cotidianos – as ‘notícias. Há, contudo, uma enorme dificuldade para que os relatos desses fatos sejam servidos aos telespectadores de forma contextualizada e com diversidade de fontes. O que predomina é a lógica do espetáculo da notícia – ou da tragédia – em função da informação estar submetida ao interesse mercadológico. (BONISEM, 2007)

O padrão de violência freqüentemente é discutido pelo potencial de suas imagens e poder de persuasão e promoção do sensacionalismo por parte do interlocutor, e não na busca de compreensão de origens, efeitos e conseqüências. Os fatos apresentados são, em sua maioria, amputados dos processos que levaram à sua ocorrência, restando apenas a notificação parcial do evento, sem conexão com os seus efeitos e causas. Em paridade com o processo de esvaziamento do sentido causal das notícias, encontra-se o teor sensacionalista das imagens e textos a elas vinculadas.

Ainda Bonisem aponta o aumento da tolerância à recepção de imagens consideradas mais chocantes, um limite (de tolerância) que vem crescendo ao longo dos últimos anos. Segundo Kehl,

¹³ De acordo com dados Pew Research Center, (Washington, EUA) de 2009, a televisão é a fonte primária de informação para 76% dos brasileiros. Combinando a fonte primária e a secundária, os números mudam, e a televisão salta para 92%.

Essa é uma característica da sociedade na qual o imaginário prevalece e que lhe causa uma paralisia a ponto de, mesmo diante das notícias que mais nos angustiam, termos a impressão de que não há nada a fazer porque 'assim é'.

Nós não estamos diante de um vir a ser, nem diante de um mundo em construção ou de um universo instável em que a nossa vontade e nossa ação podem começar algo, dar início a algo, em que o diálogo pode produzir novos significados. Nós estamos diante de um lugar que "é o que é": nenhuma nova informação nos mobiliza a pensar e, principalmente, nenhuma informação funciona para ensejar uma possibilidade de mudança. [...] A reflexão fica supérflua, e se a reflexão fica supérflua, diz Hannah Arendt, os homens ficam supérfluos. E se os homens ficam supérfluos, a banalidade do mal se instaura (KEHL, 2004: 104-5).

Neste sentido, a imagem televisiva contribui especialmente para que a reflexão seja dispensada, dando lugar ao ato, ao corpo, e ao fato: a natureza dos fenômenos faz-se ausente, haja vista que já conta com a apreensão visual (a imagem propriamente dita), auditiva (a narração do apresentador) e reflexiva (a concepção deste). Em suma, a notícia, ao chegar com sua concepção pré estabelecida, e não se torna veículo de apreensão crítica, mas de absorção imediata. Zalar pronuncia-se de maneira mais direta:

"O conhecimento divulgado pela mídia ainda é extremamente estigmatizador e preconceituoso em relação aos usuários de drogas, o que só vem a piorar a situação deles." (1999)

O jornalismo, tanto impresso quanto televisivo, tem papel fundamental na disseminação de conhecimento e na formação de consensos, considerando que, na esfera pública, a mídia é a arena dos debates de assuntos do cotidiano. Embora no seu discurso a mídia adote a postura de fim da exclusão social e da democratização dos meios de comunicação, paradoxalmente muitas vezes ainda reforça o status quo. A imagem marginalizada do usuário de drogas é projetada e reforçada pela mídia, numa reprodução dos conflitos sociais que envolvem o tema. (SOUSA, p. 2)

5.2 Stalone e a espetacularização da violência

“Rapaz [tapinha nas costas], você saiu bem na fita, hein, ficou igual o Rambo no vídeo!!!”

(X, ao comentar com Y sobre um assassinato cometido e que fora filmado por colegas, cuja filmagem está disponível em um famoso site de compartilhamento de vídeos)

Trazendo a discussão para o âmbito da realidade capixaba, Cláudio Luiz Zanotelli e Jorge Lellis Bomfim Medina em *Análise dos discursos sobre a criminalidade e a delinqüência na mídia capixaba e seus efeitos sobre a política de segurança e a percepção de (in) segurança* (2007) ratificam esta leitura, em valiosa contribuição. Em análise de 1.120 matérias nos três jornais de grande circulação pela cidade de Vitória, concluem que a mídia,

De forma direta ou indireta, sempre está se posicionando, reproduzindo assim, os interesses das classes dominantes. Fazendo com que o crime e a delinqüência se tornem um assunto banal. Difunde-se, desse modo, o medo e acentua-se o preconceito notadamente em relação às classes dominadas. (ZANOTELLI e BOMFIM, 2007)

Os autores corroboram com a separação de mundos que é feito pela mídia:

“Estabeleceu-se a partir das análises dos textos jornalísticos uma tipologia do que chamamos de dois mundos ou de duas classes: o “Nosso mundo” (aquele das classes dominantes¹⁴ e médias, composto por empresários, políticos, magistrados, profissionais liberais - do qual a mídia faz parte) e o “Outro mundo” (formado pelas classes dominadas, operários, camelôs, desempregados, os “excluídos” em geral). (idem)

Avançando, atentam para a espetacularização da violência noticiada: o periódico - assim como o seu conteúdo - é uma

¹⁴ O conceito de classes dominantes e classes dominadas é inspirado de Pierre Bourdieu e busca definir classificações no campo social onde as construções de dominação social são feitas a partir de práticas sociais e simbólicas que definem os lugares sócio-espaciais onde os agentes sociais se reconhecem. (Zanotelli e Bonfim et al 2007)

mercadoria, que precisa ser vendida para garantir a rentabilidade do jornal.

“A violência e a criminalidade são mis en scène para despertar a atenção do leitor. Num estilo dramático, as matérias são tratadas como novelas, com a função de distrair o público. Há uma teatralização do horror, onde o sofrimento do Outro é colocado em cena. Para homologar a dramatização das notícias, as fotografias são instrumentos indispensáveis para a espetacularização da violência. Elas criam um efeito de verdade incontestável. A fotografia passa emoção, dor, culpa, desespero, indignação e revolta. Chama o leitor a investir e potencializar o inominável, o indigno, a morte do Outro”. (idem)

A construção da notícia remete o leitor a relacionar o usuário de drogas ou qualquer figura estigmatizada à criminalidade, concebendo estes indivíduos como representantes de um problema social.

Verifica-se, também, nos referidos artigos, um curioso processo de “*neurolinguística*”, na qual são investidas, em reiteradas oportunidades, expressões que nos conduzem, invariavelmente, à insegurança e ao temor, como ‘bala perdida’, ‘medo’, ‘pânico’, ‘terror’, ‘arrastão’, ‘tiroteio’, ‘insegurança’, ‘crueldade’, ‘execução’, ‘atentado’, ‘sequestro’, ‘brutalidade’, ‘tragédias’, e afins.

Não obstante o decoro de pavor sugerido pelos veículos de comunicação, há de se atentar aos processos de criminalização da pobreza e construção de arquétipos. Nos artigos analisados por Zanutelli, confere-se que há duas justificativas essenciais para os crimes graves cometidos contra os indivíduos: a associação deste com ‘drogas’ ou o fato de já terem cometido algum crime – qualquer que seja – anteriormente. Constrói-se, por conseguinte, o destino das vítimas que, por ‘estarem metidas com drogas’, tiveram o que lhes foi de merecimento –

um processo praticamente kármico, introduzindo alguma forma de predestinação esotérica na análise.

Pouco se sabe de fato, por meio da imprensa, sobre o perfil dos supostos autores. O que se tem são informações esparsas recolhidas junto à polícia ou às possíveis testemunhas que falam, sobretudo, do sexo das pessoas que teriam cometido os crimes e delitos. (ZANOTELLI et AL, 2007).

Michel Misse, em *Sobre a Construção Social do Crime no Brasil (2003)*, elabora quatro categorias analíticas que constituem a construção social dos crimes, a serem: **1** – a *criminalização* de um curso de ação típico-idealmente definido como ‘crime’; **2** – a *criminação* de um evento; **3** – a *incriminação* do suposto sujeito autor do evento, e **4** – a *sujeição criminal*. Atravessando todos esses níveis, a construção social do crime começa e termina com base em algum tipo de acusação social. Aliando esta análise à concepção de que a mídia opera dentro do campo da construção social do sentido dos fenômenos cotidianos, faz-se mister compreender a responsabilidade dos media na atribuição das categorias elaboradas por Misse aos sujeitos e eventos estigmatizados.

A partir da apreensão de tais categorias, somando-se à análise de Zanotelli quanto à construção ideológica da violência, afere-se que os processos de concepção da criminalidade, tal como do perfil de seus sujeitos, são elaborados de acordo com categorias selecionadas social e moralmente, principalmente no tangente à *criminação* e à *sujeição criminal*, que são fenômenos que dependem de fatores propensamente hermenêuticos para se fazerem valer em sua totalidade. A seleção prévia de tipos

sociais potencialmente enquadrados como criminosos, associada às interpretações que encaixem suas mais variadas ações – sejam elas configuradas legal e institucionalmente ou não – como passíveis de criminalização, cria os tipos ideais a serem criminalizados e incriminados pelos mais diversos processos de sujeição.

Exemplificando, os “crimes de colarinho branco” (os crimes de corrupção, improbidade administrativa, desvio de verba pública, etc.) no estudo realizado pro Zanotelli, ocupam 7,5% das matérias analisadas, contra 20% dos crimes contra o patrimônio. Entretanto, curiosamente, em termos de destaque, é este que tem a maior proporção em extensão das matérias dedicadas: 55% das reportagens sobre corrupção tinham mais de três colunas, a comparar com os 42,9% de assaltos e roubos. Os autores nos fornecem a seguinte elucidação destes dados :

“A diversidade dos crimes e os seus valores nos dão vertigem. Verifica-se, também, que os valores associados aos crimes cometidos pelas classes dominantes são muito superiores àqueles dos agentes das classes dominadas. Um ato de corrupção cometido por membro da classe dominante pode representar milhares de pequenos furtos e roubos cometidos por membros das classes dominadas. Assim se reforça as diferenças de classe inclusive nas formas de apropriação indébita do capital. A reprodução da dominação passa também pelo roubo e furto “com classe”.

Os jornais tratam os crimes cometidos pelo “Nosso mundo” - que não utilizam diretamente da violência física - como não violentos. Dessa forma a corrupção, a sonegação de impostos, a improbidade administrativa e o nepotismo, pela forma de tratamento que é dispensada nos jornais não são vistos como estruturalmente violentos. Ora, esses crimes se inserem numa ordem da violência simbólica: somente determinadas categorias sociais dominantes tem meios para realizá-los, de maneira impune, pela posição que ocupam na hierarquia social. Agindo assim as classes dominantes perpetuam uma situação privilegiada e de dominação social e estabelecem quem pode e quem não pode se apropriar dos recursos públicos e distribuí-los a uma clientela a seu bel prazer, provocando uma violência material temerária que se reflete nas prioridades das políticas públicas. De outro lado, a violência concreta, bem real - como as ameaças e execuções por meio de crimes de mando, que serve de base para essas corrupções – vêm à luz de maneira muito episódica.” (idem)

Utilizando as categorias de análise propostas por Michel Misse, se pode observar quão presentes estão os processos de construção social dos crimes nas veiculações da mídia -seja considerando o Brasil a nível de análise genérica, ou seja a nível local e específico, como descrito por Zanotelli, quando este relata, por exemplo, o caso dos *flanelinhas*¹⁵, personagens que frequentemente são mencionados com ódio e horror pelas camadas médias em diversas entrevistas vinculadas nos meios de comunicação de massa da sociedade capixaba. Ora, o que seria esta senão uma categoria de trabalhadores informais, que, apesar de obterem os seus proventos por meio da coerção massiva e apropriação indevida dos espaços públicos, são criminalizados *a priori* por todos os estigmas que carregam, sendo sujeitos facilmente passíveis de se enquadrarem nos processos de sujeição criminal, criminação e incriminação, tão oportunamente elaborados e descritos por Misse?

No caso de Vitória, há, ainda, nítida hierarquização social construída acerca dos sujeitos das ações criminais: assim como os integrantes do Poder Judiciário capixaba que, mesmo tendo comprovados os casos de nepotismo, apropriação indevida de verba e patrimônio públicos, venda de sentenças e tráfico de influências, tem seus crimes qualificados em outra esfera com adjetivos edulcorados -desvios, fraudes, transições impróprias, enriquecimento ilícito, e demais expressões que atenuam adjetivos como 'roubo', 'corrupção' e afins (Zanotelli, 2006). Os crimes cometidos pelos não estigmatizados não são tidos como violentos, independente da natureza: quando as ações são

¹⁵ Este grupo ainda será descrito detalhadamente nos capítulos seguintes, por sua relevância prática e conceitual na compreensão do *asfalto* capixaba.

praticadas por indivíduos aquém ao processo de sujeição criminal, tratar-se-á, portanto, de um crime, tanto mais higiênico e tolerável – um deslize que qualquer cidadão médio é passível de cometer – quanto fantástico, como os casos veiculados massivamente na mídia a exemplo do casal Nardoni. Questiono-me, quantos pais não praticam homicídios e as mais variadas agressões contra seus filhos Brasil afora? Em se tratando de classes oprimidas, estes fenômenos são veiculados com normalidade, como se a violência parental fosse da ontologia dessas classes, enquanto, no *nosso mundo*, tais eventos são dignos de meses e meses de exposição contínua – vide o caso do casal Nardoni ou da paulistana Suzane von Richthofen, dentre muitos outros.

As classes dominantes e médias são frequentemente apresentadas como vulneráveis a diversos tipos de violências e de crimes como sequestros, assalto, furtos, entre outros. Os jornais identificam essas classes como principais vítimas da violência e da insegurança. Entretanto, quando são os membros das classes médias e dominantes que cometem o crime sempre são construídas justificativas, por mais estapafúrdias que sejam. Uma estudante de Direito, por exemplo, só se envolveu com a criminalidade por influência do seu namorado, pois “ele era traficante”. A então presidente do Procon de Vitória “somente” desviou o dinheiro do órgão, porque estava endividada (Zanotelli e Medina, 2007) - acredito que o Brasil viveria um hecatombe caso todos os endividados praticassem crimes (o Banco Central, em 2009, estimou que oitenta milhões de brasileiros possuem dívidas!).

Os exemplos são incontáveis. Fato é que os jornais tentam minimizar os crimes cometidos pelas classes dominantes e maximizar os delitos provenientes das classes socialmente desfavorecidas: um assassinato, se cometido pela primeira, é rebuscado em sua motivação, e procuram-se as mais variadas justificativas para o evento. Contudo, se, pela segunda, trata-se apenas de uma repetição monótona da brutalidade já enraizada na natureza desta classe, como se a violência fosse um *sine qua non* para a pobreza.

Logo, conclui-se que os processos de criminalização e sujeição são moral, social, racial e etnicamente seletivos: saem de cena o “bandido”, o “ladão”, o “assassino”, a “gangue”, e entram o empresário, o jovem, o político, a confraria. Nota-se que, dentre os criminosos, os sujeitados criminalmente são mesurados pelos crimes que cometem e por adjetivos tão socialmente deletérios possível. Quando não estão entre os passíveis de sujeição, os indivíduos são alocados por suas profissões e nomes próprios, independente do fato ocorrido.

Doravante, nota-se que é freqüente o estabelecimento do vínculo entre o uso de drogas e a criminalidade, também resultante de cultura etnocêntrica que conceitua o usuário de drogas como símbolo da marginalidade. Apresentado como criminoso, o usuário é, então, passível de discriminação e preconceito. O ato de infração dá à sociedade o direito de hostilizar o infrator, relembrando Foucault (1987).

Assim, a mídia vai construindo os papéis a serem designados por cada personagem, cabendo à sociedade absorvê-los junto dos preconceitos que tais papéis carregam – no massacre de

informações despejadas sobre o leitor: das 1.120 matérias relativas aos crimes em 84 exemplares dos jornais, pesquisadas por Zanotelli e Medina, encontra-se a média diária de 13, 3 acontecimentos considerados criminosos e/ou violentos - de informação sobre a criminalidade e a violência (idem). O despejo contínuo deste tipo de informação conduz à anestesia quanto aos fatos: somando a presença da violência espetacularizada a todos os demais fatos do cotidiano (como o clima, fatos esportivos, geopolíticos, colunas sociais e afins) criam-se mecanismos de aceitação passiva deste fenômeno – tal como é aceitável o resultado de uma eleição na Guatemala ou a chuva em São Paulo. A presença constante de crimes e violência torna a sensação de insegurança e medo uma sensação tão naturalizada quanto o calor ou o frio: impassível de questionamentos, apenas de aceitação, culminando na insensibilidade massiva quanto ao sofrimento alheio e na aceitação passiva da repressão, através do incentivo à militarização urbana, ocupações armadas nas periferias, ações violentas por parte das polícias e tantas outras práticas e prenoções que, se analisadas em um contexto de mínima abstração e zelo pela vida e liberdade¹⁶ humana, são inconcebíveis.

Não se despoja a mídia de sua função social: a divulgação de informações em larga escala é fundamental para a coesão de qualquer sociedade. Contudo, o que se questiona é a serventia da veiculação de notícias sobre a violência em um contexto de

¹⁶ Esta, muito mais violentada pelo clima de delação instaurado pelo incentivo às práticas de denúncia e vigilância, na qual todos os sujeitos são despidos da sua presunção de inocência e passam a ser criminosos e juizes em potencial – o disque denúncia e as câmeras instaladas em vias públicas são a materialização máxima desta concepção: vigiar e punir agora não são poderes exclusivos da polícia.

alienação promovida por um debate anêmico sobre os rebatimentos, causas e efeitos dos fenômenos noticiados: quando se retira da arena de discussão a historicidade, resta apenas o espetáculo promovido pelas letras garrafais das chamadas e as fotos coloridas – geralmente retratando um cadáver, um indivíduo algemado ou um parente aos prantos legendadas por julgamentos morais sobre os fenômenos que compõem a história do cotidiano urbano capixaba.

Neste paradigma, concebe-se que a mídia possui função inegável na construção da apreensão social média sobre os fenômenos cotidianos, e infere marcas indelévels na forma de conceber a sociedade e seus sujeitos em seus mais variados aspectos.

5.3 Cereja de bolo

Por fim, Guareschi, em *Comunicação e Poder* (1972) evoca Althusser para dissertar também sobre a mídia na perspectiva de sua atuação para com o Estado, análise pouco explorada até então:

“Todos os aparelhos ideológicos do Estado, sejam quais forem, contribuem para o mesmo resultado: a reprodução das relações de produção, isto é, das relações capitalistas de exploração. Cada um a seu modo... O aparato das comunicações manipulando o cidadão com doses diárias de nacionalismo, chauvinismo, liberalismo, moralismo etc... (1971: 154).

Perspectiva esta que, apesar de indispensável, mostrou-se pouco capaz de preencher em plenitude as categorias que visou expor neste trabalho: a matéria aqui discutida estende-se às relações entre sujeitos, não buscando reduzir a determinismo *canhotista* a construção das relações sociais sob a senda da

marginalidade, criminalização, desvios e do tráfico de drogas propriamente dito. Acredito que esta aferição do processo histórico que contemple uma concepção tanto materialista quanto culturalista, superando o divórcio entre essas duas categorias tidas incompatíveis em recorrentes embates acadêmicos contribui fatalmente para a construção de um imaginário esvaziado das microrrelações elaboradas e complexificadas neste universo: não se trata de um monólito economicista, mas de uma rede de relações interpessoais altamente complexa, cujas personagens ocupam, cada uma, papel determinante na construção dos processos históricos que identificam e caracterizam os traços do capitalismo moderno e todas as suas matizes e influências exercidas sobre os sujeitos.

Parte 2: saindo do gabinete – o trabalho etnográfico

Quem quiser nascer tem que destruir um mundo
Hermann Hesse - Demian

Prólogo 2 – Silêncio e conturbações metodológicas

Acredito que seria prudente e necessário, antes de iniciar a redação da etapa de campo deste trabalho, discutir alguns pormenores relativos aos entraves metodológicos e éticos com os quais me deparei na feitura e sistematização do trabalho de campo.

Penso que, uma das maiores dificuldades hoje encontradas pela Antropologia é a falta de um consenso sobre o que é e como se realiza um trabalho antropológico. O que deve conter em um ensaio para que seja digno da simpatia dos antropólogos ou da ciência da cultura? São esqueletos, funções, crânios e estruturas? Suposições pautadas em padrões culturais passíveis de recorrência (suponho que a busca por recorrências seja uma das prerrogativas que legitimem um trabalho antropológico. Do contrário, questiono-me se não se trata apenas de um esforço pessoal em materializar exercícios conceituais, na busca pelos modelos que configurem esta ou aquela cultura como passíveis de análise sobre o escopo das teorias antropológicas mais bem aceitas ou não, tautologia esta que frequentemente esbarra em ‘comparatismo vulgar’, nas palavras de Antonio Rafael)?

Reconheço que as formas que caracterizam os traços elementares e estruturais da antropologia em seu molde clássico e mais hermético nunca me foram apreendidos com a devida propriedade, e, portanto, em frequentes ocasiões, a palavra descrita neste trabalho, não obstante o crivo de minhas interpretações sobre as idéias transmitidas -pautadas em minhas noções e valores-, não é a minha, e, sim, a de meus interlocutores (esta possibilidade me pareceu especialmente

interessante quando notei a pouca validade e a pobreza heurística que uma análise caquética proveniente unicamente de minhas impressões marcaria sobre este projeto).

Esta perspectiva possibilitou-me um acréscimo não somente bem-vindo, mas fundamental, em termos de amplitude e sinceridade quanto a este trabalho, que é tão passível de ser impregnado por conceitos baseados em imperativos morais, como prenoções sobre crime, violência e pobreza. Permitiu-me, sobretudo, uma válida reavaliação sobre o decoro acadêmico e sua busca em estabelecer padrões de procedimentos metodológicos na confecção de ensaios sobre a senda da antropologia.

Frequentemente perguntavam-me sobre qual seria o ‘problema’ desta monografia: as lições de métodos ditam que, antes de qualquer coisa em um trabalho com mínimas pretensões científicas, é a escolha de um problema - uma pergunta que verbalize o propósito do trabalho. Jocosamente, afirmo que os problemas meus e da humanidade são muitos, e seria muita pretensão pensar em uma única pergunta que fosse capaz de sintetizá-los. Dirigi-me a campo sem noções construídas por linhas de investigação, temáticas pré-construídas, suposições ou hipóteses. A falta de todas essas noções, aparentemente tão indispensáveis no manuseio da ciência social, me permitiu ir ao campo de trabalho sem idéias que pudessem sabotar a mim e muito menos aos meus interlocutores, e me permitiu a preciosa relativização dos meus imperativos categóricos morais e conceituais.

II

Algumas técnicas da tradição antropológica fizeram-se presentes em praticamente todos os momentos desta pesquisa, como as entrevistas dirigidas, observação participante e entrevistas não estruturadas – materializadas muito mais sobre a forma de conversas informais do que em entrevistas propriamente ditas. Em momento algum fiz uso de qualquer dispositivo de gravação – todas as entrevistas registradas foram manuscritas, como forma de preservar o anonimato dos meus informantes e, muito provavelmente, a minha integridade. Todas as observações participantes foram feitas em anonimato, sem que pudesse me revelar como pesquisador: esta identificação certamente implicaria em conseqüências desastrosas.

A inserção no campo se deu através de relações pessoais previamente estabelecidas com traficantes e usuários de drogas do ‘asfalto’. Através destes, pude, progressivamente, efetuar a minha inserção em espaços que opõem severas balizas a qualquer um que não esteja vinculado pelos mecanismos de compra e venda.

Há pessoas que exerceram papel chave nesta parte, sem as quais não teria chegado sequer próximo de locais e situações nas quais estive presente (relembrando a figura de ‘Doc’, o informante de Foote Whyte em *Streetcorner Society*. Segundo Lícia Valladares – pesquisadora associada do IUPERJ e membro do Laboratório Clerse/CNRS -, “uma observação participante não se faz sem um ‘Doc’). Tanto por efetuarem as intermediações sociais (as ‘apresentações’, comuns em círculos sociais de qualquer estirpe) de toda sorte quanto por valiosos conselhos quanto aos lugares a serem visitados em seus momentos mais

apropriados ou não, em datas e horas específicas. Informações estas que definitivamente não são compartilhadas com *forasteiros*, e que não se recomenda descobri-las em completo desaviso. Os riscos existem, e são grandes. Não há purismos utópicos quanto a isso.

Muito do que fora experienciado em campo não será dito -é parte daquilo sobre o qual não obtive a permissão, por parte de muitos informantes, de mencionar. Em dados momentos, apesar desta permissão ter-me sido concedida, incentivado a não citar várias informações que possivelmente poderiam resultar em represálias de toda a sorte. O silêncio, em muitas conversas, fez-se mais marcante do que o diálogo . Os 'deixa quieto isso', ou '(...) mas deixa isso baixo', 'que fique entre nós', 'isso você ficará sabendo *em off*', fizeram-se ostensivamente presentes em inúmeras ocasiões. É certo que tão voluntário silêncio possui também sua validade para este trabalho enquanto discurso social - tanto quanto um extenso depoimento.

III

A fase na qual me deparei com a escrita e sistematização das vivências de campo mostrou-se, provavelmente, a mais sinuosa etapa deste trabalho. Busquei relatar com a maior fidelidade possível os fenômenos apreendidos, inclusive em palavrões e todo tipo de expressão pessoal. É certo que, nesta parte, há muito de minhas concepções e do meu imaginário em apreender a realidade e as relações humanas, mas o fato é que a dominante retórica acadêmica definitivamente mostrou-se pouco ou quase nada apropriada para o exercício descritivo. Nesta ocasião, o neutralismo positivista parece muito mais uma piada de malgrado do que uma teoria científica. Longe de buscar uma

exibição “verdadeira dos fatos”, reafirmo que as apreensões do trabalho etnográfico estão impregnados pelas minhas concepções pessoais, assumindo que seria impossível, ao menos para mim – e nas ocasiões nas quais em encontrava -, sequer buscar o tão sonhado distanciamento ideal do objeto de estudo, se pensando *a la* Gilberto Velho.

IV

Foi comum, em inúmeras ocasiões, que me mesclasse aos meus informantes, principalmente nos episódios de observação participante. Esta simbiose fatalmente implicava em compartilhar os riscos óbvios de todas as suas ações, e não foram raros os episódios nos quais as pretensas entrevistadas, na verdade, muito mais em conversas informais, tomavam tom intimista e pessoal. Apesar deste mimetismo, em muitos momentos a minha caracterização como *outsider* não passou despercebida. Eram freqüentes os olhares por parte dos olheiros - curiosamente, em sua maioria, crianças e mulheres jovens, que, no caso da localidade onde exerci a maior parte da pesquisa de campo (a Ilha do Príncipe), é comum que pessoas menos passíveis de sujeição exerçam esta função.

Em um adendo válido, afirmo que o uso reiterado da expressão ‘informante’ refere-se ao personagem no decoro da antropologia, e não ao léxico policial. Um informante sob este contexto é alguém que transmite as informações (sendo entrevistado ou não), e não um alcagüete, como se é frequentemente pensado.

Reconheço que dei pouca importância às linguagens que mais valorizam uma clássica competência antropológica, que configuram um trabalho academicamente emérito. O contrário

disso, muitas vezes resulta em ônus e rotulações literárias, ou até mesmo a já citada “*exclusão sumária*”, descrita por Antonio Rafael.

As pequenas narrativas, creio, fornecem substrato para o recorte analítico proposto por este trabalho. Selecionei as que pensei como de maior relevância e, assim, busquei contextualizá-las dentro da instrumentalização crítica e reflexiva que servira de pilar para a concepção deste ensaio. A grande mobilidade de situações e eventos, tal como a fluidez e uma necessária malícia para compreender os fenômenos que se sucedem à ponta do nariz (reconheço que falhei muitas vezes neste ponto) implicaram nas apresentações sumárias dos componentes do campo. Anotar esta trajetória me pareceu a maneira mais apropriada de efetuar os registros.

Há uma observação de Antonio Rafael que concebo como de suma importância para a compreensão de qualquer trabalho antropológico que se pretenda a romper com os paradigmas e hermetismos já tradicionais no universo das ciências sociais. A citação é longa, porém, de extrema pertinência.

“Peço apenas o cuidado para considerar que o empreendimento antropológico não é uma ficção no sentido lato, um romance. Pois, se a antropologia é um tipo de literatura, é um tipo muito peculiar que se separa da invenção literária, na medida em que seus personagens e acontecimentos não são hipotéticos. Um certo “regime de verdade” (FOUCAULT, 1988, p3-4) não permite que nos afastemos dos significados que são socialmente relevantes em um determinado contexto. E é o que também não consente, ou não o deveria, que as formulações teóricas alcancem um índice de abstração excessivo. Afinal, a antropologia é um braço das assim chamadas “ciências sociais” (p. 19)

Este trabalho está a anos luz de distância de pretender esgotar o assunto ou até mesmo descrever em totalidade toda a

experiência de campo: tanto pela sua proposta acadêmica quanto pelo curto tempo que é concedido para a sua confecção.

Espero que este trabalho seja um trabalho concedido (tal como fora concebido) para Além do Bem e do Mal, e que seja visto por Espíritos Livres, usurpando os preceitos de Nietzsche, em seu falho anseio para que sua obra fosse absorvida em distância das limitações morais que tantas e tantas vezes impossibilitam os indivíduos de absorverem as experiências em seu caráter *comme il faut*, nas palavras de Leon Tolstoi.

Aos que ainda estão embutidos do véu do moralismo e da atrofia promovida pela obediência estrita aos manuais e o conseqüente niilismo daí proveniente, fica um convite, utilizando das palavras de Amir Klink, em Mar Sem Fim:

“Uma pessoa precisa viajar para lugares que não conhece para quebrar essa arrogância que nos faz ver o mundo como o imaginamos, e não simplesmente como é ou poderia ser. Que nos faz professores e doutores do que não vimos, quando deveríamos ser alunos, e simplesmente ir ver. (...) Cousteau, ao comentar o sucesso do seu primeiro filme: “Não adianta, não serve para nada, é preciso ir ver”. Il faut aller voir. Pura verdade, o mundo na TV é lindo, mas serve para pouca coisa(...) É preciso ir tocá-lo”.

Capítulo 1 - Elenco

1.1 Howard Becker e o *nóia* (um desviante não tão secreto!): o desafio em conceituar um neologismo infame.

1.1.1 Antes de qualquer coisa, um *Tempo primo* conceitual

Em se tratando do decoro das ciências sociais, frequentemente deparamo-nos com o hermetismo retórico e os imperativos

categóricos que aleijam a criação e compreensão de novas categorias.

Neste labirinto de vaidade e conservadorismo intelectual, apóio-me da retórica do academicamente vilão e célebre antropólogo anti anti-relativista, Geertz, para justificar, em um simples aforisma, a ousadia em traduzir um neologismo com bases na ciência da cultura: “Se quiséssemos verdades caseiras, deveríamos ter ficado em casa” (Geertz, 2001, p. 66 – 67), mais uma vez, perturbando a paz intelectual geral.

O desafio em se conceituar um neologismo consiste em uma quebra de paradigmas um tanto quanto primitiva: basta coragem para promover a relativização de conceitos que pretensiosamente se julgariam capazes de descrever em plenitude um processo ainda não descrito. A reavaliação dos discursos proferidos seja em nível de minhas relações pessoais, ou de dentro da academia ou até mesmo da própria mídia permitiu-me a ousadia em buscar, no decoro da Antropologia, uma definição para uma figura – talvez uma categoria, um grupo – inegavelmente presente no cotidiano urbano das *cités brasílis* e personagem central na discussão sobre o meandro do tráfico de drogas em Vitória: o *nóia*

Em uma profanação ao funcionalismo, mas não obstante a proficiência da teoria, apelo ao gênero do “realismo etnográfico¹⁷”, assumindo o risco da “desautorização ou exclusão sumária” (idem), às vistas de que a tradução da categoria em

¹⁷ Eu estive lá, eu vi”, como descrito em simplicidade e extrema eficiência por Antonio Rafael Barbosa na obra de sua autoria que inspirou este trabalho, “Um abraço para todos os amigos”, Niterói: EDUFF, 1998,

questão fundamenta-se numa combinação entre apreensões pessoais e construções teóricas consuetudinariamente cabíveis como *as mais aceitáveis*, no contexto da elaboração de categorias e grupos sociais, com todas as suas complexificações.

Proponho-me, assim, a apresentar a figura do *nóia* sob uma perspectiva aberta e crítica, baseada nas inúmeras experiências de campo, que, por razões óbvias, garantem o anonimato total dos interlocutores, sem referenciar locais, nomes, datas, siglas, sem qualquer tipo de menção que não seja a letra inicial de seu nome, - ou, quando por eles requerido, pseudônimo.

Metodologicamente falando, fundamento esta parte da pesquisa essencialmente no convívio diário com tais figuras – o que não ousou caracterizar essencialmente como uma etnografia, haja vista que tal convívio foi construído muito mais acerca de questões socialmente circunstanciais do que objetivas e motivacionais por conta deste estudo. Talvez este fato tenha me permitido promover um olhar menos cristalizado e pretensioso sobre este “nativo”, e muito mais pautado em construções pessoais que me permitiram a surpresa e abertura necessárias à motivação para se elaborar uma categoria descritiva neste espectro: este trabalho certamente teria o seu sentido completamente esvaziado caso deixasse de mencionar estas personagens, estes seres híbridos, ‘quase-sujeitos’, ‘quase-objetos’, retomando o discurso de Latour, não no sentido de purificar este objeto, mas sim de assumi-los, na pior possibilidade hermenêutica da expressão, como sendo “entidades não-humanas, lentamente socializadas em nosso

meio” (Latour, 2001), pelos mais socialmente deletérios processos de inserção possíveis e imagináveis.

Introduzo neste trabalho uma categoria mais que indesejável pela apreensão média: um grupo de indivíduos desumanizados, resumidos em sua categorização por um adjetivo altamente pejorativo referente a um estado psíquico decorrente da abstinência do uso da droga, que, em busca do reconforto por esta, e, aparentemente, **somente** por esta proporcionado, empreende todo tipo de esforço pessoal para satisfazer seu anseio pela pedra – da prostituição em troca de uma única *pipada* a assaltos e homicídios sob as mais variadas circunstâncias. Como consequência última, vê-se nestas figuras um grupo abjeto, tido como responsável pelo novo contexto de insegurança e caos urbano – responsabilidade esta antes relegada às camadas pobres, e, hoje, aos *nóias*.

1.1.2 (Para) nóia

O termo *nóia*, uma abreviação óbvia para paranóia, inicialmente designava-se a descrever o estado no qual os usuários de crack ficavam após darem a última *pipada*: a abstinência os deixava paranóicos, com síndromes de perseguição, alucinações, e outras perturbações de ordem psicossomática. Atualmente, o termo é também utilizado com frequência para uma designação genérica do usuário de crack em geral. Seja ele estigmatizado pela pobreza ou não, como afirma o depoimento de um ex usuário entrevistado, de classe alta, estudante de faculdade particular e morador de um condomínio fechado em bairro nobre de Vitória. R: “Quando fumava pedra, ‘tava na nóia mesmo. Era um noínha igual qualquer outro. Nóia é tudo igual, não importa se é rico, se é

pobre, se é preto, se é branco. Nóia é tudo igual, vai fazer de tudo pra arrumar pedra do mesmo jeito. Quando o cara tá sem pedra, fica tudo igual, o crack é igual pra todo mundo. Quando tava noiado, tinha sorte de sempre ter dinheiro pra comprar pedra, então nunca ficava muito tempo nessa, era o tempo de ir buscar mais. Mas imagino quem não tem grana pra comprar direto... aí deve ser foda (sic). Graças a Deus não era o meu caso. Aí o cara faz de tudo. Tudo mesmo. Começa igual todo mundo: ta mal, busca por uma droga mais forte, né, porque tem hora que um baseadinho não segura as ondas...em pó nunca fui muito vidrado, mas aí me apresentaram a pedra... você fuma uma, dá aquela carburada¹⁸, é a coisa mais maravilhosa do mundo. Depois acha que consegue parar, mas cadê? Você quer sentir aquele lance de novo, mas não vem nunca mais. É só na primeira vez. Depois é só a nóia, aquela pancada da primeira você não sente nunca mais.”

A figura do *nóia* é de fácil apreensão visual. O indivíduo, quando acometido pelo uso de crack, rapidamente adquire aparência esquelética (tanto pela rabdomiólise quanto pela falta de apetite), e, em estágios mais avançados de uso, apresentação estética deteriorada pela falta de cuidados pessoais em relação ao vestuário e higiene pessoal. Não é difícil de identificar – a magreza induzida pela destruição das células musculares é evidentemente distinta de qualquer outro tipo de déficit de massa corpórea advinda de incontáveis fatores. A depreciação pessoal também é visível: o usuário dependente do crack, de maneira geral – e, principalmente, os de baixa renda - tem dificuldade em sustentar relações sociais, empregatícias e familiares, e, frequentemente, caso não disponha de possibilidades materiais para suporte, rapidamente, vai morar nas ruas¹⁹. Geralmente isto ocorre após o esgotamento de suas

¹⁸ Ato de tragar, com intensidade, no idioma dos usuários

¹⁹ Há de se notar uma tendência à reversão do padrão de consumo de drogas entre moradores de que são rua dependentes químicos: apesar deste não haver uma pesquisa deste caráter em Vitória, este padrão já é notado em algumas capitais do Brasil: de acordo com o Correio

possibilidades financeiras, apesar de não ser uma regra. O fato é que os *nóias* são fenotipicamente distintos dos andarilhos, dos alcoólatras, e demais freqüentadores do asfalto.

1.1.3 Para inglês ver: com algum rigor conceitual

Conceber a categoria dos *nóias* como um grupo identitário foi uma idéia que partiu da premissa de que muitos se assumem como tal (“*eu era nóia*”, “*sou nóia mesmo*”, foram discursos recorrentes) e que esta é uma categoria amplamente presente no imaginário popular, de apreensão tão imediata quanto são indígenas, orientais, ameríndios, e assim em diante. Assim sendo, partindo da auto definição e do repertório popular, buscarei enquadrar os *nóias* dentro dos processos de constituição identitária sugeridos pela antropologia em seus termos mais modernos.

A concepção de uma identidade coletiva conectada a sistemas culturais específicos (no caso, o *ethos* urbano capixaba) mostrou-se mais cabível a esta análise do que as perspectivas que partem da premissa da identidade pessoal a nível psíquico, não obstante a importância dos fenômenos de reflexividade observados em Giddens (2002, p. 37). Afirmo também que estas duas noções não são contrapostas:

“na verdade elas exercem uma interdependência e sua função social: não há como vivenciar uma identidade cultural específica se esta não for

Brasiliense, versão online, “*Pela primeira vez, em 25 anos da história do Centro Mineiro de Toxicomania (CMT) da Fundação Hospitalar de Minas Gerais (Fhemig), a procura por tratamento por usuários do crack é maior do que a por consumidores de álcool e já corresponde a 38% do total de atendimentos no centro até este mês.*”

<http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/182/2009/10/31/brasil,i=151904/USUARIOS+DE+CRACK+JA+SUPERAM+OS+DE+ALCOOL.shtml>

incorporada à identidade pessoal de cada agente social. Esta distinção é necessária para que especifiquemos a opção em integrar o caminho das identidades culturalmente formadas, portanto das identidades culturais em sua perspectiva coletiva (...)" (ROSA, 2007)

Neste sentido, a identidade culturalmente formada, partindo do bojo das identidades coletivas, apresentou-se como um conceito capaz de referenciar teoricamente esta questão, justamente por conceberem *o caráter da representação coletiva e da identidade como um conjunto de significados partilhados*. (idem), e é esta partilha de sentidos que interessa a esta reflexão. Não obstante as já vastamente discutidas crises de identidades, nas quais as certezas outrora firmadas em preceitos residentes em meandros culturais mais estáveis que os da contemporaneidade encontram-se fragmentadas e multiplicadas *ad infinitum*, buscarei debater a questão por um viés que traga sugestões à auto aferição de uma identidade tida como deletéria e socialmente malquista.

Kellner (1992) sugere que a identidade é um conceito que está localizado sobre um problema.

Falar em identidade cultural então é compreender um tempo de mudança onde o moderno pode coabitar com o tradicional a comunidade pode coabitar com a sociedade, não há uma anulação de uma modalidade antiga para a substituição de uma outra e sim uma realidade que permite que diferentes temporalidades ocupem o mesmo espaço e estas possam ser vivenciadas concomitantemente pelos agentes sociais. (Guilherme Carvalho de Rosa).

Esta reflexão subsidia a concepção de que a identidade do *nóia*, apesar de ser amplamente assumida, não descreve os indivíduos em sua totalidade, como são as identidades étnicas e culturais que encerram os indivíduos em conceitos amplos e já exaustivamente discutidos (como indígenas, esquimós, dentro outros): é uma identidade parcial, indelével, mas exerce seu

papel unificador no sistema cultural dos usuários de crack (que formam uma rede extremamente complexa, principalmente no tangente ao compartilhamento de ritos e noções, como, a mero título ilustrativo, a disputa lúdica para ver quem leva menos tempo no processo da confecção dos cachimbos em latas de refrigerante, ou quem consegue *pipar* a pedra com menos tragadas, e assim em diante). Os conceitos de Stuart Hall, nesta fase, tornam-se imprescindíveis:

O papel unificador nos sistemas culturais que congregam os sujeitos sob uma mesma identificação com “quadros de referência e sentidos estáveis, contínuos, imutáveis por sob as divisões cambiantes e as vicissitudes da nossa história real (HALL, 1996 p. 68).

Por ser uma constituição identitária secundária (ou seja, o *nóia*, mesmo que se assuma como tal, reconhece-se também como negro, pardo, homem, mulher, rico, pobre, dentre outras matizes que caracterizem a ambivalência de sua identidade como *nóia* e o seu *protagonismo* no papel social exercido além-droga), esta me parece mais plausível sob a ótica do *posicionamento*, como descrito por Hall:

As identidades culturais são pontos de identificação, os pontos instáveis de identificação ou sutura, feitos no interior dos discursos da cultura e história. Não uma essência, mas um posicionamento. Onde haver sempre uma política da identidade, uma política de posição, que não conta com nenhuma garantia absoluta numa “lei de origem” sem problemas, transcendental (HALL, 1996 p. 70),

evitando, assim, a armadilha de noções definitivas e binárias sobre os contextos da identidade.

Amparando esta concepção, Jorge Larraín equaliza os conceitos de construtivismo e *essencialismo*, trazendo a identidade para uma perspectiva mais arraigada às práticas e vivências sociais, rompendo com o paradigma estritamente histórico que muitas

vezes limita os debates no campo da formação de identidades. Guilherme Carvalho de Rosa faz uma releitura profícua quanto a esta idéia:

(Larrain) concebe tanto a identidade como algo que está plenamente em construção e reconstrução assim como considera a identidade como um processo discursivo público que vê as práticas cotidianas dos agentes sociais e uma interação recíproca entre a esfera pública e a privada.

Zygmunt Bauman traz uma contribuição valiosa ao desfecho deste debate: patriarca das denotações agonísticas e do “mal estar” proveniente da modernidade líquida que impede os indivíduos de compreenderem a noção de que se encontram em um meandro de identidades culturais fragmentadas e em constante mudança, traz uma noção de extrema valia para a compreensão da identidade formada e assumida pelos *nóias*:

O anseio por identidade vem do desejo de segurança, ele próprio um sentimento ambíguo. Embora possa parecer estimulante no curto prazo, cheio de promessas e premonições vagas de uma experiência ainda não vivenciada, flutuar sem apoio num espaço pouco definido, num lugar teimosamente, perturbadoramente “nem-um-nem-outro”, torna-se a longo prazo uma condição enervante e produtora de ansiedade. Por outro lado, uma posição fixa dentro de uma infinidade de possibilidades também não é uma perspectiva atraente. Em nossa época líquido-moderna, em que o indivíduo livremente flutuante, desimpedido, é o herói popular, “estar fixo” – ser identificado de modo inflexível e sem alternativa – é algo cada vez mais malvisto (BAUMAN, 2005 p. 35).

Decerto que a questão da construção e concepção de identidades é um assunto impassível de esgotamento na curta observação à qual se pretende este capítulo, acredito que seja de alguma valia para uma compreensão menos vulgar e teoricamente referenciada sobre a definição deste neologismo imperativo da *inner city* capixaba, a título de esclarecimento de que não se trata de uma expressão aleatória, mas de um conceito de identidade construída, vivenciada e legitimada, por assim se dizer.

1.1.4 Gilberto Velho e idéias novas

Neste labirinto conceitual que envolve agora não mais a construção, mas a **apreensão** de identidades sob a égide da vida urbana, torna-se mister citar a relevância de alguns conceitos elaborados por Gilberto Velho na tradução destes *campos de possibilidades e mundos sociais urbanos, de metamorfose e mediação* (Gilberto Velho 1981, 1994, 1999, 2001). Tais mediações, de acordo com o autor, são atribuídas a um pertencimento polissêmico que o pesquisador logra quando se trata do espaço urbano: *permite se transitar por diversos mundos e, ao mesmo tempo, não ser englobado por nenhum.* (MACHADO, 2003), permissão esta fundamental para o “*estranhamento crítico diante do próximo*” (p. 18) - este indispensável para se pensar criticamente um objeto contextualizado em uma semântica que seja a compartilhada pelo autor – no caso, o *lócus* urbano. Em Gilberto Velho é recorrente a discussão a respeito do “Desafio da proximidade”: buscar a compreensão de fenômenos próximos, e as vertentes de pesquisa do universo urbano, de certa forma, inauguraram esta escola de pensamento.

A sociedade moderna, principalmente no bojo da urbanidade, é composta por diversos grupos societários. *Nóias*, policiais, esportistas, políticos, músicos, artistas, estudantes, e assim infinitamente em diante. A conseqüente diversidade de regras existentes para regular a funcionalidade dos diversos grupos em questão aumenta a possibilidade de discordância sobre qual tipo de comportamento que será apropriado a uma determinada situação social, podendo mesmo conduzir ao não cumprimento dessas mesmas regras, sejam elas consuetudinárias ou

legitimadas pelos poderes constituintes. O não respeito a estas normas configura um comportamento desviante perante ao outro, de acordo com Howard Becker.

1.1.5 Nem tão puro, nem tão secreto, muito menos um monstro.

“Efetivamente a infração lança o indivíduo contra todo o corpo social, a sociedade tem o direito de se levantar em peso contra ele, para puni-lo. Luta desigual: de um só lado todas as forças, todo o poder, todos os direitos. E tem mesmo que ser assim, pois aí está representada a defesa de cada um. Constitui-se assim um formidável direito de punir, pois o infrator torna-se o inimigo comum. Até mesmo pior que um inimigo, é um traidor, pois ele desfere seus golpes dentro da sociedade. Um “monstro”. (FOUCAULT, 1987, p.76).

Becker elabora duas categorias para definir a concepção de um comportamento considerado como desviante: a primeira, descreve o caso no qual o sujeito é percebido pelo grupo como desviante, seja por ter apresentado comportamento transgressor (desviante puro) ou mesmo que não tenha realmente transgredido a regra (o “falsamente acusado”). A segunda, descreve o caso em que o sujeito não é percebido como desviante, seja por não apresentar um comportamento transgressor (age em conformidade com as regras do grupo), seja porque oculta do grupo esse comportamento transgressor (desviante secreto). Na situação de desviante secreto, um acto impróprio é consumado, mas, como não é notado, este não é percebido como um violador das regras.

Nesta fricção de regras e interesses, é importante conceber que o indivíduo desviante está sempre ciente da regra que está a quebrar, e rompe-a com um propósito específico (muito similar, neste ponto, à ação social citada por Weber). Mais importante ainda é a observação de que estes desvios são sempre condicionados, e é isso que confere profundidade à

categorização elaborada por Becker. Um desvio só pode ser considerado como tal se, num determinado contexto, num grupo, o desviante não corresponder a uma dada regra vigente e legitimada pelos organismos de imposição.

Logo, em um exercício conceitual sob a luz dos conceitos de Michel Misse e Becker, afirmo que não seriam os *nóias* desviantes ocultos, por mais que utilizem a droga de maneira velada (apesar de nem sempre isto ocorrer – este fato está condicionado por questões regionais), mas sim, desviantes puros. Legítimo este conceito pelo estigma carregado fenotípica e socialmente por esta categoria, enquadrada nos processos de constituição social do crime elaborados por Misse, retomados aqui em detalhes: **1) criminalização** através da reação moral à sua generalidade que define tal curso de ação e o põe nos códigos, institucionalizando sua sanção(ou seja, a configuração da ação do uso de drogas como passível de sanção criminal de acordo com os códigos morais que geral os termos da lei); **2) criminação**, pelas sucessivas interpretações que encaixam em curso de ação local e singular na classificação criminalizadora; **3) incriminação**, em virtude dos testemunhos ou evidências (neste caso, apreensão visual convertida em preconceito) intersubjetivamente partilhadas (ou seja, a apresentação fenotípica do *Nóia* gera uma apreensão intersubjetiva que já o incrimina prontamente, dado o fato de que a sua condição como tal é decorrente de um curso de ações criminalizadas, como compra e uso de drogas); **4) sujeição criminal**, pela qual são selecionados preventivamente os supostos sujeitos que irão compor um *tipo social* (ou seja, a sujeição do *Nóia* em *stritu sensu* como um criminoso em potencial) cujo caráter é socialmente considerado como “propenso a cometer um crime”.

Logo, estas personagens, não obstante os impropérios absolutos à própria saúde e segurança, estão em situação de risco social eminente. As marcas deixadas pelo crack são profundas, e implicam na construção de uma personalidade social passível de banimento em todas as esferas da vida em sociedade -que não seja no *underground* urbano do uso do crack-, dadas as chagas indelévels que a droga move nos usuários, independente do poder aquisitivo logrado.

Que há por detrás de ações que se apresentam tão potencialmente autodestrutivas? Acredito que ainda estamos longe de poder descrever com rigor os processos que levam os indivíduos a utilizar, reproduzir e perpetuar o uso do crack: estes grupos ainda encontram-se em franca construção, e seus processos e ritos sociais, apesar de já estarem profundamente engendrados no imaginário social do contexto urbano, ainda não se encontram prontamente definidos, como o *Kula* entre os melanésios ou o *Pújá* dos hindús. Há neste fenômeno um signo dotado de multiplicidade de sentidos e expressões, que não se restringem a determinismos de qualquer espécie, sejam eles socioeconômicos ou psicológicos ou biológicos.

1.2 Entre o palco e o elenco: o asfalto em Vitória: apresentando os reis da rua

“Em vários lugares, observa-se uma delimitação visível da área de atuação de cada um dos guardadores de veículos. De vez em quando, ocorrem brigas e divergências entre eles, onde impera a acusação de ter havido invasão territorial (no verdadeiro estilo do movimento sem terra) ou o recebimento de gorjeta do motorista por outra pessoa não habilitada. Inclusive, vários são os registros de ocorrências policiais, atestando conflitos em que resultaram na morte de flanelinhas.”

(Eduardo Veronese da Silva, Bacharel em direito – FABA VI/ES, Licenciatura em Educação Física – UFES, Instrutor do Programa Educacional de Resistência às Drogas – PROERD, Subtenente da Polícia Militar do Espírito Santo.

Extraído de <http://www.webartigos.com/articles/37439/1/MORADORES-DE-RUA-E-GUARDADORES-DE-VEICULOS-POPULACAO-QUE-AUMENTA-E-ASSUSTA-A-SOCIEDADE/pagina1.html>

*Please to meet you! Hope you guess my name!
(Rolling Stones - Sympathy for the Devil)*

Vitória é uma cidade com peculiaridades vistas em poucas capitais do Brasil. Pela sua extensão geográfica reduzida - se comparada com as outras capitais do Sudeste-, pobreza e riqueza estão sempre próximos, em todos os aspectos, do geofísico ao simbólico. Bairros vizinhos abrigam perfis socioeconômicos profundamente distintos, e, muitas vezes, basta não mais do que uma rua para separar, ao menos em delimitação física e administrativa, a pobreza extrema da ostentação característica das classes médias e altas, o que torna o convívio entre estes estamentos inevitável. Não há em Vitória espaços fechados de segregação absoluta como os condomínios de mansões cariocas ou paulistas. Nesta cidade, todos os espaços são, ao menos geograficamente, acessíveis a todos - por mais que nos bairros elitizados a presença constante da polícia e dos crescentes contingentes de grupos de guarda privada coíbam a mera circulação de indivíduos potencialmente “perigosos” (leia-se jovens negros do sexo masculino, em sua maioria).

Isto certamente não quer dizer que as caracterizações objetivas não existam – apenas reafirmo que os limites são atenuados por peculiaridades geofísicas.

Vitória é uma cidade na qual se consome muita droga, em todo lugar. Seja nos bairros elitizados, onde se usa droga livremente, como na Mata da Praia (onde se é propício consumir droga – principalmente maconha - dentro dos carros, em baixa velocidade: o famigerado *fly* -, ou sentado confortavelmente nas cuidadosamente arborizadas alamedas do bairro, sempre com a devida cautela para algum transeunte, em passeio com seu cão, não se incomodar e acionar a polícia, haja vista que o uso do

disque-denúncia é ostensivamente incentivado na cidade) ou a Praia do Canto, ou o Jardim da Penha (bairros nos quais se concentra a vida noturna da cidade, e, pelo movimento, o consumo de drogas como maconha torna-se reduzido, ampliando-se o uso de cocaína e sintéticos que não exalam odor e podem ser usados livremente nos banheiros dos inúmeros bares e casas noturnas presentes nos bairros, sem suscitar grandes suspeitas), ou nas periferias, como Jesus de Nazaré ou São Pedro (que, por serem bairros que contam com a presença ostensiva da polícia como força repressiva, exigem um padrão de consumo notoriamente diferenciado e mais cauteloso, haja vista que qualquer *bandeira* já é motivo para se *rodar na mão dos cana*²⁰, quando se está num bairro de periferia.

De qualquer forma, reitero que a droga é um personagem muito presente no cotidiano capixaba. Pode-se comprar droga em praticamente qualquer lugar. Dentro das Universidades, estacionamentos, bares, boates, bocas de fumo, apartamentos de luxo, barraquinhas de cachorro quente, taxistas, na rodoviária ou até mesmo com serviço de *delivery* pessoal²¹, para os mais abastados (como certos consumidores dos bairros mais elitizados da capital –dois bairros insulares, mais especificamente - que contam com extensa lista de números de telefone de taxistas que fazem a entrega diretamente em suas casas, de qualquer tipo de droga que esteja disponível no mercado capixaba, de maconha prensada de baixa qualidade a metanfetaminas importadas de Israel ou Amsterdam. Um serviço

²⁰ Expressão sinônima a “ser enquadrado pela polícia”.

²¹ Como veiculado pela versão online do jornal Folha Vitória, de 30/04/2010 : “A polícia descobriu um laboratório de cocaína em Jardim Camburi, em Vitória. “Eles só forneciam drogas para pessoas conhecidas. O comércio funciona no estilo disque-drogas. Eles recebiam as encomendas pelo telefone e entregavam em todos os lugares de Vitória, especialmente Praia do Canto e Jardim da Penha. Eles ainda forneciam drogas para bocas de fumo em Maria Ortiz”, diz o delegado Icaro Rudinski.”

caro, mas que certamente provê uma noção mais higienizada e menos culpada do tráfico. Algo como comprar relógios falsos de comerciantes que viajam mensalmente até a 25 de Março por não se sujeitar a negociar com camelôs, em uma analogia bastante <<sem vergonha>>).

E é esta possibilidade um dos fenômenos que aproxima as classes privilegiadas das que vivem em privação, e faz com que Vitória viva esta constante entropia. Este contato tornou-se francamente democratizado e amplificado com a presença dos *flanelinhas*.

1.3 'Tô de olho aí, patrão! (ou o Refugio Humano)

“A produção de ‘refugio humano’, ou, mais propriamente, de seres humanos refugados (os ‘excessivos’, e ‘redundantes’, ou seja, os que não puderam ou não quiseram ser reconhecidos ou obter permissão para ficar), é um produto inevitável da modernização, e um acompanhante inseparável da modernidade. É um inescapável efeito coletaral da *construção da ordem* (cada ordem define algumas parcelas da população como ‘deslocadas’, ‘inaptas’, ou ‘indesejáveis’) e do *progresso econômico* (que não pode ocorrer sem degradar e desvalorizar os modos anteriormente efetivos de ‘ganhar a vida’ e que, portanto, não consegue senão privar seus praticantes dos meios de subsistência)”
(BAUMAN, 1925, p12)

Atualmente, sabe-se que existem *flanelinhas* operando em praticamente todos os bairros da cidade de Vitória, à exceção dos situados em morros. São guardadores de carros, que se apropriam das ruas e suas vagas de estacionamento para veículos automotores, e cobram preços variados para que os motoristas estacionem suas conduções nas vias públicas. Alguns angariam a simpatia dos clientes a ponto de obterem a confiança destes em deixá-los com a chave de sua Mercedes enquanto estes trabalham. Outros, ao terem negado o ‘*fortalece aí, patrão*²²’, cometem danos aos veículos ou, em isolados casos,

²² É a expressão comumente utilizada pelos flanelinhas ao abordarem os indivíduos que estão entrando em seus carros para abandonarem a via por eles comandada – momento este no qual é feito o pagamento pelo serviço prestado, seja ele qual for...

até tentativas de homicídio contra o renegado cliente. Os comportamentos são múltiplos, e qualquer generalização correrá sérios riscos de tornar-se equivocadamente preconceituosa.

Esta categoria tem se tornado de suma relevância para a análise do fenômeno do tráfico de drogas em Vitória, por uma série de fatores que constituem a rede que entrecorta as relações entre o *flanelinha* e a sociedade média. Em entrevista concedida a um dos jornais de grande circulação da cidade, alguns destes trabalhadores afirmaram obter até três mil reais mensais exercendo esta função diariamente.

A altíssima rentabilidade deste ofício rapidamente engendrou clivagens e rivalidades entre esta *classe de trabalhadores*, por disputa pelos pontos de vigia. Não é raro acontecerem assassinatos entre eles – um fenômeno que imediatamente nos recorda as guerras nos morros cariocas, motivadas pela disputa dos pontos de venda e bocas de fumo entre as facções do crime. Há, também, um estreito vínculo entre os ‘guardadores de carro’ e os assaltantes em bairros específicos da cidade, como na Enseada do Suá ou Jardim da Penha, onde os *flanelinhas* encobrem todo tipo de crime cometido nos bairros – quando não os empreendem. Em Jardim da Penha, bairro de classe média e de agitada vida noturna e comercial, é comum ouvir comentários entre eles, de onde, como e o que levaram na última abordagem. “Vi roubar mesmo, já até escondi bolsa roubada dessas menina da faculdade dentro do carro de uma madame. Mas roubar, nunca roubei. Deu mole é assim mesmo, perdeu. Não cagueto²³ ninguém pra polícia, não.”, me informara J, *flanelinha* que *trabalha* em Jardim da Penha há mais de 8 anos.

²³ Equivalente a ‘delatar’.

Do ponto de vista da polícia, em entrevista com um delegado e três policiais militares, o *flanelinha* é visto como uma figura híbrida neste contexto. Do *elemento* que apenas vigia e lava os carros para obter o provento familiar ao *avião*²⁴ (como J2, *flanelinha* que, ao término de uma entrevista, gentilmente ofereceu seus préstimos: “Ai, Zé, se quiser dar um *tirinho*²⁵, ou um *beck*²⁶ eu sei quem te arruma, até trago aqui pra você, falou? Mas se quiser uma pedra é comigo mesmo, te passo agora. O cara da pedra aqui sou eu, mas eu te arrumo qualquer coisa”) que conseguiu edulcorar sua função com uma atuação socialmente tolerada, a um valioso informante (tanto para mim quanto para a polícia). Os *flanelinhas* podem ser tudo, e ao mesmo tempo.

Porém, há, entre a polícia, um consenso curioso (para não utilizar qualquer outra terminologia menos elegante), que me fora apresentado pelo Militar E: “é tudo *nóia*. Qualquer *flanelinha* que você quiser, pode ver. Todos eles tem pedra. Todos. É tudo *nóia*. Pra apreender pedra em Vitória é só ir em cima deles.”

Esta afirmação me fora rapidamente subvertida ao conhecer um *flanelinha* que atua em frente ao Tribunal de Justiça de Vitória. Sendo ele uma exceção à regra, ou não, seu depoimento é válido. Permitiu-me utilizar o seu nome, que, coincidentemente, é igual ao meu.

²⁴ Sujeito que promove o *link* entre o tráfico no morro e o asfalto, entre os que querem vender a droga e os que querem comprar.

²⁵ Expressão equivalente a ‘cheirar uma carreira de cocaína’.

²⁶ Cigarro de maconha

“Zé, eu sei que tem muita gente que faz coisa errada ai, sabe. Trabalho aqui nos carro (sic) há mais de vinte anos, sou mais velho de rua do que você de vida quase. Vim da Bahia pra cá cedo, meus pais me deixaram logo e eu tive que me virar sozinho. Já vi de tudo. Mas eu sei o que que é certo e o que que é errado. Tem polícia certo, tem policia errado. Tem bandido bom, tem bandido ruim. Tem flanelinha bom e tem ruim. Tem muito amigo ai que rouba, que usa droga, que fuma um monte de coisa. Que rouba os outros, que rouba até carro dos cliente, que marca pros cara vir roubar (sic). Eu não tenho nada contra ninguém não, mas não faço nada disso porque eu sei que é errado. Eu lavo meus carro, tiro meu troquinho, dá pra segurar o meu barraco, pagar a comida dos meus filho e da patroa, ai fica tudo certo. Não me falta nada não, mas tem que ralar, viu? Né’ fácil não. Mas fazer coisa errada é que não pode.”

Este é somente um dentre tantos depoimentos colhidos por *flanelinhas* na *inner city* capixaba. Fato é que se torna altamente incoerente responsabilizar esta categoria pelo déficit de segurança que se vivencia em Vitória, como frequentemente tem feito os meios de comunicação de massa, pelos mais variados processos discutidos nos capítulos anteriores.

A aceitação passiva da função do *flanelinha*, em uma análise reducionista, pode ser considerada muito mais uma política de redistribuição de renda do que a incapacidade das polícias em se coibir sua atuação. Onde estariam estes indivíduos, se não vigiando os carros? Já relegados ao exercício de um subemprego, no qual não obtem vislumbre algum de qualquer direito trabalhista ou seguridade social, falta apenas o seu ostracismo desta parcela larga e relativamente rentável do mercado informal para que venham a compor em definitivo o refugio humano.

Capítulo 2 – O Palco

2.1 Geo-referenciando

Apesar de estarem espalhados por toda a cidade, os estacionamentos e marquises do Centro são locais onde se pode identificar com mais facilidade esta categoria. O Centro de Vitória é circunvizinhado, basicamente, por bairros de periferia. Piedade, Fonte Grande, Vila Rubim, Moscoso, Ilha do Principe, são bairros habitados majoritariamente por populações de baixa renda, nos quais o tráfico de drogas encontra-se ostensivamente instalado. Dos hotéis de fachada (muitos deles são prostíbulos e bocas de fumo) aos vendedores ambulantes.

A presença de prostitutas e assaltos também são recorrentes, e a polícia frequentemente empreende confronto nestes locais, principalmente nos morros da Fonte Grande e Piedade, onde se encontra boa parte dos traficantes refugiados de outros bairros, ou até de outros Estados. Por serem morros inseridos em um maciço granítico composto por uma vasta e densa vegetação remanescente de mata atlântica (o Parque da Fonte Grande, para ser mais específico), as rotas de fuga e esconderijos são muitos, o que torna estes morros privilegiados na tática de esconder as bocas de fumo e os traficantes já identificados e procurados.

A marca do asfalto de Vitória é a marca do amálgama. Da convivência cortês entre classe média e *flanelinha*. Do limite geograficamente tênue entre a periferia e os bairros burgueses. Dos seres íferos que habitam ambos espaços, que transitam

livremente entre um e o outro. Há a certeza de que todos os espaços, apesar de não compartilhados, são freqüentados. São vistos e são concebidos por todos. Não há onde se esconder em Vitória.

Em Jardim da Penha, Mata da Praia e Ilha do Boi, que são redutos de mansões e apartamentos pensados por decoradores e arquitetos renomados, com suas alamedas verdejantes e ruas bem organizadas, está presente a figura errante do *nóia*, do flanelinha, do mendigo, do pedinte. Das crianças vendendo doces ou a cocaína, para o provento da família ou qualquer outro fim. Nos morros da Fonte Grande, do Bairro da Penha, do São Benedito, estão presentes os mais variados tipos das classes média e alta. Não é raro ver carros importados, alguns com motoristas particulares, nas bocas de fumo do São Benedito ou São Pedro. Há, de certo, locais onde as classes média e alta pouco se arriscam, como é o caso do Bairro da Penha, morro famoso por abrigar os armamentos mais pesados da cidade (os únicos *bicudos*²⁷ da cidade estão lá), onde os conflitos com os bairros vizinhos, apesar de não serem uma constante, ocorrem com certa freqüência. Como há droga em praticamente qualquer bairro de Vitória, este é particularmente evitado pelas classes médias.

Apesar de os aviões e vapores funcionarem à *toda* no asfalto da cidade formal, os morros ainda são muito freqüentados em Vitória. As relações de cordialidade estabelecidas se perpetuam, e raramente estas duas dimensões dialeticamente conectadas se friccionam.

²⁷ Fuzis

2.2 Do asfalto para a Ilha

Contudo, há um bairro no qual a movimentação das classes heterogêneas é marcante, e o acesso mostra-se francamente democratizado: a Ilha do Príncipe.

Na Ilha, não há restrições ao padrão de frequência. Mulheres, homens, jovens, adultos, *patricinhas*, *playboys*, executivos, operários, negros, brancos, pardos, orientais, estudantes, professores, crianças. A Ilha é freqüentada por todo tipo de sorte de gente. Conhecida popularmente com a malograda alcunha de *cracolândia*, a Ilha do Príncipe foi o bairro escolhido para centralizar os esforços da fase etnográfica deste trabalho. Se alguma Ilha é, de fato, o reino mítico do consumo da pedra e todo este terror com o qual é apreendida pela população capixaba, talvez estejam falando de alguma outra Ilha nos jornais e na televisão.

2.3 Cracolândia e o reino mitológico das invenções midiáticas

“Favela no Brasil, poblacione no Chile, villa miséria na Argentina, cantegril no Uruguai, rancho na Venezuela, Banlieue na França, gueto nos Estados Unidos: as sociedades da América latina, da Europa e dos Estados Unidos dispõem todas de um termo específico para denominar essas comunidades estigmatizadas, situadas na base do sistema hierárquico de regiões que compõem uma metrópole, nas quais os párias urbanos residem e onde os problemas sociais se congregam e infeccionam, atraindo a atenção desigual e desmedidamente negativa da mídia, dos políticos e dos dirigentes do Estado. São locais conhecidos, tanto para forasteiros como para os mais íntimos, como “regiões-problema”, “áreas-proibidas”, circuito “selvagem” da cidade, territórios de privação e abandono a serem evitados e temidos, porque tem ou se crê amplamente que tenham excesso de crime, de violência, de vício e de desintegração social. Devido à aura de perigo e pavor que envolve seus habitantes e ao descaso que sofrem, essa mistura variada de minorias insultadas, de famílias de trabalhadores de baixa renda e de imigrantes não-legalizados é tipicamente retratada à distância em tons monocromáticos, e sua vida social parece a mesma em todos os lugares: exótica, improdutiva e brutal”

Loïc Wacquant – Os condenados da cidade – estudos sobre marginalidade avançada

Apesar de todas as balizas conceituais encontradas em se definir antropológica e sociologicamente um local tão profanado

quanto uma “*cracolândia*”, buscarei traduzir este infame aforisma com a máxima cautela possível, evitando cair na armadilha dos maniqueísmos e prenoções tão nocivas à uma concepção crítica da sociedade e do fenômeno do tráfico de drogas.

A idéia introduzida por Wacquant exprime com maestria a apreensão destas ferramentas utilizadas para se conceituar a marginalidade urbana. Na sua definição, certamente as *cracolândias* Brasil afora se enquadrariam sem absolutamente nenhuma ressalva. Em São Paulo, acusam-se como tais os bairros da Santa Ifigênia e Tiradentes. O Rio de Janeiro conta com a Favela do Jacarezinho como portador do emérito estigma. Em Belo Horizonte, há a Pedreira Prado Lopes (uma coincidência semanticamente infame!) e o bairro Santa Branca. Vitória conta com a Ilha do Príncipe para representar o plantel.

Todas estas são comunidades marcadas pela privação material, pelo abandono institucional e governamental, pela clausura excludente e pelo auxílio social tacanho que paira sobre elas. Não são comunidade exóticas, desorganizadas, desconhecidas. As chamadas ‘*cracolândias*’ são uma hipocrisia conceitual que ao mesmo tempo compõem uma realidade presente no seio da sociedade brasileira enquanto classificação socioespacial de exclusão, de nítido corte social e racial. São marcadas pelas chagas da repressão punitiva por parte da retração do Estado *Welfare*, do desemprego estrutural, pela informalidade e pelo tráfico de drogas.

A figura da *cracolândia* é associada à degradação social e à corrosão do espaço público. Certamente, trata-se de áreas nas

quais as oportunidades econômicas e os recursos coletivos são anêmicos, e o encolhimento estatal chegou ao ponto de que a venda e consumo do crack são abertos, não obstante o desprezo público associado ao fato de que este local é amplamente percebido como uma *no-go area*, um conceito que, inclusive, é ratificado pelos organismos públicos (e muito mais pelas denominações fantasiosas dos media) que prescrevem as formas de inserção social e existencial dignas e que vão se retirando do local: transporte público, saneamento básico, iluminação, acesso à geração de trabalho, renda, educação, segurança, lazer e esporte, saem um a um, até que o local se encontre em franco ostracismo, restando as alcunhas pejorativas e o pressuposto moral da sociedade entorpecida pela espetacularização da miséria alheia, que concebe tais áreas como habitadas apenas pelos párias da sociedade. Trata-se, portanto, de outro tipo de estigma, o estigma territorial. Observa-se uma forte correlação entre a degradação simbólica e o desmantelo ecológico dos bairros urbanos: áreas comumente percebidas como depósitos²⁸ de pobres, anormais e desajustados tendem a ser evitadas pelos de fora, “assinaladas” pelos bancos e corretores de imóveis, desdenhadas pelas firmas comerciais e ignoradas pelos políticos. (Wacquant, 2005, p33).

Qual a função social de uma denominação tão destrutiva? Certamente não é o altruísmo em alertar a população a se distanciar quantas léguas de distância for possível do local. Em que resultam as cracolândias? Qual o produto final de um local cercado por tantas marcas deletérias, reafirmadas reiteradas

²⁸ Esta noção relembra os *aterros sanitários humanos* descritos por Bauman em *Vidas Desperdiçadas* (p 12), “Confrontadas com os nichos modernizantes do globo, essas partes (“pré-modernas”, “subdesenvolvidas”) tendiam a ser vistas e tratadas como terras capazes de absorver os excessos populacionais dos “países desenvolvidos” – destinos naturais para a exportação de ‘pessoas redundantes’ e aterros sanitários óbvios e prontos a serem utilizados para o despejo do refugo humano da modernização”.

vezes pela mídia e, por fim, reproduzidas pela população? O que pode se esperar de um local caracterizado de forma tão intensamente pejorativa? No vácuo criado por uma série de ausências preenchidas com a mácula do preconceito, criam-se várias lacunas que a apreensão média desconhece.

Como citei acima, em Vitória, droga, há em todo lugar. Em qualquer lugar se compra, venda, e se usa muita droga, e, basicamente, qualquer tipo, dadas as particularidades condicionadas pela ocasião. Por que um determinado bairro é acometido por tão depreciativa alcunha, que depõe francamente contra qualquer tipo de cidadania? Um adjetivo pejorativo ao ponto de provocar ojeriza somente ao ser pronunciado? Os meios de comunicação e a própria polícia insistem em reproduzi-lo, apesar de toda a carga de preconceito que há sobre a delegação da *cracolândia*.

São áreas temidas, violentas, das quais as pessoas podem não voltar ao se aproximar, habitado por seres socialmente desintegrados, que rapinarão qualquer forasteiro que por lá se aventurar. Não há *cracolândia* em parte alguma do mundo. O que existem são os estigmas destrutivos atribuídos a áreas marcadas pelo abandono, pela segregação, pela retração estatal, e, principalmente, pela falta de oportunidades condicionada pela ausência de toda sorte de acesso a equipamentos que dignifiquem a existência humana e seu desenvolvimento em comunidade. São estas as *no-go areas* brasileiras, construídas sobre o anátema do crack como locais a serem evitados, mas cuja menção freqüente garante a rentabilidade do periódico do dia. *Cracolândia* parece ser

apenas um outro neologismo, muito mais ocupado em rotular do que em atribuir definições.

2.4 Admirável mundo velho

*The way they come, they're here
Makes me want to say
It's a wonderful place
Oh what a wonderful place
For you
Not me
(Rage Against The Machine – Beautiful World)*

Indago-me se os locais onde as classes médias e as mais abastadas consomem drogas ostensivamente, com precisamente os mesmos padrões desvelados, possuem alguma denominação, ou se são chamados simplesmente pelos nomes: boates, bares, festas privadas, e assim em diante. Ainda não ouvi falar sobre qualquer denominação que caracterize o local onde é freqüente o uso de drogas tipicamente burguesas como as anfetaminas, a heroína ou qualquer outra droga que não sejam as consumidas pelas populações marginalizadas.

Os afamados e acolhedores bares e boates da Praia do Canto - com sua gente bem trajada e suas ruas passarelas dos carros de luxo de Vitória, que transportam alguns dos maiores traficantes de drogas sintéticas da cidade- (como me relatara Y, ex-morador do bairro: “*Comprei quinze mil reais de bala²⁹ de BH para revender aqui. Já passei tudo e fiz um carro. Vou vender a viatura e pegar mais 50 ou 60 mil, quanto derem nele. Aqui nego usa muita droga, faço grana ‘facinho’, ‘facinho’*), ou os bares mais animados e descontraídos de Jardim da Penha -marcados pelo uso recreativo de variados tipos de psicotrópicos, que vão do LSD (ou o que ao menos dizem ser a

²⁹ Ecstasy

dietilamina de ácido lisérgico o que circula por ai) à cocaína-costumam ser chamados pelo nome.

Afinal, a *cracolândia* nada mais é do o estigma territorial com corte social definido pelo padrão de uso de determinada droga que diretamente esteja associada a determinado padrão societário. Neste caso, indubitavelmente, as camadas pobres e o crack. Como mencionado, um conceito tão frágil quanto vazio de sentido.

Afirmo, pondo fim a este capítulo: *cracolândia* é um termo que, apesar de todos os efeitos sociais que seu uso produz, trata de nada senão uma corruptela conceitual extremamente infeliz e de mau gosto.

“Que que você vai arrumar lá pra Ilha do Príncipe, na cracolândia? Tá louco? Escolhe outro lugar, lá não é lugar pra gente ficar passeando não! Nem eu gosto de ficar indo pra lá!”

J (pseudônimo), policial militar entrevistado, ao saber das pretensões do meu trabalho.

Capítulo 3 – Em Cena

3.1 Do Asteróide B612 para a Ilha

A Ilha do Príncipe, em todas as suas matizes, apresenta-se como um bairro multifacetado. Diferente de outras zonas da periferia capixaba, este se apresenta como um local de infra estrutura razoável, em termos de urbanidade. A falta de equipamentos públicos é notória – há poucos espaços de convívio mútuo, e esta ausência provavelmente acabou relegando ao bairro um grande número de igrejas (há quatro ou

cinco delas) em um curto raio de área -, assim como a expansão da degradação comercial que assola a região central de Vitória: o comércio formal restringe-se, basicamente, a alguns pequenos bares, casas de acesso à rede de internet, dentre outros. Não é um bairro repleto de barracos de madeira, ruas sem asfaltamento, e coisas do gênero. Barracos são casos excepcionais no bairro, para os mais interessados nos aspectos urbanísticos da questão.

A denominação *cracolândia* faz qualquer um pensar na Ilha do Príncipe como um bairro desértico, habitado apenas pelos indivíduos degradados pelo consumo abrupto da droga. Ledo engano. Circulam muitas crianças durante todo o dia, principalmente à partir das 18 horas, quando chegam da escola (existem três escolas municipais nos arredores do bairro, com paradoxal destaque para a EMEF Moacir Avidos, uma das mais bem equipadas instituições de ensino do município), e este horário é especialmente respeitado pelo pessoal do *movimento*, que possui grande (e relativo!) zelo pelas crianças do bairro, que circulam despreocupadas, interagem com os moradores como raramente se vê em bairros de classe média. Mas são crianças diferentes. “A *criançada aqui não é boba, é ligada de tudo. A criançada sabe tudo que rola no movimento, mas vive de boa. Porque ninguém mexe com criança aqui.*”, informou-me X. Na Ilha do Príncipe não se nota a figura do traficante justiceiro e político, que confere à comunidade o que o poder público relegara. Há o respeito e a tolerância, que varia de acordo com a rede de interesses e contatos pessoais. Contudo, o clima de desconfiança é presente no local – as denúncias são uma constante, por toda a parte.

Falando em movimento, este, em todas as suas configurações, é marcante na Ilha. Dificilmente as ruas do bairro encontram-se desertificadas. Há sempre pessoas subindo e descendo as ladeiras, adentrando-se nas estreitas vielas e becos que entrecortam o bairro, transitando rapidamente e, se olhando com um pouco de atenção a algumas figuras, em estado de alerta.

A presença da polícia é ostensiva no bairro. Tão ostensiva quanto paradoxal. Os envolvidos com o tráfico sabem perfeitamente qual a rota de acesso e vigia a ser seguida pela polícia, tal como os horários nas quais esta se faz presente em ronda. Por isso, não é freqüente ver pessoas “levando duras” da polícia a todo instante. Compra-se droga em muitos pontos espalhados pelo bairro, e alguns nem são tão discretos assim.

3.2 Polícia! Pa(’)ra quem precisa!

*Dizem que ela existe pra ajudar
Dizem que ela existe pra proteger
Eu sei que ela pode te parar
Eu sei que ela pode te prender
Dizem pra você obedecer
Dizem pra você responder
Dizem pra você cooperar
Dizem pra você respeitar
Titãs - Polícia*

A relação com a polícia é sinuosa, e os policiais não fardados (os P-2, como se chamam os policiais à paisana) são muito mais temidos e odiados do que os policiais trajando uniformes, pois, supostamente, são estes personagens os responsáveis pelos desmantelamentos recentes de bocas de fumo e prisões de traficantes e demais envolvidos no bairro.

Tais desconstruções nas quadrilhas e estruturas do tráfico provavelmente contribuíram para uma mudança no padrão descrito no bairro. Diz-se que, até 2004, a droga que predominava o comércio da Ilha era, de fato, o crack. Contudo, a partir do ano seguinte, o bairro fora marcado pela chegada da cocaína de alta qualidade, como descrito anteriormente (a *amarela*, que supostamente contém menor teor de bicarbonato de sódio e solventes). Após sucessivas prisões, o comércio de drogas no bairro adquiriu caráter centralizado, e a venda de cocaína tomou proporções consideráveis, atingindo cerca de 90% da *balança comercial* deste setor *produtivo* no bairro. Curioso de se notar que, diferentemente do Rio de Janeiro, há pouca disputa por bocas de fumo em Vitória – aqui, elas abastecem-se umas às outras, em um regime complexo de cumplicidade em uma rede de relações com padrões de diferenciação bastante avançados.

Pesquisando em jornais de grande circulação ou em sítios online da Secretaria de Segurança, não é difícil encontrar notícias sobre grandes operações (geralmente batizadas com nomes infames) realizadas pela polícia na Ilha do Príncipe, resultantes de meses de operações nas quais havia a presença de policiais infiltrados. Vale lembrar que os *vapores* que circulam pelo bairro e adjacências, em sua maioria, são de fora, inclusive, de outras cidades. Citarei sucessivos exemplos, a começar pela “Operação Xadrez”,

“(...)ação realizada pelo Núcleo de Repressão às Organizações Criminosas e à Corrupção (Nurocc), da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Sesp), que resultou na prisão de uma quadrilha de traficantes de drogas na Ilha do Príncipe, em Vitória. Cinco pessoas

foram detidas, entre elas o chefe do tráfico da região, José Santos Viana, conhecido apenas por Viana, de 28 anos.”

(Disponível em <http://www.es.gov.br/site/noticias/show.aspx?noticiald=99679643>)

Outra notícia vinculada ainda cita:

“Duas prisões de impacto na luta policial contra o tráfico de drogas em Vitória. O traficante acusado de comandar o crime na Rua da Lama, em Jardim da Penha, e no Triângulo das Bermudas e Praia do Canto; e uma senhora de 62 anos que lideraria a venda de drogas no Hotel Bela Vista, na Ilha do Príncipe, foram presos na noite desta quinta-feira (13).

A polícia investigava o traficante Carlos Alberto Ferreira, conhecido como "Baixinho", há dois anos. Segundo o delegado Josaf da Silva, o acusado traficava especialmente classe média/alta. "Ele atendia estas pessoas só por telefone. Era uma clientela seleta. A pessoa fazia o pedido e ele entregava pessoalmente", informou o delegado. Carlos Alberto foi preso na Praia do Suá, quando realizava uma entrega de drogas para dois compradores, em um posto de gasolina.”

(Disponível em <http://www.folhavoritoria.com.br/policia/noticia/2008/11/preso-chefe-do-trafico-na-rua-da-lama-e-triangulo-das-bermudas.html>)

Avançando, em mais exemplos:

“Na mesma operação foi realizada a prisão de Ivanir Polezi, de 62 anos. Ela assumiu o comando do tráfico no Hotel Belo Vista, na Ilha do Príncipe. No motel foram apreendidas 72 pedras de crack, prontas para a venda, além de fardo material utilizado para o embalamento da droga. Segundo a polícia, a "vovó do tráfico" assumiu a gerência depois das prisões do filho dele, Magno da Conceição, conhecido como "Maquinho", e da nora dela. Essas prisões foram feitas há dois meses, também por tráfico de drogas.

Na ocasião, antes da entrada dos policiais no local, Ivanir teria dispensado uma quantidade de drogas no vaso sanitário do escritório do motel. De acordo com a polícia, a "vovó do tráfico" alugava três quartos situados no último andar do prédio exclusivamente para usuários de drogas consumirem a droga que era vendida por ela.”

(idem)

Um quarto exemplo:

“Uma quadrilha de traficantes foi desmantelada na tarde desta quinta-feira (26), durante operação policial realizada nas imediações do Bairro Ilha do Príncipe, em Vitória. No local, segundo a Polícia, o comércio de drogas é feito de maneira intensa e a qualquer hora do dia.

Desde fevereiro, policiais da Delegacia de Tóxicos e Entorpecentes (Deten) passaram a investigar várias pessoas ligadas ao tráfico de entorpecentes no bairro. Além das averiguações, a equipe teve acesso às imagens de videomonitoramento instaladas nas proximidades da Rodoviária da capital, que flagraram a ação de traficantes em plena atividade.

Uma operação foi montada e sete criminosos do mesmo bando foram presos. De acordo com o delegado Ícaro Ruginski, os policiais armaram uma "tocaia" para os acusados, e fizeram a abordagem a eles no exato momento em que comercializavam os entorpecentes “

(Disponível em <http://gazetaonline.globo.com/conteudo/2009/03/70734-quadrilha+que+comandava+tráfico+na+ilha+do+príncipe+e+presa.html>)

Uma última notícia, de chamada mais impactante: “Polícia prende chefe da cracolândia”, vinculada no jornal A Gazeta, em 30/01/2010. A citação é longa, mas traz informações relevantes.

“Está preso o homem apontado como o chefe do tráfico de drogas que abastece a região conhecida como cracolândia, da antiga Loja Giacomini na Ilha do Príncipe, em Vitória. Pedro Trajano de Oliveira, 34 anos, fornecia crack e cocaína havia cinco anos em diferentes pontos do Centro da Capital, de acordo com as investigações da polícia.

A prisão foi realizada por policiais da Delegacia de Tóxicos e Entorpecentes (Deten) por volta da meia-noite de ontem. Pedro Trajano – que teria cerca de 30 vendedores de drogas a seu serviço – bebia cerveja em um bar, na Rua Alberto de Oliveira Santos, no Centro. Por telefone celular, ele gerenciava as bocas de fumo localizadas na região. “O traficante foi pego de surpresa. No momento, nem resistiu à prisão, porque havia muitas evidências contra ele. No final, acabou confessando o crime”, afirmou o delegado Jordano Bruno Leite.

Distribuição

Segundo o delegado, além da cracolândia, Pedro Trajano era responsável pela distribuição de drogas na Praça Costa Pereira, na Vila Rubim, na Gruta da Onça, no Parque Moscoso e nos morros do Moscoso e da Piedade.

As investigações duraram três meses. Logo depois da prisão do traficante, os policiais seguiram até a Gruta da Onça, pois havia a denúncia de que uma gerente de Trajano estaria na região.

No local, os policiais detiveram Jorgina Oliveira Lopes, 50, que estava com crack. “Trata-se de uma das traficantes mais antigas e conhecida do Centro de Vitória”, informou Jordano Bruno.

Origem

Segundo a polícia, a droga comercializada na cracolândia da antiga Loja Giacomini e em outros pontos de venda de entorpecentes no Centro de Vitória é trazida de São Paulo por “mulas” – transportadores – que trabalham para Pedro Trajano de Oliveira.

As apurações apontam que o chefe da cracolândia fazia contatos com traficantes paulistas, encomendava a droga, mandava mulheres trazerem a pasta-base de cocaína e fazia um depósito em dinheiro na conta dos fornecedores.

A cocaína era levada para a casa de Flexal, em Cariacica, onde era desdobrada com a supervisão pessoal de Pedro Trajano e distribuída para seus vendedores.

“Vendedor” atuava em frente a fórum

O delegado Jordano Bruno informou que a audácia do traficante Pedro Trajano era tanta que chegou a colocar um vendedor de drogas atuando em frente ao Fórum de Vitória. Um flanelinha que trabalhava para ele foi identificado e está sendo procurado. Segundo o delegado, alguns guardadores de carro vendiam e estocavam drogas para o chefão da cracolândia. “Os clientes desse homem estão sendo identificados para que sejam pedidas suas prisões”, frisou o delegado. Na casa de Trajano, em Flexal, Cariacica, foram apreendidas dezenas de papélotes de cocaína, pasta-base de cocaína e material para embalagem e refino da droga.

Como o acusado gerenciava o tráfico de drogas?

Pedro Trajano de Oliveira recebia material suficiente para abastecer bocas de fumo com crack e cocaína por pelo menos 30 dias. O delegado Jordano Bruno Leite afirmou, no final da manhã de ontem, que o comércio de drogas deve ter uma redução de até 60% na região.

“Muitas vezes, ele nem tocava na droga”

Pedro Trajano, na maioria das vezes, nem tocava na droga. A quantia de entorpecentes encontrada na casa dele era pequena. Seus contatos eram feitos com traficantes no Estado de São Paulo, havia praticamente cinco anos.

Muita gente trabalhava para ele?

Entre 20 e 30 pessoas trabalhavam com ele no Centro de Vitória. Desde o início de janeiro 15 pessoas foram presas, todas autuadas por tráfico de drogas.

Houve detenção de usuários?

Muitas detenções. É gente de todas as classes. Eu mesmo conversei com um empresário, com idade entre 35 e 40 anos, que era um dos clientes da gangue de Trajano. Já flagramos a venda de drogas durante à noite e o dia e até em frente ao Fórum de Vitória.

O senhor acha que vai haver redução no tráfico na região?

Não temos certeza absoluta por quanto tempo isso vai durar, mas acreditamos que por um curto período, pelo menos, devemos ter uma redução de 50% a 60%.”

Após uma série de incursões policiais à Ilha do Príncipe, como parcialmente descrito acima, muitas figuras que exerciam o tráfico de drogas na região foram presas (foram cerca de 35

prisões, entre usuários, vapores, aviões, gerentes e traficantes, donos das bocas), e a atividade acabou por se tornar centralizada. Para infelicidade do delegado que conduziu a operação descrita na última citação, essa redução de 50% a 60% no tráfico existiu somente no seu imaginário. Para os usuários e demais envolvidos, não passou de um rápido período de “seca” na região – fenômeno absolutamente normal no calendário do comércio de drogas – quando as drogas estão disponíveis em menor quantidade e qualidade, porém, com preços elevados.

Contudo, como de costume, não demorara a seca a passar, e logo o abastecimento e repasse de drogas voltou à sua atividade normal. Combater o tráfico nos termos da força policial seria mesmo uma solução?

3.2.1 Nem faca, nem caveira

“Do São Be eu vejo tudo, Itararé to de olho aberto, se for pilantra que ta passando, passa o radio pro Beto / Do estrela os cara é foda, só contando o arsenal. Quem vem puxando o bonde é o ponto final / Mas Quem vem puxando o bonde é a quadrilha da Penha, é só bandido louco, vacilou ta de mancada, você vai levar pipoco. / Ta tudo dominado, deixa a fita pau miado, que se tentar com nós, viado, tu vai ser furado. / É a quadrilha da penha, é só bandido louco, vacilou, ta de mancada, você vai levar pipoco / Tem radinho, tem colete, pistola banhada a ouro, quem pensar que nós ta fraco, é só vim pro desembolo /.Nóis não corre da guerra, até trocamos com a Blazer, nossa vida é garantida com fuzil a mira laser”.
MC Andinho Vix – Quadrilha da Penha

Equalizar os relatos e argumentos que colhi de traficantes, usuários de drogas e policias provavelmente foi uma das tarefas mais complexas deste trabalho. Em primeiro lugar, pela multiplicidade de facetas envolvidas nestes três grupos, e suas respectivas subdivisões e polissemias: os policias militares e a

guarda civil municipal apresentaram distinções entre si, assim como alguns usuários, moradores das comunidades, e traficantes de drogas. As opiniões variaram com uma amplitude, confesso inesperada. Buscarei relatar de maneira mais fidedigna possível as impressões registradas em campo, de forma que a vastidão de sentidos possa tornar-se razoavelmente inteligível. Adiante, o maior de todos os entraves encontrados nesta parte fora o receio que os meus interlocutores tinham em se identificar.

A maioria não permitiu menção sequer à idade e local de moradia, com medo de qualquer tipo de represália. Neste aspecto, o medo se mostrou um fator potencial na expansão do silêncio e das severas limitações no tangente ao quão me fora permitido relatar. Detalho que os relatos colhidos foram ouvidos proferidos por cinco moradores de rua e alguns munícipes residentes na Ilha do Príncipe (em conversas informais), além de entrevistados avulsos dos bairros de Jardim da Penha e Bairro República. Nenhum dos relatos foi colhido em formato de entrevista, exceto com os moradores de rua. Todos os demais foram obtidos por meio de conversas informais, pelas dificuldades metodológicas já mencionadas. A configuração de uma entrevista, sem dúvida alguma, colocaria por terra qualquer possibilidade de exposição por parte dos meus informantes.

Desta forma, acredito que a maneira mais prática e verossímil de realizar este equacionamento de opiniões fora a apresentação destas em forma de compilações, sem utilizar citações, pois nenhuma me fora permitida quando perguntei se havia esta possibilidade.

Nenhum dos usuários de drogas que cederam entrevistas para falar sobre a atuação da polícia permitiu qualquer tipo de identificação, tão pouco a reprodução de suas palavras em relatórios escritos. O “não anota isso não!” fez-se mais presente do que os depoimentos em si, em muitos momentos. Coube a mim, elaborar, basicamente três categorias de usuários em relação à sua apreensão quanto à atuação das polícias: há os *aterrorizados*, que já sofreram qualquer tipo de hostilidade e/ou coerção por parte de alguma força policial, os *simpáticos*, que, apesar de reprovarem as práticas, acreditam na validade da instituição, e os *odiosos*, que repudiam a presença da polícia em todas as suas instâncias. Ninguém se mostrou completamente de acordo com a atuação da polícia.

Pelo lado da polícia, os depoimentos divergiram-se na acentuação do grau de autoritarismo com o qual são investidas as suas práticas.

Lado A

A primeira categoria – os *aterrorizados* - na qual incluo todos os moradores de rua e alguns dos demais citados, mencionam que já sofreram ou conhecem alguém que já sofreu todo tipo de violência por parte da polícia: espancamentos, torturas, tiveram suas drogas roubadas, ou foram desrespeitados verbalmente. Uma nota no jornal virtual Gazeta Online insinua a existência de tais práticas, ao entrevistar usuários de drogas que freqüentam um ponto caracterizado pelo uso ostensivo de crack na região do Centro de Vitória:

“Com relação aos ataques que os frequentadores dizem sofrer por parte da Guarda Municipal e da Polícia Militar, ambos dizem desconhecer tais situações. “A instituição se empenha no papel da prevenção para

assegurar a sociedade. Para isso, realiza operações com o intuito de deter infratores e apreender drogas, por exemplo", diz, em nota, a Polícia Militar". Disponível em http://gazetaonline.globo.com/index.php?id=/local/especiais/residencia/2009/textos_dos_residentes/materia.php&cd_matia=570686.

Tal postura me fora confirmada por um integrante da força de polícia, ao citar que muitos oficiais ainda reproduzem práticas violentas e reprováveis, seja com moradores de rua, suspeitos enquadrados ou mesmo dentro dos bairros. Não me fora permitido expor além disso.

Dentre este grupo estão muitos moradores que já tiveram suas casas invadidas por policiais sem mandado algum ou que conhecem alguém que já passou por isso. Esta pareceu ser uma das ações que causam maior ojeriza dentre as relatadas, haja vista a violência da violação do lar em regime de autoritarismo e sem fundamentação legal alguma.

No grupo simpatizante às ações da polícia, encontram-se muitas ressalvas. Os relatos confirmam que a violência dentro dos bairros, e na cidade, de forma geral, é ostensiva e precisa ser contida pela polícia. Porém, ressaltam que os procedimentos adotados pelas polícias frequentemente agridem e violam as liberdades individuais. Mesmo assim, ainda acreditam ser necessária a existência de uma força organizada para conter a violência existente nos bairros. Como muitos moradores afirmam, falta policiamento nas periferias, mas que este policiamento, quando presente, nem sempre resolve as demandas.

O último grupo, o dos *odiosos*, reúne argumentos em comum, que citam práticas corruptas e extorsivas da polícia em relação

à comunidade e aos traficantes. Citam situações de convivência, mutualismo, cumplicidade e envolvimento direto de variados destacamentos. Como consequência desta poligamia e promiscuidade por parte das instituições de repressão (inclusive as preventivas, como a Guarda Municipal), os *odiosos* frequentemente referem-se à polícia com termos jocosos e de malgrado. O mais malquisto de todos os personagens mencionado é o já citado P-2, policial infiltrado no universo do tráfico. Este é comumente mencionado com rancor e alvo de todo tipo de pretensão violenta.

Lado B

Por parte das instituições policiais, deparei-me com duas condutas distintas. A primeira, um tanto mais conservadora, remete-se à prática massiva da repressão. Da perseguição ao “bandido”, ao “elemento”, ao funcionalismo positivo da polícia: se é bandido, há de se prender. Se é crime, há de se investigar. São conceitos dotados de pouca criticidade e reflexão, e materializam o quão atrofiadas ainda são algumas práticas exercidas pelas forças de polícia.

A segunda conduta, deveras mais branda, refere-se a uma concepção integrativa da polícia. Tais argumentos me foram demonstrados, em sua maioria, por guardas civis municipais, que, justificaram no fato de não serem militares a distinção entre sua concepção de polícia, que, apesar de, discursivamente se afastar da instituição militar, o imperativo categórico do dever impõe que a prática muitas vezes seja congruente com as polícias militares.

Em uma das poucas entrevistas às quais me fora permitido citações, um guarda civil municipal colocou-me o que parece materializar com mais propriedade os parágrafos acima: “Você vê, se a polícia entra, arromba a casa com criança, com jovem dentro, bate nos amigos do cara... ele vai ter simpatia de polícia? Vai querer ser policial, vai gostar de polícia? Não vai nunca... o cara vai é crescer com ódio de você, e, se possível, te meter bala algum dia. Agora, se você age pra servir a comunidade, se você tem presteza, é educado, trata todo mundo com o devido respeito e dignidade, não faz abordagem agressiva, não fica andando de arma em punho.. aí é outra coisa, aí o morador até te oferece um cafezinho (risos), lembra do teu nome, te dá bom dia... ser polícia não é sair dando tiro em todo mundo, achando que pode fazer o que quiser, igual Capitão Nascimento, daquele filme, né? Infelizmente tem muitos aí que fazem, mas isso é uma mentalidade muito ultrapassada... apesar que ainda tem garoto novo que faz isso. É tudo questão de formação, de como o cara foi formado dentro da instituição... tem muita coisa errada, é preciso colocar um limite. Mas é um trabalho muito difícil também, a gente lida com coisas que só a gente vê... e tem o lado psicológico, você não pode trazer problemas da sua vida pessoal pro trabalho. Você tá com uma arma na cintura, tem poder de polícia, se chega estressado da vida no trabalho, certamente vai fazer besteira, como muitos fazem. Às vezes você precisa ser mais incisivo, não tem jeito. Nosso trabalho é de prevenção, mas, em muitas ocasiões, a gente precisa usar força repressora também. Não tem jeito, é como as coisas funcionam. É devagar, mas as coisas estão mudando dentro da polícia. Acontece muita coisa ruim, mas tem gente que luta pra ser diferente...”

Capítulo 4 - Subjetividades

4.1 Entre Nietzsche e Mauss – a dádiva da moral

Mulher, ouro e poder, lutando é que se conquista – nós não precisa de crédito, nós paga tudo a vista. Ecko, Lacoste, é peça da Okley, várias camisa de time / Quem ta de fora até pensa que é mole viver de crime / Mas quanta humildade pra colher poder, a recompensa vem logo após / não somos fora da lei, porque a lei quem faz é nós / nós é certo pelo certo, não aceita covardia, não é qualquer um que chega e ganha moral de cria (...)
É vermelhão, desde pequenininho (...)
MC Andinho Vix – Faixa de Gaza

Negar a realidade do ‘eu’, que triunfo! Não já um triunfo sobre os sentidos, mas muito mais elevado: o triunfo violento e cruel contra a razão!
Friedrich Nietzsche, A Genealogia da Moral (p.81)

É curioso observar como certos regionalismos são determinantes na compreensão de uma totalidade. Antonio Rafael Barbosa

refere-se ao “conhecimento, o conceito e o contexto”. Trata-se de noções poderosas e subjetivas que mediam a intensidade das relações de confiança e respeito entre as pessoas. Segundo o autor, *‘conceito’ é, de acordo com a terminologia oficial e entre outros significados, a formação de um juízo de valor sobre alguém. No morro ou na favela, adquire adjetivações peculiares.*

“Quanto ao ‘contexto’, exprime em nível relacional o que o primeiro tende a condensar sobre um determinado sujeito, se ele tem relações amplas e satisfatórias com as pessoas na favela e em especial com o pessoal do movimento, do Tráfico. Se ele tem um bom ‘conhecimento’.” (1998, p.36)

Em território capixaba, estas expressões são pouco utilizadas, mas há um imperativo que substitui a todas elas: a *moral*. Aqui, não falo de uma moral Nietzscheana – apesar de ser também altamente complexa -, na qual esta instância é um problema da verdade, da ontologia, da conformidade à vontade de domínio enquanto uma essência *inferior* de vida.

A moral adotada comumente nas ruas de Vitória se trata de uma interação subjetiva, estreita e complexa entre os sujeitos - e não um império de noções categóricas, apesar de ser tênue a linha que separa estas duas noções. Como diz Andinho Vix, em sua composição musical “Faixa de Gaza”, *“não é qualquer um que chega e ganha moral de cria”*. O que é “ganhar moral”? Nietzsche, o patriarca da moral ocidental, certamente coçaria o couro cabeludo e ruminaria (para utilizar uma expressão de seu decoro) um bocado perante tal uso da “moral”.

Os indicadores morais genéricos de nossas estruturas sociais – os processos valorativos, por assim dizer -, são corrompíveis com alguma fluidez quando se fala do tráfico, apesar de algumas instâncias parecerem potencialmente cristalizadas.

Penso que aqui, a *moral* está associada a uma questão muito mais levantada por Mauss do que por Nietzsche. A *moral* é traduzida como uma espécie pervertida do *mana*. Trata-se de uma noção de entendimento capaz de determinar todas as permissões, concessões ou negações entre os sujeitos. É comum ouvir “fulano tem moral”, ao mencionar que um indivíduo é respeitado, que possui envergadura social para transitar e dizer. Contudo, no âmbito do tráfico, esse conceito se complexifica. E como.

Um depoimento cedido por Y, ao comentar sobre um amigo (e traficante) morto em um acidente de carro talvez illustre esta questão com alguma propriedade.

“O cara era foda. Pra você ver o grau de carência, chegava a pagar pros outros pra andarem com ele. Pagava tudo na noite, pra todo mundo. O cara saía de patrão, quem tava com ele tava de patrão. Mas também não dava bobeira, tocava o terror em nego que reclamava do fumo dele. Mas aprendi muita coisa com ele, endureci muito do lado dele... Sabia se virar nos corre da cidade, aprendi a ser homem com ele, da pra falar. Mas era um bicho muito doido, acabei me afastando, não acompanhava ele nas doideiras mais... o cara tinha muitos inimigos, e olha que doidera, carente do jeito que era, morreu sozinho. Eu tinha maior moral com ele, mas ninguém dava moral pro cara, saca? Era um cara respeitado, tinha arma, tinha droga, falava grosso, tinha disposição... mas ninguém dava moral, o cara era carente demais(...)

O tráfico, muitas vezes, parece estar além do bem e do mal, em se tratando de referências morais. Quem “tem moral”, tem respeito, tem crédito. Pode transitar, pode afirmar e se auto afirmar. Mas só tem moral quem dá a moral. É uma dádiva. A moral, tal qual a dádiva, produz alianças. A moral é um presente para o qual a retribuição é obrigatória para concretizar o seu

devir: sem retribuição, esta moral inexistente: o sujeito que não dá a moral a ninguém, jamais terá a moral de outrem. Neste conceito, a moral é uma instância coletiva que obriga e se concretiza em mutualismo, e terminam, por fim, no *mana* propriamente dito, como uma energia difusa, neste caso materializada no prestígio, na riqueza interpessoal. A não retribuição deste *mana* fatalmente implica na sua perda. E isso, se tratando do universo do tráfico, é uma falta capital, e aniquila todo o sistema de trocas de confiança.

O *mana*, a *moral*, neste caso, implica em uma curiosa e delicada relação de autoritarismo mútuo. Permite que os indivíduos interajam entre si com certa grosseria imperativa, paradoxalmente delicada, mas compreensível na medida em que não transcenda os limites da honra pessoal (como, por exemplo, o respeito às companheiras e à família). As maneiras de se dirigir ao pedir empréstimos (o “*me passa essa porra aí!*” foi uma frase recorrente, que demorei um pouco para assimilar como um pedido amigável de empréstimo de qualquer objeto – armas e drogas, em dados casos-. E o é, na verdade. Os palavrões não eximem as relações de seu caráter de fraternidade, que é o sustentáculo das relações construídas sobre a dívida da *moral*) exemplificam bem estas ocasiões.

Todavia, a *moral* não é algo que se conquista subitamente. Não é qualquer um que chega e ganha moral, já dizia o compositor mencionado acima. A moral é uma conquista advinda da dívida, e geralmente se embriona a partir de concessões de iniciativa livre: quem concede algo (um favor de qualquer caráter, livra um companheiro ou um conhecido de alguma situação deletéria, empresta dinheiro, armas, drogas, ou qualquer coisa de similar

valor) dá a abertura ao surgimento do mana – do “conceito”, do “contexto”, no dicionário carioca. Se há retribuição, constrói-se a *moral* entre aqueles sujeitos e seu círculo de interações, pois, neste caso, a *moral* é um termo de significado compartilhado entre os sujeitos que a possuem em vínculos de relações também indiretas. Se há uma moral construída entre dois *personas*, e há um terceiro que é vinculado apenas a um destes dois (vinculado também pela *moral*), este terceiro usualmente compartilha da moral existente entre estes dois, e assim sucessivamente, mesmo que em escala mais sutil. É nesta teia de relações que surgem os personagens “boa praça”, o “camarada”, a figura que possui a empatia de uma maioria.

4.2 Dostoiévski em campo

A moral, contudo, é uma ferramenta perniciosa, e pode muitas vezes ser dissolvida por boatos e delações, nem sempre verossímeis. A quebra da moral e das regras que a regem, dependendo das conseqüências que acarreta e dos atos que a originaram, como uma dívida não saldada ou uma delação, usualmente termina em castigo. Estas duas são as piores hipóteses de quebra da moral.

Um X-9 – delator -, fatalmente tem sua moral aniquilada, e, na maioria dos casos, sua vida também. Quando não é executado, geralmente é expulso do morro, e sua reincidência usualmente implica em morte. No caso do inadimplente idem, mas sua personalidade social é mantida em sobrevida caso este salde sua dívida. A moral, contudo, quando perdida, raramente volta a existir), usualmente termina em castigo. “Sem crueldade não há

gozo, eis o que nos ensina a mais antiga e remota história do homem; o castigo é uma festa”, já enunciava o filósofo alemão. Nietzsche teoriza o castigo em 11 matizes, das quais citarei três que se encaixam para encerrar esta teorização: **1) Castigo, meio de impedir o criminoso de continuar a causar dano;** **3) Castigo, meio de restringir e limitar uma perturbação de equilíbrio para que não se propague;** **4) Castigo, meio de criar uma recordação, quer no castigo “correção”, quer nos espectadores.**

Este último, especialmente, é muito frequente nos morros. As figuras deméritas dignas do castigo geralmente se fazem lembrar por longa data no imaginário das comunidades, e são raros os casos nos quais o castigo é exercido em regime de silêncio.

A *moral*, apesar de abrir muitas portas nos morros, não livra ninguém da sorte de perdê-la. Não dá crédito para vacilo, não dá passagem livre para todo tipo de erro. Não há imunidade diplomática no tráfico. O dinheiro usualmente é um bom substituto para a moral, quando se garante o devido respeito e cordialidade aos demais. Ainda assim, não é emblema de garantia alguma.

4.3 Lugar errado, hora certa.

Em uma de minhas incursões pelo bairro, sentado à porta de um dos botecos do bairro, presenciei um diálogo entre um rapaz jovem, de cor parda, alto e magro. Empunhando um reluzente revólver, sem muita cerimônia, falava em retumbante brado a uma moça trajando minissaia e top. Estava descalça, com os

cabelos dispostos em emaranhados cachos. Parecia estar acordada há pelo menos um mês. O rosto esquelético, por onde a pesada maquiagem que escorria pelo rosto e denunciava o choro mudo proveniente dos olhos profundamente marcados apresentava sinais de cansaço e torpor.

“Eu já te dei mais de trinta pedra (sic) ontem, porra. Você desceu e fumou tudo, caralho, não me voltou com um puto. Se vira pra arrumar esse porra desse dinheiro, dá essa boceta sua, se vira! Senão eu vou é enfiar um monte de bala aí nessa sua cabeça sua e nego vai dar nem falta. Vai, sai fora, vaza, porra. Puta!”

Após o breve e pouco amistoso aviso, o sujeito guardou o revolver na cintura. Conversou com o atendente do bar sobre o comportamento promiscuo de um atacante do time do Flamengo, em tom divertido e descontraído. Fez piada sobre o estilo de vida desregrado dos jogadores, somada a comentários acintosamente machistas, e foi embora, sem fazer menção de minha presença, haja vista que eu estava sentado imediatamente ao seu lado durante o falatório. Este fora o único fato desta natureza que pude presenciar na Ilha. Ainda assim, fui informado, posteriormente, que o referido homem não era um morador e tampouco traficante da região: *“Esses derrame é coisa de gente de fora, Zé. Os caras do movimento aqui do bairro não fazem isso, é coisa de nóia que vem de fora pra cá. Esse cara vez ou outra tá aí, tocando terror nas puta que fuma pedra. Já, já, roda, fica fazendo escândalo...Ninguém gosta disso não.”*, informou-me X.

Um caso isolado, mas confesso que me reavivou a sensação de que é preciso pouco para se estar na hora errada e no lugar errado, como em qualquer canto de qualquer cidade.

Capítulo 5 - Origens

5.1 Muito cinema e pouca verdade: de onde vem os conflitos em Vitória?

“Falei que a chapa ia esquentar, você não acreditou. Olha o moleque descendo a ladeira e já se revoltou / Só de ver o melhor amigo estirado no chão, não precisa ter o mesmo sangue pra ser seu irmão. / Foi pipoco pra todo lado na favela, parecia que tinha começado a terceira guerra / Foi decretado estado de emergência, clima tá tenso, acabou que a guerra era só correria e na comunidade acabou gerando muito sofrimento / Então os dois lados se conscientizaram e deram um tempo. Mas é bom ficar ligado que a chapa pode esquentar qualquer hora (...) / Quando Vitória entrou em guerra, quando Vitória entrou em guerra(...)”
MC Alex do Penhão – Quando Vitória Entrou em Guerra

Quando se discute as origens e rebatimentos do tráfico de drogas, são comuns as tautologias que tentam traduzir a questão. Utiliza-se de uma infinidade de edulcorantes para traduzir uma mesma idéia repleta de prenoções já enraizadas há tempos: “o tráfico gera violência”, “a droga gera violência”, “as comunidades estão em guerra pela disputa das facções do tráfico”.

Estes argumentos sempre me pareceram deterministas em demasia para traduzir a totalidade do contexto de violência urbana e suas clivagens. A violência realmente se origina somente pela droga, aliada ela a fatores metafísicos, transcendentais, originários da ontologia do homem em uma dialética *hobbesiana*? Ou existem outros fatores e motivações culturais, sociais e históricas que edificam esses contextos? No caso da realidade capixaba, pude entrar em contato com dois argumentos que se mostraram surpreendentes e profundamente esclarecedores. Remontarei a dois casos que, provavelmente, são os mais discutidos em se tratando de “*guerras*” entre comunidades capixabas: a primeira, a disputa entre os morros da Piedade e da Fonte Grande, e, a segunda, entre a

comunidade de São Benedito / Jaburu (o “São Bê”, mencionado em música supracitada) e Bairro da Penha.

5.2 Umbabaraumba no Campinho

Pula, pula, cai, levanta
Sobe, dece, corre, chuta
Abra espaço
Vibra e agradece
Olha que a cidade
Toda ficou vazia
Nessa tarde bonita
Só pra te ver jogar
Jorge Bem Jor – Ponta de Lança Africano

Quem afirma que os conflitos entre Piedade e Fonte Grande, duas das maiores comunidades de Vitória, frequentemente mencionadas pela “guerra” que usualmente faz vítimas em ambos bairros, se originaram por conta do tráfico de drogas certamente não possui conhecimento de causa algum para se referir à questão. Em conversas usuais com moradores dos dois bairros, em eventualidades muito pretéritas ao projeto desta monografia, fui esclarecido de que o conflito entre as comunidades instaurou-se há muitos anos, e começou em uma partida de futebol. Irônico, se não fosse um argumento recorrente à absoluta maioria dos moradores mais antigos do bairro ao deporem a respeito.

Fonte Grande e Piedade são bairros inseridos em um só morro, na região central de Vitória. Situam-se na Área de Proteção Ambiental do Maciço Central da cidade. São tão próximos a ponto de o serviço de correios frequentemente cometer gafes em seus serviços – algumas ruas chegam a cortar os dois bairros. São ambos bairros de periferia, predominantemente habitado por

populações de baixa renda, enquadradas na clássica retórica da *underclass* já discutida na introdução deste trabalho.

No alto do morro da Fonte Grande há um campo de futebol que costumava promover a integração entre os moradores do bairro e adjacências – o *Campinho*. Neste lugar ocorriam campeonatos e festividades locais dos mais variados gêneros, e os moradores da Piedade freqüentavam amistosamente o local. Eram comuns os jogos entre os times da Fonte Grande e da Piedade. Segundo relatos de moradores mais antigos dos dois bairros, foi em um fatídico campeonato de final de semana, em um jogo entre as duas comunidades que, por conta de um desentendimento advindo das fatalidades futebolísticas, houve um mal estar generalizado entre as partes presentes. Havia duas famílias numerosas em campo, e o clima de rivalidade natural do futebol se expandiu para as relações pessoais entre membros das citadas famílias que, na ocasião, já detinham parcela expressiva do comércio de drogas nos seus respectivos bairros. E assim fez-se armado o palco para a história já repetida muitas vezes: as famílias reuniram seus aliados e o sentimento de ódio entre os moradores de ambos os bairros foi difundido nas duas comunidades, ao ponto de tanto as crianças da Piedade não poderem estudar na Fonte Grande (a escola municipal da região situa-se na Fonte Grande. Por ser um bairro muito próximo, Piedade não conta com instituição de ensino alguma) quanto pelos tiroteios freqüentes entre os dois bairros, que trocam rajadas paulatinamente.

Não é raro acontecerem assassinatos nos dos bairros, muitas vezes atingindo pessoas não envolvidas nos conflitos. É certo que, após o ódio entre as duas comunidades ter se entre os

moradores – principalmente dos jovens, que ‘vivenciam’ este clima de ‘guerra’ com mais proximidade e assédio -, as ações relacionadas ao tráfico de drogas se manifestaram. Entretanto, esta não é uma causa nem primeira, nem última da violência entre essas duas comunidades.

5.3 Nego Alex

Os jornais do dia 9 de Abril de 2010 apareceram estampados com uma imagem que tem se tornado corriqueira dentre as páginas policiais em periódicos Brasil afora: a foto de um homem, negro, com legendas referentes a assassinato ilustrava as páginas e sítios virtuais dos *media* capixaba. Tratava-se de Alex Correa de Mattos, 34 anos, mais conhecido como Nego Alex. Fora executado com 38 disparos de armas que portavam munições de calibre .380 e 9mm. De acordo com a notícia vinculada em um sítio virtual,

“a morte de Nego Alex teria ocorrido devido à guerra pelo controle do tráfico de drogas existente na região do Bairro da Penha. Recentemente, a vítima teria tomado uma boca de fumo na Rua Estrela, no bairro São Bendito. Além disso, Nego Alex teria se aliado a outro traficante do Morro do Jaburu, conhecido como Tonho. As testemunhas informaram que um dos atiradores seria conhecido como Garoupa e seria rival de Tonho em Jaburu.”

<http://notasedestaques.blogspot.com/2010/04/nego-alex-e-executado-com-34-tiros.html>.

Testemunhas disseram que mais de 80 disparos teriam sido ouvidos na ocasião. Nego Alex parecia ser um personagem já conhecido no mundo do tráfico. Era um indivíduo bem quisto por alguns, odiado por outros, como geralmente são os ‘figurões’ ligados ao tráfico, como mostram alguns depoimentos virtuais em um sítio online sobre a notícia de sua morte (preservarei tanto os erros gramaticais quanto as caixas altas):

“Anônimo disse...

quem traiu vai pagar porra ! esses comédia vão vêr esses cú ! caralhoouooooo :@ - koé negão que Deus lhe tenha mano ! vai ser cobrado pode ir na paiz ! [14 de abril de 2010 14:31](#) “

“Anônimo disse...

Ae nego Alex ajudava todo mundo apasiguava a bronca da galera, e agora o bairro da penha ta sem lider, e o pior isso causou um desequilibrio tremendo, eu particularmente não o conhecia, não tenho o que falar dele, so ouço bem pelo que me dizem ele era uma otima pessoa, ajudava os moradores todos gostavam muito dele, mais fazer o que né??? o cara quando andava so de bicicleta era mais feliz, ai veio a grana as mulheres... e deu no que deu tambem ele era muito doido pelo que soube ele ja estava jurado de morte segundo alguns moradores, e o cara andava sozinho e dava o maior mole naquela pracinha do bairro da penha, um cara como esse nunca mais vai existir, pode ser que venha agora um pior e a guerra que estar por vir nesse morro ai meu Deus espero que peguem quem fez isso com ele.. vai com Deus negão [15 de abril de 2010 22:34](#) “

“Anônimo disse...

O cara era o cara, sangue da melhor qualidade, amigo da galera e coração do tamanho do morro. Vá com deus parceru, a galera esta de luto. [20 de abril de 2010 18:19](#) “

“Anônimo disse...

PRA QUEM DIZ QUE O NEGÃO ERA RUIM ESSES SÃO TODOS UNS FILHOS DA PUTA QUE NÃO O CONHECIAM,ELE ERA UMA PESSOA BOA APESAR DE ESTAR NO CRIME??? JA AJUDOU MUITA GENTE AI NO BAIRRO DA PENHA, COITADO QUANDO MORAVA NO BAIRRO DA PENHA COSTUMAVA JOGAR BOLA COM ELE NA QUADRA DO HORTO DE MARUIPE, AI O NEGÃO ERA HIPER TRANQUILO NEM PARECIA GERENTE DE BOCA,ERA O CARA, HOJE MORO EM JACARAÍPE E QUANDO FIQUEI SABENDO QUE ELE HAVIA MORRIDO QUASE TIVE UM PIREPAQUE, MAIS NÃO TEM JEITO, SE VC ENTRA NESSA VIDA DESSA FORMA SAI DELA MORTO.VAI EM PAZ NEGÃO ESPERO QUE SUA ALMA ESTEJA EM UM LUGAR BOM...ATÉ MAIS LUCAS [21 de abril de 2010 02:09](#) “

“Anônimo disse...

*i o negão vai com deus que saudades
que saudades do irmão que perdemos na missão ea penha o perdeu
saudades nego alex [9 de maio de 2010 22:00](#) “*

“caçador de jaburu..... disse...

*koe negao descanse em paz vc é a alegria de todo morador do bairro da penha.....
rajada no jaburu aqueles filha dumas puta..... [16 de maio de 2010 13:34](#) “*

O teor das mensagens expõe com propriedade a ambivalência das relações estabelecidas no seio do tráfico de drogas. De lamentações e mensagens de pesar a juras de vingança, o assassinato de uma figura popular nas comunidades e no tráfico sempre causa mudanças. Este assassinato, aparentemente, foi motivado por questões concernentes ao tráfico. Mas o que

originou a disputa entre o São Benedito e Jaburu? Sabe-se que há muitas bocas de fumo que atuam em cooperação em diversos bairros da cidade: logo, as rivalidades são casos específicos, e fogem à regra.

No caso do São Benedito e do Jaburu, depoimentos dizem que a rivalidade começou nos *bailes funk*, realizados, em sua maioria, no Clube Náutico. É comum haver alguma rivalidade entre comunidades vizinhas em *bailes funk* – há a afamada disputa de lados (lado ‘A’ versus lado ‘B’), a busca pela *moral*, a expansão da masculinidade, do etnocentrismo bairrista, e muitos outros fenômenos que não serão discutidos aqui por óbvias razões. Esta disputa começara neste contexto entre dois grandes grupos sociais dos bairros vizinhos, que, por desavenças pessoais referentes a conflitos próprios do baile (e agravados por disputas passionais), instauraram a rivalidade que fora agravada pelo tráfico de drogas. O tráfico, assim como o futebol, parece ter o curioso poder de acentuar algumas rivalidades e atenuar algumas tensões (como as clivagens étnicas e raciais que, ao menos no Brasil, importam muito pouco, se pensando nas relações permeadas pelo tráfico).

“Se eu fico bolado de alguém morrer de tanto fumar pedra? (risos) Isso não é problema meu não, amigo...quero mais é que se foda...”
X, traficante entrevistado

6 Foote Whyte e minhas conclusões

A observação participante não é mero exercício antropológico dos conceitos absorvidos na academia. Esta tarefa mostra-se como uma prática permeada por incontáveis dilemas, que perpassam da execução do ofício (que inclui desde a tomada do ônibus ao local estudado à confecção das anotações em um desorganizado caderno de rascunho) a intensas intempéries pessoais, cabendo ao pesquisador a peleja de administrá-las.

Se pensando a etnografia como esta complexa tarefa (muito mais dependente do saber ouvir, escutar, ver, falar e calar do que em relação ao manuseio de citações e conceitos), torna-se impossível esboçar uma conclusão deste trabalho sem mencionar William Foote Whyte em seu livro *Streetcorner Society* (traduzido no Brasil com o título *Sociedade de esquina*), uma das mais valiosas obras dos estudos contemporâneos em se tratando de métodos qualitativos de análise *in loco* das estruturas sociais de uma área urbana degradada, e as conclusões deste estudo, apesar de não explicitamente, estão inspiradas pelo diagnóstico final da referida obra.

A primeira parte deste trabalho destinou-se a debater conexões em escalas macro e microscópicas, com apreensões históricas e subjetivas dos fenômenos vinculados ao tráfico de drogas em Vitória e suas possíveis contextualizações. Tal discussão, aliada ao resumo do trabalho de campo, possibilitou-me uma ruptura definitiva com o senso comum de que o tráfico de drogas e as áreas estigmatizadas seriam a gênese de problemas sociais

urbanos “em essência”: que seriam o tráfico de drogas e as áreas demarcadas pela sua presença senão uma consequência dos processos e construções sociais pautados pelo preterimento sumário de diversos atores sociais na construção das cidades como as conhecemos?

As *no-go areas* não são territórios homogêneos, indelévels e imutáveis, assim como seus personagens também têm sua dinâmica própria. A degradação econômica e o regime de precariedade não implicam na estagnação destes sujeitos e do seu *ethos*: coexistem nestes locais grupos, redes, relações e noções tão extensas quanto complexas. Noções ‘miserabilistas’ que concebem as áreas degradadas apenas como alvos das políticas de assistência social são potenciais contribuintes para que se compreendam tais estruturas como essencialmente desorganizadas e fadadas a um tipo determinista de pobreza, como se não merecessem interesse os processos de diferenciação e produção de redes de sociabilidade e interação que territorializam estes locais.

Sugiro que a separação entre mundos, tão incentivada por termos que distanciam os *seres indesejáveis* (retomando o vocabulário de Bauman) do imaginário social (como ‘mundo das drogas’, ‘universo da pobreza’, dentre outras expressões que visam redimensionar, ao menos conceitualmente, as distintas áreas da cidade), é fictícia. Trata-se sequer de uma corruptela, mas de uma divisão conveniente, porém, incoerente, das distintas estruturas que compõem a totalidade do nosso tecido social, como uma tentativa de atenuar diferenças malquistas, tal divisão sequer mostra-se capaz de atribuir conceitos aos fenômenos de interação entre os supostos mundos.

Os fenômenos da violência e do tráfico de drogas em Vitória possuem particularidades ainda inexploradas, e seus atores permanecem vítimas recorrentes das prenoções da mídia. Retomando Nietzsche, “não existem fenômenos morais, apenas uma interpretação moral dos fenômenos”.

O *nóia*, o *flanelinha*, o *avião*, o *vapor*, o traficante, a prostituta dependente (ou *viciada*, como se diz). Todos estes sujeitos ainda têm suas vozes estranguladas pelos juízos de moral que dominam os discursos sobre as zonas degradadas, sobre o tráfico de drogas, a pobreza, a dependência química, a falta de acesso a diversos recursos que possibilitem o desenvolvimento das potencialidades humanas. A intenção última deste trabalho fora a cautela em não falar pelo outro, em não impor avaliações morais e invenções arbitrárias, mas sim, salvaguardar as vozes e olhares que deram motivação a este experimento etnográfico e sua multiplicidade de sentidos e interpretações, de forma que nenhuma voz impere sobre a outra. Como bem observado por Antonio Rafael, “o que existe são jogos de força pela imposição de uma visão dominante acerca do fenômeno, onde muitas vozes ainda permanecem encobertas.” (1998, p. 161)

Avanço, sugerindo a noção de que as áreas pobres, social, geográfica e etnicamente demarcadas não são uma chaga nas cidades. De fato, trata-se de zonas que foram produzidas por políticas e processos sociais e econômicos que as conduziram à precariedade estrutural. Contudo, nestes cenários são elaboradas e tomadas decisões e tecidas histórias da mesma maneira que nas zonas inseridas na ‘cidade formal’.

Aterros sanitários humanos, guetos, traficantes, bandidos, há uma infinidade de palcos e personagens que estão presentes na história e na constituição social das zonas urbanas em seu amálgama de acolhimento e rejeição à pobreza. Esta, por fim, não consiste numa causa primeira e nem última da situação caótica que as metrópoles brasileiras vivenciam. O crack, a sociabilização violenta, o tráfico de drogas, todos estes componentes são fenômenos decorrentes de processos estruturais do capitalismo que conduziram as metrópoles a um estado de delimitação segregacionista de diversos dos seus espaços, tal como da privação material e do acesso a recursos que possibilitem o desenvolvimento das potencialidades humanas em todas as suas matizes, e de condições capazes de criar relações horizontais entre espaços, sujeitos e culturas.

Na periferia de cidades tão diversas como Vitória ou Paris, São Paulo ou Chicago, há situações que parecem comuns a todos estes espaços urbanos. Os estudos sobre marginalidade e pobreza, apesar de salvaguardadas as devidas particularidades condicionadas pelos regionalismos, apontam, consensualmente, para concepções inclinadas à compreensão destas zonas como agentes tão edificantes das conjunturas sociais quanto as porções urbanas que abrigam as camadas médias e as abastadas. Assim, mais do que identificar zonas a serem saneadas, onde supostamente os problemas sociais se infeccionam e avançam para contaminar o restante da cidade, concebemo-nas como territórios sociais, hostis e de difícil inserção e aproximação para uma pesquisa de campo, que, entretanto, faz-se indispensável para a compreensão da dinâmica dos fenômenos urbanos contemporâneos em suas múltiplas dimensões.

Fica o convite, então, à desconstrução do afastamento das *sociedades de esquina*, à procura do reconhecimento de nosso *estar implicados* nestas categorias que nos são muito mais nativas do que exóticas.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Antônio Carlos Rafael. Um abraço para todos os amigos: algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Niterói : EDUFF, 1998

BAUMAN, Zygmunt. Identidade: entrevista à Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BAUMAN, Zygmunt: Vidas Desperdiçadas – Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed., 2005

BONISEM, Fabiano M. Leituras sobre a violência nas cidades vigiadas por “Falcões”. In: SINAIS - Revista Eletrônica - Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.02, v.1, Outubro. 2007. p.91-106.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999

BOURDIEU, Pierre: “Le Nord et Le Midi: contribution à une analyse de l'effet Montesquieu”, Actes de La recherche em sciences sociales, n. 35, Nov 1980, p. 21 – 5

CERTEAU, Michel de. A Cultura no Plural. Campinas/ S.P. : Papirus, 1995.

CIODES. Centro Integrado Operacional de Defesa Social. 1979/2007.

CLATTS, M.C; WELLE, D.L; GOLDSAMT, L.A; LANKENAU, S.E; An ethno-epidemiological model for the study of trends in illicit drug use: reflections the “emergence” of crack injection. Int J Drug Pol. 2002

COGGIOLA, Osvaldo. Questões de história contemporânea. Belo Horizonte : Oficina de Livros. 1991.

COLBARI, Antonia: Rumos do movimento sindical no Espírito Santo. Vitória: EDUFES. Florecultura, 2003

DEL ROIO, José Luiz. Itália: operação mãos limpas. E no Brasil? Quando? São Paulo : Ícone. 1993.

DEL ROIO, José Luiz. Mundialização e criminalidade. In.*Drogas: hegemonia do cinismo*. São Paulo : Memorial. 1997.

DOIMO, Ana ET Banck G.A: Entre a utopia e a estratégia: um estudo de caso de um movimento social urbano. Vitória: Cultural-ES, 1989

DUALIB L.B; RIBEIRO, M; LARANJEIRA, R; Profile of cocaine and crack users in Brazil. Cad. Saúde Pública. 2008;24(supl 4):545-57.

ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Global. 1986.

FOOTE Whyte, William. Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2005

- FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro : ed. Forense-Universitária, 1987.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. História da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GALDURÓZ, J.C; NOTO, A.R; NAPPO, S.A; CARLINI, E.A; I Levantamento domiciliar nacional sobre uso de drogas psicotrópicas - Parte A: estudo envolvendo as 24 maiores cidades do estado de São Paulo (1999). São Paulo: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo/Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas; 2006
- GEERTZ, C. Nova luz sobre a antropologia. Rio de Janeiro, Zahar. 2001
- GIDDENS, A. Modernidade e identidade. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 2002
- GUARESCHI, Pedrinho A. Comunicação e poder: a presença e o papel dos meios de comunicação de massa estrangeiros na América Latina – Petrópolis : Vozes, 1932
- HALL, Peter, “The City of the Permanent Underclass: The Enduring Slum: Chicago; St Louis; London, 1920-1987”, em Cities of Tomorrow: An Intellectual History of Urban Planning and Design in the Twentieth Century . Oxford : Basil Blackwell; 1988
- HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, IPHAN, 1996, p. 68-75.
- HESSE, Hermann: Demian – Rio de Janeiro : Record, 1999
- JANSEN, Ney. Drogas, Imperialismo e Luta de Classes in Ver. Urutágua – revista acadêmica multidisciplinar, Maringá : DCS/UEM, 2007
- KEHL, Maria Rita. Televisão e violência do imaginário. In: BUCCI, E.; KEHL, M.R. Videologias: ensaios sobre a televisão. São Paulo: Boitempo, 2004
- KELLNER, Douglas. A cultura da mídia: estudos culturais, identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru: EDUSC, 2001
- KLINK, Amyr: Mar sem fim: 360º ao redor da Antártica – São Paulo : Companhia das Letras, 2000
- KOPP, Pierre. A economia da droga. Bauru : Edusc, 1998.
- LARRAIN, Jorge. Identity and Modernity in Latin America. Cambridge: Polity Press, 2000
- LATOUR, B. The Pasteurization of France. Cambridge : Harvard University Press, 1988
- MACHADO, Rosana Pinheiro. Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003
- MAUSS, Marcel. Ensaio Sobre a Dádiva. Lisboa : Edições 70. 1989
- MENEZES, Josélia. Guerra à maconha tem seus primeiros resultados. Cadernos do Terceiro Mundo, nº232, 2001.
- MISSE, Michel. Malandros, marginais e vagabundos. A acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro IUPERJ, Tese de Doutorado em Sociologia, 1999

MISSE, Michel. Sobre a construção social do crime no Brasil: Esboços de uma interpretação. 2003
Disponível no site http://www.segurancacidadada.org.br/biblioteca/texto/k6_ccrime.pdf.

UNIDAS, Nações – Escritório Contra Drogas e Crime – Relatório Mundial Sobre Drogas do UNODC (2006), disponível em www.unodc.org.br

NAPPO, S.A; GALDURÓZ, J.C; NOTO, A.R; Uso do "crack" em São Paulo: fenômeno emergente?
Rev ABP-APAL 1994; 16:75-83.

NAPPO, Solange Aparecida e OLIVEIRA, Lúcia Garcia de. Caracterização da Cultura de Crack na cidade de São Paulo: padrão de uso controlado, in Rev. Saúde Pública 2008, 42(4): 664-71

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm: A genealogia da moral – São Paulo : Centauro, 2002

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm: Assim Falou Zaratustra – São Paulo : RIdeel, 2005

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm: Humano, Demasiado Humano: um livro para espíritos livres – São Paulo : Companhia das Letras, 2000

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. "Um conceito antropológico de identidade". In: Identidade, etnia e estrutura social. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976. p. 33-52.

Política Nacional Anti-Drogas. BRASIL: Senad. Brasília. 2003.

ROSA, Guilherme Carvalho da. A discussão do conceito de identidade nos estudos culturais. Porto Alegre : 2007

Secretaria de Estado de Segurança Pública e defesa social Demonstrativo Geral – Estatística Geral (19/10/2001 a 31/07/2009)

SENAD: www.senad.gov.br

SOMOZA, Alfredo. Coca, cocaína e narcotráfico. São Paulo : Ícone. 1990.

SOUSA, Carla de Fátima Borba. Usuário de drogas e criminalidade – a versão midiática, p2, in GT: MEDIAÇÕES E INTERFACES COMUNICACIONAIS ao X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste

SULLIVAN, Mercer L. "The Ecology of Crime and Drugs: Reflections from American Community Studies", Michigan. 1992

UCHÔA, MA. Crack: o caminho das pedras. São Paulo: Editora Ática; 1996

UPRIMIY, Rodrigo. Narcotráfico e poder: algumas reflexões teóricas sobre o caso colombiano. In *Drogas: hegemonia do cinismo*. São Paulo : Memorial. 1997.

URQUIDI, Viviam. O movimento cocalero na Bolívia. In. *América latina: encruzilhadas da história contemporânea*. São Paulo : Xamã. 2002.

VELHO, Gilberto. O Consumo da Cannabis e suas Representações Culturais in

SABINA, Maria (Org.). Maconha em Debate. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

- SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo : Companhia das Letras, 2000
- VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (Org.). Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003
- WACQUANT, Loïc: As duas Faces do Gueto – São Paulo : Boitempo, 2008
- WACQUANT, Loïc: Os Condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada – Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2001,
- ZALUAR, Alba (Org.). Drogas e Cidadania: Repressão ou Redução de Riscos. São Paulo : Brasiliense, 1999.
- ZALUAR, Alba. Democratização inacabada : fracasso da segurança pública. Estudos Avançados; São Paulo : IEA, vol. 21, no. 61, 2009, 31-49.
- ZANOTELLI C. et ale. Criminalidade violenta e fragmentação urbana na Grande Vitória. Geografares, nº5, pp.35-69.
- ZANOTELLI, Cláudio ; RAIZER, Eugênia ; CASTRO, Mário de. Violência criminalizada: os homicídios cometidos no Espírito Santo noticiados nos jornais. 1994-2002. In Revista UFES Cidadã, ano 1, nº1, pp.8-41, 2004
- ZANOTELLI, Claudio et al Atlas da criminalidade no Espírito Santo 1979-2006. Relatório de pesquisa financiada pela FAPES, Maio de 2007, Vitória
- ZANOTELLI, Cláudio. L'espace des homicides e l'espace socioéconomique: l'agglomération de Vitória-Brésil. In Cultures et Conflits, nº59, pp.117-148, l'Har mathan, Paris, 2005.
- ZANOTELLI, Cláudio; MEDINA, Jorge Lellis. Análise do discurso dos jornais A Gazeta e A Tribuna sobre os homicídios ocorridos no Espírito Santo em janeiro de 2005. In Revista eletrônica Ufes-Cidadã, 23 páginas, nº2, março de 2007. Disponível em: <http://www.proex.ufes.br/nevi/revistas/analisediscursoagazetaeatribuna.pdf>.
- ZORZAL E SILVA, M: Espírito Santo: estado, interesses e poder. Vitória: FCAA / SPDC, 1995